Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 70 Nº 23293 DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA TERÇA-FEIRA 31 JULHO 90 70$00

Mota Amaral entre dois fogos

O líder açoriano defronta-se com a intransigência de Cavaco Silva e as críticas de brandura dos seus próprios correlegionários no litígio com o Governo Central

O diálogo entre Mota Amaral e Cavaco Silva está bloqueado. Após a visita que o primeiro-ministro efectuou aos Açores no fim-de-semana, o presidente do Governo Regional dos Açores não conseguiu convencer Cavaco Silva das razões que lhe assistem. O primeiro-ministro parece insensível aos argumentos do líder açoriano. Em declarações ao «DL», um porta-voz de Cavaco diz que «o Governo Regional dos Açores já foi esclarecido sobre esses assuntos pelo Governo da República, pelo que nada temos a acrescentar». Simultaneamente, Bernardo Rodrigues, vice-presidente do PSD-Açores, condenou Mota Amaral por «não ter feito qualquer crítica ao primeiro-ministro» durante a visita deste ao arquipélago. «Só alguns dos presentes é que ficaram indispostos quando Cavaco Silva chamou mentirosos aos representantes do povo açoriano» - acrescentou à TSF. Por seu turno, Mota Amaral promete, após o período de férias, «tomar medidas para ultrapassar o impasse». **Pág. 2 e 3**

EDITORIAL

O Alto Pseudónimo

Seria um exercício inútil, além de contrário aos pincípios da caridade cristã, comentar, caso a caso, o perfil dos oito membros já empossados da Alta Autoridade para a Comunicação Social.

Pela definição legal da respectiva composição a Alta Autoridade configurava-se já como um pseudónimo do Governo. Ora, para integrar, com a devida compostura, um orgão-pseudónimo exige-se modéstia, humildade e espírito de sacrifício - e tudo indica que os membros indicados pelo Governo e seu partido dispõem dessas qualidades potenciadas au grau mais elevado.

Aos que foram indigitados pela oposição, pede-se, sobretudo, perícia na formulação das declações de voto de vencido...

A Alta Autoridade destinava-se, em príncipio, a assegurar a separação de poderes entre o Governo e o audiovisual, mas a sua composição -- mera reprodução (agravada) da maioria de Governo - não garante qualquer espécie distância ou de autonomia.

É certo que, em vez dos srs. Silva, Nogueira, Mendes, Couto, Soares & C.ia darão cara os srs. Parente, Montalvão II, Trigo, Cardoso, Luz e Carvalho. Justificará esta mudança (ou sobreposição?) de rostos o respectivo peso no erário público? Ou seria preferível -- dada a ausência de vontade de política para constituir um orgão minimamente credível -- que o Governo assumisse directamente as suas responsabilidades, sem biombo protector, como sugeriu o engº Magalhães Crespo, representante da Renascença e homem pouco dado a subtilezas?

No dia da posse dos membros da Alta Autoridade é altura de recordar a péssima tradição do Conselho de Imprensa e do Conselho de Comunicação Social, por onde passaram pessoas como Fernando Abranches Ferrão, Norberto Lopes, Maria de Lurdes Pintasilgo, Francisco Pinto Balsemão, Natália Correia, Augusto Abelaira, Agustina Bessa Luís, Artur Portela - e tantas outras personalidades da cultura e do jornalismo.

A cerimónia de posse do Alto Pseudónimo é o retrato ético e cultural do primeiro-ministro Cavaco Silva e dos seus acólitos. A vida política é assim: ninguém escapa a si próprio.

Mário Mesquita

Francisco Paraíso

Sangue na estrada As últimas 24 horas foram trágicas nas estradas nacionais. Dois mortos na via rápida de Loures, 19 feridos na colisão de um expresso da Rodoviária com um ligeiro perto de Monforte e um morto, no acidente documentado por esta imagem, colhida na auto-estrada do sul junto da Cruz de Pau . Enfim, um saldo preocupante.

roadstar® AUTO-HiFi

Representante em Portugal:
SOC. DE REP. SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 951 50 03 ◦ Lisboa ☎ 77 78 24

Volta a Portugal

É a hora dos Paulos

Depois do triunfo de Paulo Silva no prólogo lisboeta, que lhe valeu ser o primeiro dos 106 estradistas a envergar a camisola canarinho, foi ontem a vez de Paulo Pinto ser o primeiro o cortar o risco da meta instalada na Avenida Costa Mealha da bonita cidade de Loulé à frente de um grupo de 84 parceiros, já que os demais (22) padalaram com menos vigor. Deste modo os Paulos vão coleccionando vitórias na Volta. Repor-tagem nas páginas 23 a 25 com o patrocínio de

urbicidade MEDIADORES ALMADA

Guardas florestais: greve em tempo de fogo *Pág.11*

Governo propõe nova lei-quadro do planeamento *Pág.5*

Abelaira: o último romance *Pág.20*

Lotaria Popular

1.º 21173
2.º 51987
3.º 365805
4.º 252949

PORTE PAGO

GRANDE ANGULAR

Depois do adeus frio entre Cavaco Silva e Mota Amaral, foram a banhos a querela entre o PSD continental e o açoriano, tal como as disputas que este internamente sofre. O Governo disse ao DL o que pensa sobre o conteúdo das divergências, acha que nada mais tem a acrescentar e resume numa linha de texto a sua posição: tudo está esclarecido

Conversa acabada entre Lisboa e Ponta Delgada

«O Governo Regional dos Açores já foi esclarecido sobre esses assuntos pelo Governo da República, pelo que nada mais temos a acrescentar», disse ao DL o porta-voz do primeiro-ministro, Cavaco Silva, solicitado a comentar a entrevista dada por Mota Amaral ao «Açoriano Oriental», que parcialmente reproduzimos nestas páginas.

A conversa acabou na reunião de Cavaco Silva com Mota Amaral e a oposição interna do partido de ambos agora com um argumento de peso para dizer ao líder do PSD-Açores que, a continuar esta escalada, vai ser o Terreiro do Paço a ter a última palavra.

«Das forças locais sempre dependerá, em última análise, o aproveitamento útil das oportunidades que à Região dizem directamente respeito», fez questão em frisar Cavaco Silva, ao discursar na Terceira, depois de ter sabido que a sua visita era tida como «provocação» pela Comissão Política Regional do seu partido, no arquipélago.

Entretanto, hoje João Bernardo Rodrigues, vice-presidente da Comissão Política do PSD-Açores, em declarações à TSF, inflingiu duras críticas à actuação do líder Mota Amaral. «Não fez qualquer crítica ao primeiro-ministro e só alguns dos presentes é que ficaram muito indispostos quando Cavaco Silva chamou mentirosos aos representantes do povo açoriano». Acusando Cavaco Silva de se ter deslocado aos Açores numa «atitude eleitoralista», Bernardo Rodrigues negou a possibilidadde de solução para o contencioso, pois «o partido não dá cobertura ao Estatuto Político-Administrativo que até foi votado pela oposição». No seu entender, «os açorianos não percebem como é que o primeiro-ministro vem aqui aos Açores e reduz isto a uma simples intriga».

Acordo secreto com dias contados

Parece ter passado à História o acordo secreto entre os Governos Regionais da Madeira e dos Açores, celebrado com pompa e circunstância, na altura da «cimeira insular».

As pazes entre Alberto João Jardim e Cavaco Silva não deixaram subentendidas cláusulas sigilosas, mas auxiliaram o chefe do Governo de Lisboa a exercer pressões capazes de manter em silêncio o seu correligionário do Executivo de Ponta Delgada.

Ao sublinhar que «o que se passa nos Açores não é independente do que se passa no resto do País», Cavaco Silva também não omitiu a sua influência nas conquistas das regiões ditas ultra-periféricas junto da CEE. E desmentiu Mota Amaral que, depois de um encontro com Jacques Delors, se colocou em guarda contra qualquer atitude do Governo Central capaz de «sacudir a água do capote» do processo de desenvolvimento dos Açores, quando toca a apoiar o dito com moeda sonante.

Redacção «DL»

À MARGEM

O Estatuto e os conflitos

Há um sector do PSD, nos Açores, que parece entender a política como um conflito permanente. O dr. Mota Amaral é o seu principal representante, que pode mesmo considerar-se único, caso os seus seguidores vistos como simples extensões da voz do mestre. Nota-se-lhe uma acentuada preferência por reivindicar, quando a dependência do Arquipélago mais aconselharia negociações bem servidas por uma boa capacidade de diálogo, que o Presidente do Governo Regional não perdeu mas põe de parte, com frequência.

A revisão do estatuto político-administrativo dos Açores volta a ser um exemplo dessa posição de força, que pode conduzir a nova perda de credibilidade da Região Autónoma e criar azedumes contra Lisboa. É certo que, neste caso, há a considerar a aprovação unânime da Assembleia Legislativa dos Açores mas, entre uma acção fiscalizadora mais rigorosa, que conduziria eventualmente à reprovação de alguns pontos do estatuto, e a necessidade de ser dada uma imagem de unidade no que respeita à política fundamental açoriana, os partidos da oposição terão optado, compreensivelmente, pela segunda hipótese.

Estranha-se, no entanto, que o PSD dos Açores nunca tenha negociado o estatuto antes de este ser enviado à Assembleia da República. Ou, pelo menos, que nunca tenha feito uma consulta prévia ao Tribunal Constitucional. Se assim fosse, evitar-se-iam desagradáveis conflitos, e não se correria o risco de erros constitucionais, o que desacredita os legisladores.

Há que entender como aceitáveis, todavia, os dois pontos mais polémicos do estatuto. Aceitáveis, não pela sua duvidosa legalidade jurídico-constitucional, mas pelos motivos que levaram a Assembleia Legislativa dos Açores a aprová-los. Percebe-se que a região, onde algumas ilhas mal têm receita própria que chegue para manter em bom funcionamento um porto e um aeroporto, não deve interferir, por vontade exclusiva, na economia nacional. No entanto, dando mais força à conveniência do que à razão, ter-se-á optado pela cláusula que concederia ao poder regional o direito de contrair empréstimos sem juros, no Banco de Portugal, de até 20% das receitas próprias da Região no ano anterior ao da dívida a assumir. O processo poderá estar errado, mas o princípio merece um estudo sério. Os Açores precisam de um apoio constante, e precisarão não se sabe por quanto tempo, de modo que as transferências de verbas do O.G.E., ou outros financiamentos, não devem ser vistos numa frieza de números que tenham em conta pouco mais do que o binómio área-demografia.

Quando à criação do círculo eleitoral ao Parlamento Europeu, que elegeria dois deputados, poderá parecer uma inadmissível intromissão regional na política do País. Uma vez mais se aceita, aqui a interpretação de possível inconstitucionalidade. Mas há que aceitar, igualmente, as fortes razões que terão levado a Assembleia Legislativa dos Açores a mais este risco. As condições específicas da Região, principalmente no que se refere à sua Zona Económica Exclusiva, situação geográfica e desenvolvimento económico, requerem representantes atentos na CEE. E note-se que, por razões evidentes, um deputado ao Parlamento Europeu oriundo dos Açores pode ser um bom elemento na defesa dos intereses nacionais, enquanto que um deputado de qualquer outra região do País, dificilmente entenderá os problemas açorianos de modo a defendê-los com pleno conhecimento de causa.

Estes dois pontos do estatuto dos Açores são, pois, uma recomendação muito forte à solidariedade nacional, ainda que, na letra da lei, não se encontre o suporte que lhes garanta o direito de serem uma exigência.

Daniel de Sá

Mota Amaral ao «Açoriano Oriental»

Quatro pontos de divergência

• *A questão financeira e tributária* — «O novo sistema tributário alterou o método de cobrança dos impostos do Estado e, ainda, aumentou-os muitíssimo e é isto que permite ao Governo da República lançar-se em programas de melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

A Região ficou de fora dessa melhoria de receitas do Estado e estamos a receber os montantes que vínhamos recebendo, com um ajustamento ligado à inflação. Ora, o que aconteceu foi que o Estado por virtude da reforma tributária passou a arrecadar muitíssimas mais receitas, mantendo-nos a marcar passo...

O critério da capitação das receitas não é um critério ofensivo para ninguém, é um critério razoável que atribui a cada uma das parcelas do País as receitas que afinal lhe caberiam se fossem distribuídas por todos os cidadãos em termos iguais. Diz Lisboa que com esse critério haveria algumas transferências indirectas, porque se fôssemos a cobrar as receitas geradas pela Região receberíamos menos.

Isto, em parte, até é verdade, mas corresponde ao reconhecimento prático da solidariedade nacional e também ao nosso contributo positivo, até em termos orçamentais, para as finanças do Estado. Haja em atenção o que se passa com as contrapartidas dos acordos internacionais, nomeadamente com os Estados Unidos da América do Norte.»

• *Centro de Controlo de Tráfego Aéreo do Atlântico* — «Este assunto é extremamente importante e representa para a Região uma perspectiva de avanço tecnológico que de forma alguma poderíamos desprezar. Este serviço está colocado nos Açores (Santa Maria) há mais de quarenta anos. As justificações para o transferir para Lisboa não convencem minimamente ninguém porque se a tecnologia permite já fazer o controlo de Lisboa sobre toda a área do Atlântico Norte, não diz que não se possa fazer esse controlo a partir dos Açores. Antes pelo contrário!

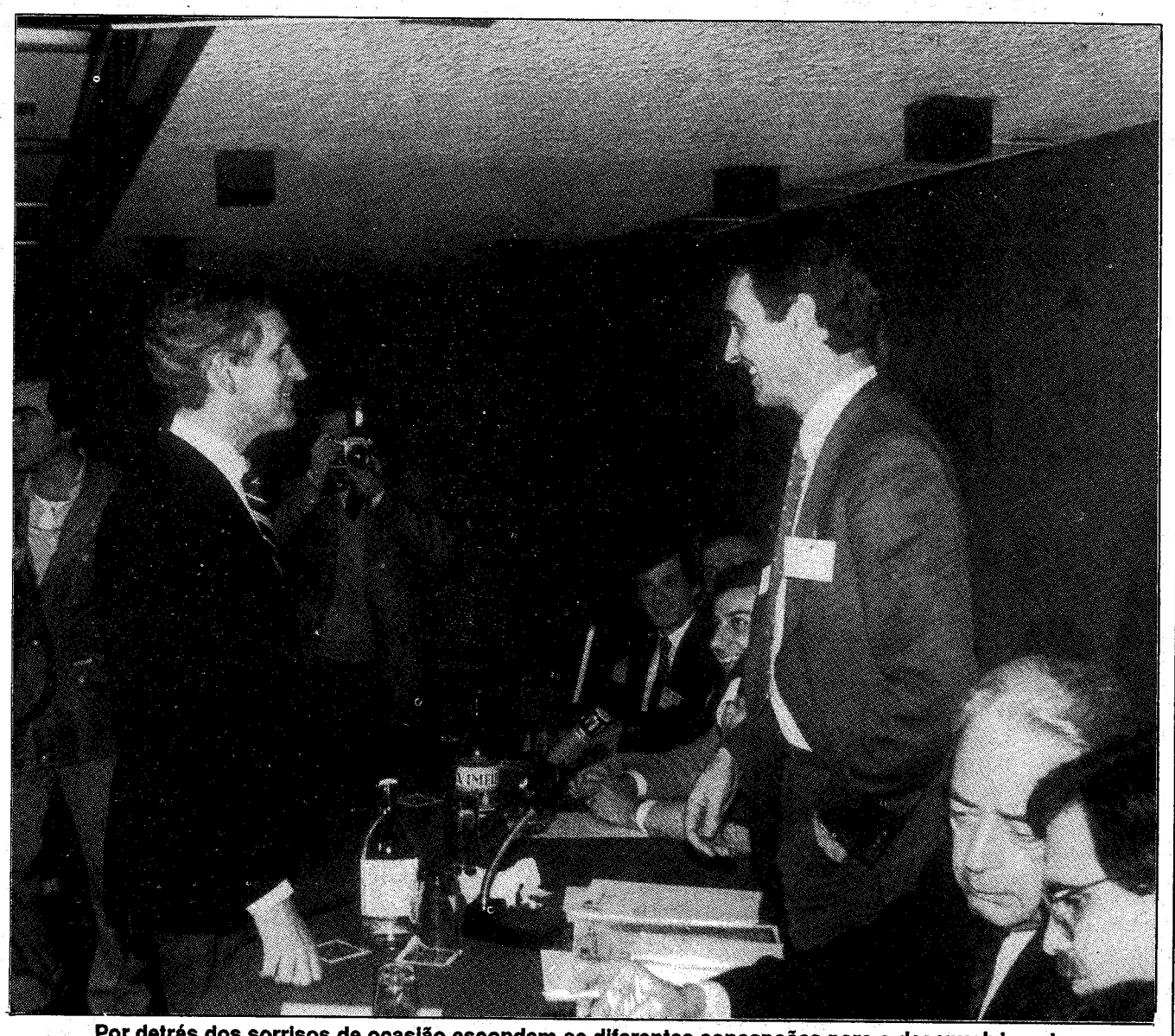
Longamente argumentado pelo Governo Regional, com o apoio unânime da Assembleia Regional, através de uma resolução aprovada há já bastantes anos e na qual se salientava o interesse regional e estratégico deste empreendimento. Agora, sai-nos a sentença no sentido que, de facto, vai ser transferido para Lisboa um serviço que, durante quase meio século, foi prestado pelos Açores e que, modernizado e devidamente equipado, poderia até obter receitas significativas, que tornariam a operação da empresa pública «ANA», nos Açores, menos deficitária.»

• *«SATA - Air Açores»* — «Outra questão que constava do *dossier* é a do acordo entre a 'SATA - AIR AÇORES' e a 'TAP - AIR PORTUGAL' que permitisse à transportadora aérea regional operar para fora da Região. As nossas pretensões nessa área também são conhecidas.

Uma vez que a questão não é considerada pendente no ministério respectivo, é porque é considerada resolvida, em sentido negativo para os Açores.»

• *Zona Económica Exclusiva* — «Fazia parte das nossas propostas o reconhecimento do direito da Região regulamentar as artes de pesca na nossa Zona Económica Exclusiva. Pretendemos ser mais cautelosos em matéria de utilização dos recursos marinhos, impor limitações a certas malhas de rede, para certos tamanhos de anzol, para podermos utilizar os nossos recursos em termos estáveis do ponto de vista ecológico, e até do ponto de vista da rentabilidade económica.

Esta nossa pretensão também é rejeitada e mantém-se a regulamentação na mão do Ministério da Agricultura e Pescas que talha conforme interesses que não são os nossos interesses específicos.»



Por detrás dos sorrisos de ocasião escondem-se diferentes concepções para o desenvolvimento das autonomias regionais

Segundo o Presidente do Governo Regional dos Açores

Corte orçamental na Região Açores dez vezes superior ao do Continente

«O sacrifício a que o Governo da República nos obrigou no Orçamento Regional é dez vezes superior ao que ele próprio conseguiu», declarou Mota Amaral, em entrevista publicada pelo «Açoriano Oriental».

O Executivo Central, segundo o presidente do Governo Regional dos Açores, «fez muito barulho porque, numa política de austeridade, cortou 40 milhões de contos nas despesas previstas no Orçamento de Estado para 1991. Mas, ao não dar aceitação à nossa proposta, que andava à volta de um reforço de 8 milhões de contos, obrigou a Região Autónoma dos Açores a um sacrifício orçamental que, para ser comparável em percentagem ao corte registado no Orçamento do Estado, este corte teria de ser de 400 milhões, e não de 40, como, na realidade, se verifica.»

Mota Amaral referiu, também, que «ao longo de dez anos, de 1980 a 1990, o dinheiro que o Estado atribuíu à Região Autónoma dos Açores, em proporção do volume do Orçamento do Estado, portanto do total das despesas feitas pelo Estado, esta proporção baixou. Era de 0,5 por cento em 1980 e, agora, é de 0,3 por cento». Se se mantivesse a taxa de 0,5 por cento, os Açores receberiam, este ano, «16 milhões em vez de 8 milhões».

«No dia em que quiserem fazer a redução dos Açores a uma conta de deve e haver, nós também temos verbas a apresentar para essa conta», salientou o presidente do PSD-Açores, sublinhando a contribuição da Região para a área nacional da Zona Económica Exclusiva, ZEE, bem como as contrapartidas dos tratados internacionais referentes ao Arquipélago: «São elas que estão a permitir a modernização das nossas Forças Armadas, o que considero como objectivo razoável, embora tenham de ser adaptadas às novas condições internacionais. Ao ser remetido para os acordos sobre os Açores o financiamento dessa modernização, há dinheiro que fica em caixa. Por exemplo, a compra dos F-16 representa um total de mais de 60 milhões de contos, dos quais, se a memória me não falha, 56 são o resultado da contrapartida do acordo das Lajes. Se quisermos fazer as contas e reduzir a algarismos as contribuições do Estado para a Região Autónoma dos Açores, esses 56 milhões teriam de ser tomados em conta para calcular se os Açores são ou não um grande prejuízo para a nação.»

Cavaco Silva revelou ao líder do Governo dos Açores, segundo o relato deste, que tinha falado «com todos os ministros (cujas pastas estão envolvidas no contencioso com a Região Açores), à excepção do ministro da Agricultura e das Pescas, que confirmaram as posições anteriores, no sentido de que não concordavam com as nossas propostas não lhes tendo dado o seu apoio». Mota Amaral comenta: «O primeiro-ministro não está lá apenas para ser uma espécie de coordenador dos ministros. A função dele é ser chefe do Governo e dar as suas orientações políticas, como aliás lhe cabe.»

Quanto à actuação do Presidente da República no que se refere aos Açores, Mota Amaral disse: «Tenho procurado informá-lo do que se está passando. Por outro lado, ele também tem feito tantas declarações de simpatia em relação aos Açores... Da última vez que conversei com ele disse-me que havia falado ao primeiro-ministro... O certo é que não tem, nas suas intervenções, sido eficaz...»

Acerca da atitude do primeiro-ministro, Mota Amaral considera que deriva de um «conceito de autonomia», porque não pode «fazer ao professor Cavaco Silva o insulto de pensar que ele está a utilizar os meios do Estado para querelas, para quezílias do tipo partidário-pessoal.». A explicação para as atitudes do primeiro-ministro residiria numa «certa visão da autonomia que não capta o sentido profundamente dinâmico e de afirmação cultural e política que existe na autonomia açoriana, tal e qual como na Madeira.»

Perante a afirmação do jornalista segundo a qual «há círculos próximos de Cavaco Silva e de alguns dos seus ministros que defendem para os Açores um outro tipo de governação», Mota Amaral acrescentou: «Não posso afirmá-lo sem injustiça, por falta de dados concretos.

No entanto, e em termos genéricos, ao centralismo não convém um governo próprio democrático nos Açores, mas antes uma qualquer espécie de governo-geral... Melhor ainda seria, certamente, a restauração dos três antigos distritos, o que enfraqueceria os Açores, condenando-os definitivamente à sujeição e ao subdesenvolvimento».

Mota Amaral citou, ainda, artigos de Mário Mesquita, no «Diário de Lisboa», nos quais se identificam, enquanto principais focos de oposição à autonomia e à descentralização, «certos sectores de tecnocratas, burocratas e militares».

Redacção «DL»

COMENTÁRIO

Pressentimento de um continental

Ser parte da periferia de um País periférico é, para uma região, sina geográfica que às vezes impõe estabilidades ideológicas que podem levar, como no caso dos Açores, ao culto descoberto do Espírito Santo, que -como a saúde de Agostinho da Silva demonstra, ao Príncipe Real, Lisboa -já não conduz directamente às churrasqueiras sacras os seus praticantes de aquém-mar. Mas conduziu, cá.

A dita sina geográfica conseguiu, durante séculos, impôr com a ajuda deste Estado a emigração dos talentos açorianos, desde pescadores a poetas, passando por tudo o resto. E o Continente, europeu ou americano, lá registava os sucessos dos ilhéus desembarcados e estabelecidos, tal como a data e o local longínquo do nascimento das glórias nacionais várias.

O desprezo de anos a fio, aliado aos pressupostos de considerações rooseveltianas sobre a que hemisfério pertencem os Açores, inspiraram um separatismo que foi e é ultra, por vezes, mas pindérico. Ou seja: periférico até à humilhação, como nos tempos do antigamente. Um desespero à tona entre dois continentes, bem vistas as coisas. Talentos vários deixaram as ilhas para se fixarem de um ou outro lado do Atlântico, quase sempre com sucesso, porque a insularidade dói fundo e a combatividade se torna maior com horizonte de terra firme, passem as conotações sísmicas da expressão.

A interioridade, de um e do outro lado da raia seca, também se assemelha a isto: ao desejo de saltar para dois destinos em direcções opostas. Lisboa e Paris que o digam, desde os anos 60, sobretudo.

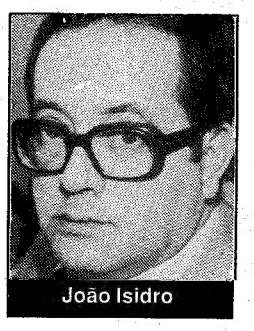
O 25 de Abril abriu duas margens políticas às ilhas desertas que os portugueses colonizaram: a independência, como nos casos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, ou a autonomia no seio de um Estado unitário, como sucedeu com os Açores e a Madeira. E há hoje muito bom conservador, cioso dos tostões pátrios, que defende que o seio deve ter que deixar de ser ubérrimo. A razão é simples: perdidos por uma Angola, perdidos por tudo o resto. Pagar é que não.

As autonomias regionais constituem, e só, uma forma de impedir a fuga de quem vale para que no local se realizem coisas que se sintam. São um desafio de grandes horizontes, para quem habita nas ilhas, e sobretudo para os que as administram na repartição, não interessa se insular ou continental.

No fim da «guerra fria», quem está por esse Mundo fora disposto a sustentá-las ? Em tempos, constou, era o Khadaffi.

Só uma vontade firme, política e cultural, de um Estado que é de todos, insulares e continentais, pode evitar que de equívoco em equívoco, de guerrinha em querela, todos fiquemos a perder. Trata-se de um assunto que exige o oposto do que vem à luz nestas páginas e nas notícias sobre criancices quanto à bandeira ou ao ministro da República. A escassez de fundos pode ser dramática, como se nota, a retirada de competências várias pode ser humilhante, como o que se ouve, vê e lê.

As lutas de galos dentro de um partido é que são pouco bem vistas quando o assunto se afigura sério.



João Isidro

O espectáculo «virou» rocambolesco e, um dia destes, a avaliar pelos desabafos mais frequentes, vai exigir-se ao Governo que haja... que aja.

Que tome ou largue. Como na feira.

Assim se resume o pressentimento de um continental.

POLÍTICA

BREVES

Jorge Lemos prolonga ausência

O deputado comunista Jorge Lemos prolongou a suspensão do seu mandato na Assembleia da República. Em carta ontem enviada à direcção do Grupo Parlamentar, o deputado do PCP renovou a suspensão do seu mandato, indicação que foi aceite por aquele órgão. «O nosso desejo é que a suspensão se prolongue», disse Carlos Brito à TSF. O líder da bancada comunista acrescentou que a «renovação da suspensão do mandato é positiva e conveniente para o deputado e para o Grupo Parlamentar».

Maria Santos com Cardeal-Patriarca

A eurodeputada Maria Santos é hoje recebida pelo cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, para análise da posição da Igreja Católica portuguesa face aos problemas ambientais. «É a primeira vez que um ecologista é recebido pelos mais altos dignatários da Igreja», disse a dirigente do partido «Os Verdes» que pretende aprofundar o discurso de João Paulo II, de 1 de Janeiro deste ano, em que solicitou a intervenção oficial para travar a degradação ambiental.

Soares recebe quadros angolanos

O Presidente da República, Mário Soares, recebe hoje na sua casa de férias da Praia do Vau, Algarve, a comissão organizadora do I Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior e um conjunto de personalidades angolanas. O grupo de personalidades que visita Soares, pretende criar um movimento de solidariedade para com as vítimas da fome em Angola.

Cavaco visita Brigada de Trânsito

O primeiro-ministro, acompanhado pelo ministro da Administração Interna, visita amanhã a Brigada de Trânsito da GNR, com o intuito de verificar «as condições de trabalho» daquela divisão da GNR. Em Setembro, Cavaco Silva deslocar-se-á ao distrito de Castelo Branco para tomar conhecimento de obras em curso no distrito.

Novo cônsul português em Hong Kong

O novo cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, Filipe Albuquerque apresentou ontem cumprimentos e trocou impressões com o Governador de Macau, Carlos Melancia. Durante o encontro de hora e meia a que também assistiram o secretário-adjunto para os Assuntos da Transição, João de Deus Ramos e o assessor diplomático de Melancia, Ferreira da Fonseca, foram abordados «assuntos de ordem geral», segundo revela a agência Lusa.

JSD organiza seminário

Trinta e dois dirigentes de organizações políticas oriundos da Europa, América do Norte, América Latina e África desde ontem e até 10 de Agosto num seminário organizado pela JSD, cujo tema principal incide sobre «As correntes políticas e o seu efeito sobre a liberdade e o desenvolvimento». Durante a estadia os participantes visitarão a Assembleia da República.

Teresa Gouveia condecorada

A deputada social-democrata e ex-secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia é hoje condecorada na embaixada do Brasil, em Lisboa, com a grã-cruz da Ordem do Rio Branco. A condecoração foi atribuída pelo Governo brasileiro como reconhecimento da actividade desenvolvida por Teresa Gouveia, enquanto secretária de Estado da Cultura, no campo da cooperação com o Brasil.

Contrários a que o aumento da produtividade seja conseguido à custa dos salários reais dos trabalhadores, os socialistas rejeitam o PESAN, que consideram portador de uma lógica de troca em que, por se perderem os instrumentos cambiais, se fortalece o instrumento de restrição dos salários

PS quer consenso para acordo social

O Partido Socialista afirmou ontem em conferência de imprensa a necessidade de ser encontrada uma plataforma de consenso entre os parceiros sociais e o Governo, que viabilize um acordo social e médio prazo. Mas está contra o PESAN (o plano de Miguel Beleza intitulado «Progresso Económico e Social para os Anos Noventa») por considerá-lo «a tentativa de criação de um facto político, uma operação de marketing eleitoral». Fundamenta as suas críticas nas «enormes contradições entre os objectivos definidos nas introduções a cada ponto e as propostas concretas aí constantes».

Bruno Neves

Jorge Sampaio espera que a concertação seja possível

O PS sublinha, como caso «mais flagrante» desta contradição, a política de rendimentos e preços. O objectivo enunciado na introdução é aproximar progressivamente os salários reais dos portugueses aos salários reais dos restantes países europeus, mas a fórmula proposta, afirma, «conduzirá normalmente a resultado antagónico».

Vai mesmo mais longe, ao considerar essa fórmula «uma verdadeira armadilha», traduzida no facto de, «perante impossibilidade da taxa de câmbio acomodar a manutenção dos níveis de competitividade externa, o PESAN tenta gerar uma situação em que sejam mais uma vez os salários que pagam os custos do ajustamento».

Interrompendo uma reunião do secretariado nacional em que o assunto foi debatido, Jorge Sampaio, Marques da Costa, Ferro Rodrigues e Manuel dos Santos, vieram dizer aos jornalistas que tudo isto, além de «socialmente injusto» contém uma lógica «economicamente ineficaz», pois permitiria conservar durante mais alguns anos estruturas produtivas e métodos de gestão sem qualquer futuro.

Os socialistas afirmam que o PESAN não responde á necessidade de estabelecimento de «um quadro estimulante» para a actividade económica, sentida por todos os empresários verdadeiramente apostados no desenvolvimento.

Este plano, segundo o PS, «não tem as condições mínimas para construir uma verdadeira base de trabalho para o alcance de uma plataforma social» e «não responde às grandes questões colocadas quer pelos sindicatos quer pelas confederações patronais, apenas procura servir os interesses eleitorais do Governo».

Dez princípios para um acordo

A desinflacção joga um papel importante em todo este processo mas fundamental é a forma de a conseguir. Quanto a este aspecto, lembram que «só há eficácia na desinflacção se houver realismo nos objectivos». e que o País está confrontado com uma situação em que vamos ter que lidar com os mecanismos do Sistema Monetário Europeu antes de atingirmos o nível de desinflacção ideal. Por isso «tem que se encontrar um sistema em que todos ganhem».

Nessa perspectiva, o PS apresenta dez princípios para um acordo social a médio prazo: realismo e eficácia na desinflacção, co-responsabilização e convergência na desinflacção, melhor Estado, partilha dos custos do ajustamento, aumento significativo da produtividade como eixo de uma estratégia de médio prazo, maximização da eficiência económica e social das empresas através de uma crescente adaptabilidade e flexibilidade negociada, empenhamento dos trabalhadores e assalariados no aumento da produtividade, liberalização da legislação sobre negociações colectivas e incentivo ao avanço social nas empresas e administração pública, participação dos parceiros sociais na gestão de sistemas e instituições e reforma da segurança Social pública com melhoria das suas prestações.

Ferro Rodrigues lembrou que «mais tarde ou mais cedo as empresas vão compreender que uma exagerada precarização do trabalho e rotatividade dos trabalhadores é prejudicial aos seus interesses». Considerou também que a manutenção da produtividade com base nos baixos salários «é uma batalha perdida».

Jorge Sampaio, secretário-geral do PS, manifestou no entanto a esperança de que um caminho de concertação seja possível, ao mesmo tempo que afirmava existirem suficicentes «actores» na sociedade portuguesa capazes de serem protagonistas da transformação.

Agora, o PS vai enviar o seu documento ao Governo e aos parceiros sociais, abrindo certamente caminho para uma longa discussão em busca dos consensos necessários à tal solução «em que todos ganhem».

A.V.

Pinheiro com Machungo

O ministro português dos Negócios Estrangeiros foi esta manhã recebido pelo primeiro-ministro de Moçambique, Mário Machungo, na quinta etapa do seu périplo de duas semanas por seis países da África sub-saariana. A audiência com o chefe do Governo moçambicano constitui o ponto alto do programa de Deus Pinheiro que quinta-feira deixará Maputo a caminho de Cabo Verde. No dia seguinte daí partirá com destino a Lisboa.

«Uma emoção difícil de explicar», foi a primeira afirmação que fez o titular dos Negócios Estrangeiros de Portugal quando ontem desembarcou na capital de Moçambique. «É como um regresso a casa», disse João de Deus Pinheiro à chegada, salientando que «foi aqui que nasceram dois dos meus filhos, o que não posso esquecer».

Recebido no aeroporto pelo seu homólogo Pascual Mocumbi, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal afirmou aos jornalistas afirmou não ser importante «se Portugal está, ou não, a ser o intermediário da paz. Dentro do que conhecemos e do que é a nossa experiência, temos incentivado o diálogo e somos parceiros empenhados na paz», acrescentou.

Homenageado ontem à noite pelo ministro dos Estrangeiros de Moçambique com um jantar, Deus Pinheiro iniciou a jornada de hoje depondo uma coroa de flores no monumento aos heróis antes da audiência que manteve com o primeiro-ministro Mário Machungo. Encontrou-se entretanto com empresários, com os quais almoçou, e vai oferecer uma recepção aos chefes das missões diplomáticas acreditadas em Maputo. À noite, é homenageado com um jantar pela Associação dos Portugueses de Moçambique.

O primeiro-ministro moçambicano recebeu ao fim da manhã o empresário português Manuel Boullosa, antigo proprietário da refinaria de petróleo e distribuidora de combustíveis «Sonarep», com grandes intereses, neste momento, na África do Sul. Boullosa é um dos empresários que integram a comitiva de Deus Pinheiro.

Redacção «DL»/Lusa

POLÍTICA

Governo mandou reformular a Lei-Quadro do planeamento

Está em debate no Conselho de Ministros, para posterior envio à Assembleia da República, antes da discussão do Orçamento do Estado, uma proposta de Lei-Quadro do Planeamento que, no essencial, acolhe as orientações saídas da última revisão constitucional. Segundo informação confiada ao DL, o anteprojecto, originário do Ministério do Planeamento e Administração do Território, foi genericamente apreciado na última reunião do Conselho de Ministros mas a sua discussão, foi adiada para reformulação da versão original do MPAT.

A proposta aponta como objectivos dos planos «promover o crescimento económico, o desenvolvimento harmonioso de sectores e regiões, a justa repartição individual e regional do produto nacional e a coordenação da política económica com as políticas de reforço e aprofundamento da identidade nacional, defesa e segurança interna, educação e cultura, social, qualidade de vida e ambiente e ecologia».

E aceita e até acentua os princípios a que, segundo o texto constitucional, deve obedecer a elaboração dos planos, em particular o da «economia mista», traduzido no diploma governamental pela expressão «supletividade de intervenção do Estado face ao livre funcionamento da iniciativa privada e de mercados abertos e concorrenciais».

Discordâncias e omissões

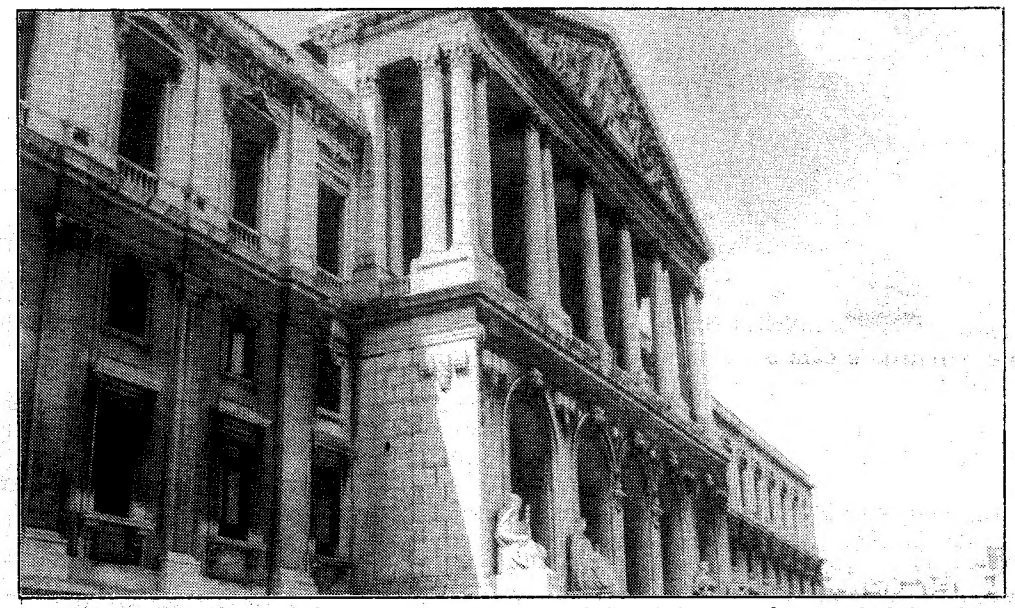
Acaba com esta lei, que revoga a nº 31/77, de 23 de Maio (Sistema e orgânica de planeamento), o carácter «imperativo» do plano para o sector público estadual. O plano deixa também de ser obrigatório, por simples decurso legal, «por força de contratos-programa, para outras actividades de interesse público». Estes princípios já tinham igualmente sido ultrapassados nos trabalhos da revisão constitucional.

Em contrapartida, a proposta de lei-quadro sublinha o princípio da «vinculação dos planos ao programa do Governo» -enquanto a Constituição apenas diz que que eles devem ser elaborados «de acordo com o programa do Governo»- assim como os vincula «às orientações de política de desenvolvimento económico e social estabelecidas em instrumentos comunitários», coisa que a Constituição, por omissão talvez, nem sequer refere.

Outra discordância entre o texto constitucional (91º a 95º, Título II da Parte II--Organização Económica) e a proposta que está para aprovação no Ministério, diz respeito à política de defesa e segurança interna. A Constituição não a incluiu entre os objectivos que estipula para o processo de planeamento, mas a proposta diz, expressamente, que constituem objectivos dos planos, no quadro dos objectivos macroeconómicos, entre outros, «a coordenação da política económica com a política de defesa e segurança interna».Com a revisão constitucional, os planos passam a ser, apenas, anuais e de médio prazo, tendo os primeiros «expressão financeira no Orçamento do Estado». Os planos de médio prazo, segundo a proposta de lei-quadro, «contêm a estratégia de desenvolvimento económico e social, a seguir pelo Governo, no período de cada Legislatura».Com o novo ordenamento constitucional, foi abolido o Conselho de Consertação Social e o Conselho Nacional do Plano, surgindo em seu lugar o Conselho Económico e Social que participa no processo de elaboração bem como no controlo da execução. Os planos anuais e de médio prazo, antes de serem aprovados pelo Governo, devem recolher o parecer do CES, mas tal parecer não é vinculativo.

O Governo só pode elaborar e aprovar os planos anual e de médio prazo depois de a Assembleia da República ter aprovado as Grandes Opções do Plano (GOP's).

Redacção «DL»



A Assembleia da República ao rever a Constituição obrigou a alterar a Lei-Quadro do Planeamento

PEDIP apoia ambiente

O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais vai investir mais de milhão e meio de contos com os 42 projectos que nele deram entrada relativamente à protecção e defesa do ambiente.

O Sistema de Incentivos Financeiros PEDIP-Plano Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, abreviadamente designado por SIN-PEDIP, tem validade até ao fim de 1992.

Este sistema de incentivos visa apoiar directamente os industriais promotores de acções na defesa e protecção do ambiente, numa comparticipação a fundo perdido de 50 por cento dos custos das aplicações até ao máximo de 75 mil contos por cada projecto.

Soma 1 640 000 contos o investimento total que o Governo nesta área. A média por projecto é de 34 mil contos, sendo o investimento máximo de 185 mil contos e o mínimo de 1 900 contos.

O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais recomenda aos industriais que adiram a este sistema, «já que a legislação sobre água, ar e resíduos obriga as empresas a efectuar investimentos em ambiente». E depois de 1992 todos os investimentos nesta área não terão qualquer comparticipação oficial.

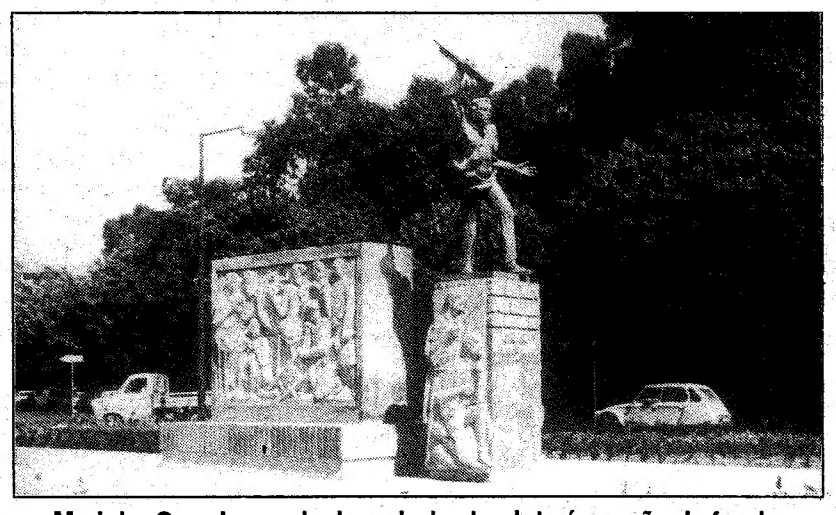
Redacção «DL»

Barros Duarte promete voltar, mas não diz quando. A oposição autárquica ameaça provocar a ruptura, mas receia perder posições em novo acto eleitoral

Marinha Grande: presidente auto-suspenso há sete meses

«Estou determinado a voltar, mas ainda não decidi quando» - afirmou ontem ao nosso jornal o presidente da Câmara da Marinha Grande, confirmando, assim, o prolongamento da suspensão de mandato, geradora de «crescente desgaste» na autarquia.

Barros Duarte solicitou a suspensão de mandato logo após a eleição, em Dezembro do ano passado, alegadamente por incompatibilidade entre o desempenho de funções na edilidade e no Conselho Geral do BPA, de que faz parte. Segundo apurou o «DL», estaria na disposição de resolver a questão profissional, para se dedicar por inteiro à gestão camarária. Porém, mais de sete meses volvidos, a situação mantém-se. Aliás, colocado perante o facto de a lei limitar a um ano o período de suspensão, respondeu laconicamente: «Ainda falta muito tempo».



Marinha Grande: perda da maioria absoluta é a razão de fundo do afastamento do presidente?

Perante a indefinição, o presidente substituto, José Luis de Sousa, parece pouco à-vontade. A questão tem sido tratada com frequência pela Imprensa da região e o número dois da lista da CDU, atirado subitamente para a liderança da edilidade, sustentou, numa primeira fase, não desejar prolongar a situação, para depois admitir a subordinação à decisão do seu partido, o PCP.

Tido como «bom vereador, mas sem o perfil adequado» para a presidência, no dizer de uma fonte contactada pelo «DL», José Luís de Sousa parece ganhar com a indefinição da oposição local, que se «entreolha» sem tomar qualquer decisão. Autarcas socialistas ainda na semana passada, em declarações ao «Jornal de Leiria», admitiam a hipótese de provocar a ruptura, abrindo caminho a eleições antecipadas. O PS levantou mesmo o problema na última reunião da Assembleia Municipal, mas parece temer que o gesto se vire contra si próprio.

A possibilidade de antecipar o sufrágio é, aliás, tida como hipóte-se remota, a-pesar do bom-bástico título daquele semanário. José Augusto, da Direcção da Organização Regional de Leiria (DORLEI) do PCP considera-a «mera ficção», resultante do «empolamento da situação», por parte do PS. Também ele garante que Barros Duarte vai reassumir funções em breve, sem estabelecer qualquer data.

A chave de qualquer decisão está, paradoxalmente, nas mãos do PSD que, ao eleger um vereador em Dezembro, «roubou» a maioria absoluta aos comunistas, agora com os três representantes, tantos como o PS. O social-democrata Artur Inácio Cadime tem funcionado como «charneira» no executivo municipal mas, ao que apurámos, o partido não tem qualquer interesse em desencadear o processo, temendo que acabe por favorecer o PS.

«Feitio pouco tolerante»

«Recuperado» pelo PCP para a candidatura autárquica, Barros Duarte, que já desempenhara o cargo entre 1979 e 82, tomou o lugar de Emílio Rato, há mais de uma década ligado à autarquia e que em 1985 derrotara a coligação PS/PSD. A candidatura da CDU reflectiu, então, a agitação patente nas hostes comunistas da Marinha Grande, outrora um verdadeiro bastião do partido.

Fechando os olhos à influência eleitoral de um grupo de militantes conotados com sectores «críticos», a direcção do PCP operou uma «limpeza total», no dizer de um antigo autarca do partido. A lista à Assembleia Municipal, por exemplo, só recandidatava um membro da equipa em funções. Resultado: perda da maioria absoluta, oficialmente justificada pelo decréscimo da votação na coligação a nível nacional.

A suposta incompatibilidade entre a liderança da edilidade e a presença no Conselho Geral da instituição bancária fora levantada ainda no decorrer da campanha eleitoral. Barros Duarte garantiu, então, que assumiria o cargo mas, logo na primeira sessão camarária pediu a suspensão, sem definir prazo. Antes, no discurso de posse, não se coibiu de produzir uma «intervenção muito violenta» contra o PS e o seu cabeça-de-lista, o independente Aníbal Curto Ribeiro.

Tal atitude é interpretada por fonte conhecedora da autarquia como reveladora do carácter do presidente da Câmara, porventura a verdadeira de fundo do afastamento. Duarte é considerado homem de «feitio pouco tolerante» incapaz de se adaptar à situação de maioria relativa na vereação, que não esperava. Seja como fôr, não poderá prolongar eternamente a suspensão. Há, aliás, quem admita que, passadas as férias, terá mesmo de tomar uma decisão. «Lá para Setembro ou Outubro a coisa vai aquecer...», disseram-nos.

Paulo Martins

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Diário de Lisboa, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo, Brito e Pedro Palma**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Óscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP

- Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa.

Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Delegação Norte: Rua Monte dos Pipos, 326 - Custóias - 4450 Matosinhos - Telef. 9531566 Fax 9531023

Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 70$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

EVITEMOS DEMASIADOS BORDÉIS

Com os hospitais a fechar, a Itália inteira não fala senão na reabertura das casas de tolerância. Isto sucede também em França, mas aqui, em vez de se ocuparem das prostitutas, melhor fariam se abrissem casas de «intolerância» para «abrigar» os filhos da mãe que andam a profanar os túmulos nos cemitérios dos judeus ou a escrever que, em Auschwitz, houve poucas mortes e estas, presumivelmente, devidas a indigestão.

Parece que é a nostalgia o argumento de maior peso em relação à reabertura dos bordéis, e se Fillini falou neste assunto com a devida dose de ironia, outros há que estão realmente nostálgicos. O certo é que os bordéis foram encerrados enquanto eu, com vinte e seis anos, cumpria o serviço militar em Como. Quero dizer com isto que pertenço a uma geração que os conheceu. Que conheceu as suas salas apinhadas e fedorentas, onde degradadas imitações das filhas de Eva giravam, com passos ondulantes, explindo ou retraindo a língua como um papa-formigas e exprimindo, com ousadia lexical, duros julgamentos sobre o estado bisonho do auditório de rapazes de dezoito anos. Conheci os quartos adorosos de desinfectante, onde a prestadora do serviço evocava na mente do jovem cliente o espectro da vagina dentada, provocando a súbita «impotentia coeundi» e a fruição da compensação e mantendo a milionésima parte da sua virgindade. Participei em expedições de intelectuais que iam estudar em certos bordéis milaneses os vestígios de um floral tardivo, que deveria mais tarde inspirar o neoliberty dos anos 60. Encontrei também cordiais e amáveis moças que sabiam enobrecer com um sorriso e um mote espiritual o rito infernal de que eram vestais.

De tudo isso, certamente conservo a nostalgia, assim como me comovo ao relembrar as noites de insónia passadas a tremer de frio e de medo nos refúgios antiaéreos, e ao lembrar-me da operação de emergência, sem anestesia local, na unha encravada, que suportei com estoicismo trocista, conquistando a admiração da trémula mãe e do próprio veterinário. Tal é a sedução da memória que relembra com doçura até os próprios dias inflamados do sarampo. Mas talvez os meus nostálgicos coetâneos não se apercebam de que, se as casas de tolerância fossem reabertas seriam habitadas por raparigas «punk» a cheirar a «spray», que diriam «pois, pois» ou «percebe?» chupando coca-cola por uma palhinha. O que faria que os ditos nostálgicos fossem os primeiros a reconhecer que preferiam a Primavera de Botticelli.

O outro argumento dos nostálgicos é que não se pode reprimir «a mais antiga profissão do mundo». Nunca percebi onde nasceu este mal-entendido. Se leio a Bíblia, a mais antiga profissão do mundo é a do lexicógrafo, pois Adão deu logo nome às coisas. Segue o «spot» publicitário sem o qual Eva não teria convencido Adão a comer a maçã quando tinha caviar, «kiwis» e perdizes à disposição. E assim, a matança (Abel) e as artes marciais (Caim). Não tenho conhecimento de desvios cometidos pelas suas respectivas irmãs; se, no entanto, seguirmos o bom senso genealógico o incesto precede a prostituição.

Mas admitindo mesmo que a prostituição é uma actividade de interesse público e um direito, tanto activo como passivo, impressiona-me o modo como os nostálgicos se preocupam tanto com a satisfação sexual dos jovens e dos senhores maduros, mas não com a idêntica satisfação das senhoras de boas famílias. Em termos puramente económicos, uma prostituta feminina, que pode amortizar (com bastantes clientes e num só dia) as despesas de instalação, está disponível, a preços acessíveis, para toda e qualquer categoria social, enquanto que um prostituto masculino, que pode fornecer um número exíguo de prestações diárias, e com muito dispêndio de proteínas, não está ao alcance de uma viúva reformada ou da esposa insatisfeita de um professor primário. E, segundo os nostálgicos, só para estes é que a Brigada de Usos e Costumes deverá intervir.

Não me compete discutir a questão do ponto de vista sanitário, e a todos desagrada deparar com essa malta nocturna que se passeia por becos e travessas. Mas, então, por que razão não se constitui um quadro de profissionais privados, de ambos os sexos, que, como os dentistas, recebam por marcação no próprio estúdio ou espelunca, obedecendo a um regulamento que obrigue a um controlo médico em tempos ou lugares devidos e tarifas próprias por categoria?

Em vez disto lê-se, de quando em quando, que a polícia irrompe num hotel «complacente». E se cada um se preocupasse com as suas próprias complacências?

Umberto Eco

Exclusivo «Corriere de Sera»/ «DL»

(trad. de Manuela Ferreira de Almeida)

LETRA DE FORMA

Diário de Notícias

De um artigo de Paulo de Castro:

(...) É de elementar justiça assinalar, e desde há muito, uma geração de homens nos partidos comunistas ocidentais que estão mais próximos do socialismo histórico, que Lenine fracturou. Mantendo-se comunistas, até porque, segundo Dostoievski, «não se muda de deus facilmente», tudo indica que encontram nos socialistas democráticos a sua inevitável predilecção. A direita não entendeu, por cristalização ideológica (ela nega tacticamente as ideologias... dos outros), que se há uma possibilidade de socialismo na União Soviética, surgiu com a Perestroika. Socialismo livre e de mercado o que, mais uma vez, nem a direita nem os estalinistas podem integrar nos seus dogmas. (...)

30.JUL.90

PÚBLICO

De um artigo de Eduardo Prado Coelho:

(...) A seguir ao 25 de Abril, vivemos um período de ideologização acelerada, em que abusos e descontrolos apareciam envolvidos e incorporados na rede de determinações político-partidárias que dominava toda a cena portuguesa. Isto teve por consequência que o leitor era levado a interpretar que tais abusos e descontrolos eram consequência da confusão dos tempos em que se vivia e do clima de luta ideológica em que se estava. A comunicação social tornava-se uma realidade inocente e transparente, na medida em que se limitava a prolongar a repercutir uma situação de confronto em que todos os golpes eram permitidos. Um dos efeitos desta atmosfera agitada e conflituosa era o de uma delimitação sem hesitações entre jornais «de direita» e jornais «de esquerda», entre jornalistas «de direita» e jornalistas «de esquerda». Como se poderia configurar um quarto poder nestas circunstâncias, se as instâncias do poder efectivo se guerreavam através da comunicação social? (...)

30.JUL.90

CAPITAL

De um artigo de O. Gouveia Pereira:

(...) Deste modo, a nova realidade que se perspectivou para os espanhóis e a possibilidade de uma nova identificação supranacional parecem servir de mecanismo de atenuação do conflito de identidade. A Espanha, nação de nações, pode assim vir a sê-lo, na medida em que cede parte do seu poder madrileno e uma comunidade alargada. As pátrias-nações espanholas ganham também uma expressão nova neste espaço mais alargado e parecem esbater os seus conflitos.

Perder para ganhar é assim o modelo mais adequado à união política europeia. Embora os problemas portugueses pouco tenham a ver com os espanhóis, este é um modelo a meditar. (...)

30.JUL.90

O Comércio do Porto

De um artigo de Pedro de Andrade no Suplemento «Economia»:

*(...) Para ganhar o **grande desafio** outros menores é preciso ultrapassar. Três desafios, por exemplo, se colocam à economia portuguesa: o da **modernização**, o da **especialização** e o da **internacionalização**. Como se sabe, a nossa economia apresenta-se estruturalmente obsoleta, nomeadamente no domínio agrícola, depende ainda demasiado de sectores tradicionais — como os têxteis — objecto de feroz concorrência por parte dos países que chegam à industrialização, terá dentro em breve de competir, sem quaisquer protecções especiais, num mercado único onde se movimentam grupos e empresas poderosas. O tempo para as indispensáveis transformações começa a escassear, embora algum esforço se esteja já a fazer nesse sentido — e importa dar resposta adequada a cada uma destas questões. (...)*

30.JUL.90

AS FAMÍLIAS PORTUGUESAS

Diz-me como dizes os outros, como chamas os outros, dir-te-ei quem és.

Sejas indivíduo sejas instituição.

Sejas partido sejas bloco de poder.

Uma fórmula porventura intensamente reveladora é a maneira como o discurso do poder nos diz, como o Estado nos chama, como a comunicação social nos descreve, a todos.

Povo.

Povo português.

Portugueses.

Portuguesas e portugueses.

População.

Populações.

Populares.

Porque cada uma destas expressões projecta um estádio do todo, um estádio de nós e um estádio de quem nos designa.

A verdade é que já fomos, entre sucessiva e alternadamente, povo, povo português, portugueses, portuguesas e portugueses, população, populações, populares.

Coisas que não são manifestamente sinónimas.

Havendo nisto de tudo: desde a grande abstracção democrática ao apelo historicizante, desde a concessão à mulher, à segmentação municipalizadora.

Neste momento, este vocativo do discurso do poder move-se entre dois pólos.

De um lado, para alguns, somos *os portugueses*.

Do outro lado, para outros, somos *as famílias portuguesas*.

O sr. Presidente da República, por exemplo, chega ao balcão de uma das suas mensagens ao País e vê — *portugueses*.

É a eles que fala, que diz a Europa, o Mundo, o Universo.

Os srs. ministros das Finanças, por exemplo, tendem a assomar ao IRS e a ver — *famílias portuguesas*.

É a elas que dizem o pêpêerre.

Não somos, simultaneamente, dialecticamente, uma e outra coisa?

Sim e não.

Os portugueses votam.

As famílias portuguesas vão às compras.

Os portugueses cantam o Hino Nacional.

As famílias portuguesas sabem o preço do bife.

Os portugueses lêem.

As famílias portuguesas vêem.

Os portugueses são mais chatos, mais longos, mais pesados, mais exigentes.

E, assim, mais penalizados.

O sr. dr. Oliveira e Costa agrava-os singularmente.

As famílias portuguesas são cada vez mais permeáveis, mais objectalistas, mais minimalistas, mais mercadológicas.

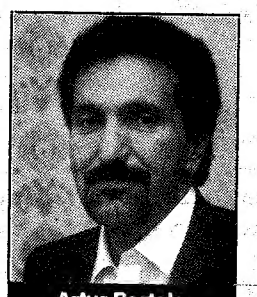
Pelo que não há, em rigor, *duas formas de dizer a mesma coisa*.

Há *duas coisas diferentes*.

Ditas *cada uma por uma coisa diferente*.

Duas culturas de Nação, de Estado, de Democracia.

Dois recenseamentos morais.



Artur Portela

Os portugueses são dez milhões.

As famílias portuguesas são só três milhões.

Os portugueses têm castelos.

As famílias portuguesas têm vivendas.

Os portugueses são solidários.

As famílias portuguesas são egoístas.

Os portugueses, fala-lhes um órgão de soberania.

Quem é que tem mais legitimidade, mais dignidade constitucional, aquele que fala dos portugeses, aos portugueses, ou aquele que fala, das famílias portuguesas, às famílias portuguesas?

A partir precisamente de que data, dia, mês e ano, se pode começar a falar de «*normalidade democrática*», quando já não houver famílias portuguesas, e só houver portugueses?

Aplica-se, no caso, a Lei das Incompatibilidades?

Se sim, que fazer se o sr. presidente do Tribunal Constitucional empatar consigo próprio?

CARTAS NA MESA

«Pintura checa no charco»

No passado dia 9 de Julho, publicou o vosso jornel um artigo intitulado «Pintura checa no charco», da autoria de Jorge Fallorca.

Das várias referências tecidas no texto por esse senhor - ao que julgo saber é crítico de arte - e embora possa concordar pontualmente, o certo é que o texto está repleto de incongruências e má-fé. Senão vejamos:

- sendo o sr. Jorge Fallorca um «crítico de arte», deveria preocupar-se com a análise das obras expostas e não enveredar por juízos precipitados em relação a uma montagem;

- o sr. Jorge Fallorca desconhece os critérios impostos pelos artistas checos para a sua montagem;

- o sr. Jorge Fallorca, na presença dos pintores portugueses presentes na «mostra», abordou-me para saber quem tinha montado a exposição;

- o sr. Jorge Fallorca, face à resposta, argumentou: «estou elucidado».

- Lamento que este senhor não tenha indagado correctamente junto das organizações sobre critérios e selecção das obras. Lembre-se que estava presente a comissária checa, representante dos artistas e a quem coube a responsabilidade da selecção das obras. Aliás, o seu profundo desconhecimento das imposições dos artistas manifesta-se, quando escreve «calhaus» e quando diz que um quadro de Vaclav Stratil se enrodilha no chão. Dá vontade de rir!

- O sr. Jorge Fallorca em vez de tomar atitudes de «sobranceria» (verificadas por outros artistas) deveria conhecer melhor as tendências da escola checa, o seu vanguardismo e os propósitos da colocação das obras.

- Quanto ao montar quadros nas colunas que se erguem da água e outras citações no texto, as mesmas não merecem qualquer espécie de resposta aos seus errados pressupostos.

- Quanto ao local, e embora a Liz-Arte reconheça que não era o mais indicado, o certo é que, na falta de apoio e de alternativas se optou, e bem, pela Mãe d'Água das Amoreiras.

O presidente da Liz-Arte
António Gonçalves Filipe

Resposta de Jorge Fallorca:

Não fosse a riqueza de disparates que contém, a sua carta não me mereceria qualquer espécie de comentário. Mas como não resisto à qualidade da sua escrita, faço uma excepção à mediocridade.

Nada tenho a acrescentar ao que foi publicado no dia 9 de Julho, sob o título "Pintura checa no charco", a propósito da montagem da referida exposição na Mãe d'Água das Amoreiras.

No entanto:

- Não lhe reconheço caução cultural para decidir o que um crítico de arte deve ou não escrever. Se está habituado a dizer aos críticos de arte o que devem fazer com o seu trabalho, bateu na porta errada.

- É verdade que desconheço os critérios impostos pelos artistas checos para a montagem da exposição. Como a sua carta não os refere, perdeu uma óptima oportunidade de nos dizer quais foram.

- Não lhe respondi «estou elucidado», mas sim «óptimo».

- Volto a recordar-lhe que não me preocupou a selecção apresentada, mas a forma como fez a sua montagem. Preocupa-me que lhe dê vontade de rir que eu tivesse escrito que a sua montagem mostrava "uma técnica mista de Magita Titlová-Ylovsky entalada entre dois calhaus e iluminada por um holofote apertado por uma mola no próprio trabalho". Perguntava-lhe mais adiante, no texto, se tanto o director da Liz-Arte como a comissária da exposição entendiam o conjunto por uma técnica mista e você não responde. Continua a dar-lhe vontade de rir que eu não compreenda como "jorra da parede até onde os bancos que ladeiam a janela permitem que se enrodilhe no chão um trabalho de Vaclav Stratil". A mim continua a preocupar-me que não responda ao que lhe pergunto e que omita na sua carta como se permitiu mostrar sem parte da moldura do lado esquerdo um quadro de Vladimir Kokolia.

- Além de escrever como montou esta exposição, fico a aguardar que me demonstre quando é que eu tomei atitudes de "sobranceria", e que aproveite para me elucidar sobre as tendências da escola checa, o seu vanguardismo e os propósitos da colocação das obras.

AGROS

REGOZIJA-SE COM A QUOTA DE PRODUÇÃO DE LEITE FIXADA PARA PORTUGAL

COMUNICADO

A AGROS reunida em Assembleia Geral no dia 27 de Julho de 1990 com as suas 41 cooperativas associadas, cuja área social abrange todo o território a norte do rio Douro, representando aproximadamente 30 000 produtores (35% do universo continental), e cerca de 40% da sua produção, tendo tido conhecimento da atribuição pela CEE, de 1900 milhões de litros de leite como Quantidade de Referência, depois de laboriosas e difíceis negociações em Bruxelas, entendeu de imediato vir manifestar publicamente o seu apreço pela sábia orientação e pertinácia com que o Ministro da Agricultura soube conduzir este delicado processo, no sentido da defesa dos interesses dos produtores de leite portugueses.

Este acontecimento é tanto mais de realçar quanto é certo que a atribuição do quantitativo fixado, pela compreensão e justiça do seu valor, se pode considerar ter tido tratamento excepcional em relação a todos os Países Europeus, inclusivamente a Espanha.

Dentro do espírito e filosofia defininides pela CEE sobre esta matéria, que privilegia as explorações do tipo familiar, de forma a não se observar o abandono da produção de leite nas zonas desfavorecidas, ameaçadas pelo agravamento dos rendimentos dos produtores, pela desertificação e por razões de protecção do Património Florestal, julga-se, com fundamento, que a aplicação do sistema entre nós não deixará de considerar estas zonas com indispensável atenção para possibilitar resposta à necessidade de reestruturação das explorações agrícolas com vista à obtenção do equilíbrio socioeconómico do País, visualizado na sua globalidade.

AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U.C.R.L.

O Presidente da Assembleia Geral

Dr. Joaquim Cadaval Queiroz de Sousa Coutinho

INTERNACIONAL

BREVES

URSS e Coreia do Sul vão normalizar relações

Uma delegação de 20 membros do Governo sul-coreano partiu hoje para Moscovo para conversações destinadas à normalização das relações entre os dois países. O tema principal desta reunião que terá início na quinta-feira com primeira das quatro rondas de conversações, será o incremento das relações económicas entre os dois países. O comércio bilateral totalizou 599 milhões de dólares em 1989 e deverá atingir mil milhões de dólares este ano. As duas partes, de acordo com a agência Yonhap, tentarão também fixar as datas para as visitas às capitais dos dois países dos respectivos presidentes.

Moscovo e Tirana entram na fase da cooperação

A Albânia e a URSS assinaram um acordo para o restabelecimento das relações diplomáticas, interrompidas há 29 anos, em consequência da ruptura de Moscovo com Pequim. O acordo prevê, além da normalização das relações diplomáticas, a intensificação dos contactos em todas as áreas da vida dos dois países. As duas partes, referiu a propósito a TASS, manifestaram ainda o desejo mútuo de «desenvolver as relações de amizade e cooperação, respeitando os princípios da soberania, igualdade e não-interferência nos assuntos internos».

Dinamarqueses satisfeitos com a CEE

Uma sondagem publicada pelo diário dinamarquês «Berlingske Tidende» revelou que mais de 50 por cento da população dinamarquesa está satisfeita com a adesão à CEE. Esta sondagem representa a mudança de opinião de uma grande maioria de eleitores sociais-democratas que em 1989 se manifestava decididamente contra a entrada da Dinamarca no Mercado Comum. De acordo com os analistas, o fenómeno deve-se à entrada em vigor do Mercado Único em 1993 e a queda do Muro de Berlim, bem como a todos os outros acontecimentos que caracterizaram este ano de 1990, todo ele de mudança.

Iraque prepara nova Constituição

O Parlamento iraquiano iniciou o debate de uma nova Constituição em que, pela primeira vez, se contepla a realização de eleições nacionais para a presidência. O projecto prevê um mandato de oito anos para o chefe de Estado e aponta também para a liberdade de pensamento e opinião bem como a existência de partidos políticos, embora com grandes restrições. O texto actualmente em discussão realça, contrariamente às intenções de democraticidade, que «aqueles que misturem política com religião não poderão formar um partido político e que só o partido governamental «Baas» terá direito a desenvolver actividades políticas no seio do exército e das forças de segurança.

Separatistas tamil massacram agricultores

Segundo testemunhas oculares, supostos guerrilheiros separatistas tamis mataram a tiro 14 agricultores muçulmanos e espalharam os corpos por uma cidade localizada no Leste do Sri Lanka. Os corpos crivados de balas foram encontrados por comerciantes da principal rua de Akkaraipattu. Residentes na zona afirmaram acreditar que os Tigres da Libertação do Eelan Tamil, que combatem as forças de segurança no Norte e no Leste do país, são responsáveis pelo atentado. Os agricultores, segundo as mesmas fontes, devem ter sido mortos quando regressavam de um campo de arroz.

Termina motim numa prisão francesa

A polícia conseguiu hoje controlar um motim desencadeado na noite de domingo numa prisão da povoação de Oermingen, no Leste de França, por algumas dezenas de reclusos amotinados devido á libertação antecipada de um libanês. Incidentes similares ocorreram em várias prisões francesas desde sexta-feira, dia em que o libanês Anis Naccache foi libertado, após ter cumprido 10 anos de uma pena de prisão perpétua, pela morte de um polícia e de uma mulher, durante um atentado, em 1980, em Paris, contra o antigo primeiro-ministro iraniano.

Os dirigentes letões, recebidos pelo Presidente Bush, espera que Washington reconheça a independência da sua república

Letónia pede ajuda económica aos EUA

Dirigentes letões, em visita aos Estados Unidos, pediram ao Presidente George Bush assistência económica e disseram esperar que Washington reconheça a independência da Letónia.

O primeiro-ministro Ivan Godmaris disse pretender que os Estados Unidos estabeleçam um centro informativo em Riga, de apoio ao sector privado desta república do Báltico, ao mesmo tempo que encorajou os homens de negócios norte-americanos a investir na Letónia.

Godmanis, que falou com Bush durante 40 minutos, afirmou que o Presidente norte-americano prometeu estudar seriamente os seus pedidos.

A Letónia, e as repúblicas irmãs da Estónia e da Lituânia estão em transição para a independência, afirmou Godmanis, que prevê uma ruptura pacífica da ligação a Moscovo.

Uma Letónia independente terá uma posição semelhante à da Finlândia, um país vizinho da URSS que, desde a II Guerra Mundial, tem procurado seguir uma política externa aceitável para Moscovo.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Letónia, Janis Jurkans, que também se encontrou com Bush, declarou que os Estados Unidos deviam reconhecer a independência letã e não apenas recusar-se a reconhecer a anexação das repúblicas bálticas em 1940.

Todavia, disse compreender a relutância de Washington em fazer esse reconhecimento, uma vez que «nós não controlamos a situação».

Arménia rejeita decreto

Entretanto legisladores da Arménia soviética rejeitaram a noite passada um decreto de Mikhail Gorbachev, que ordena a dissolução de grupos para-militares locais.

Por outro lado, na vizinha Geórgia a situação agrava-se, com os protestos de grupos oposicionistas que querem eleições multipartidárias.

O Parlamento arménio, desafiando Gorbachev, afirma que o decreto presidencial de 25 de Julho «contradiz o direito natural do povo arménia à autodefesa», como consta da Constituição desta república caucasiana e da Carta das Nações Unidas.

Manifestantes georgianos estão, por seu turno, a bloquear desde a semana passada, os caminhos de ferro transcaucasianos, impedindo o transporte de mercadorias e pessoas para a república.

Numa declaração divulgada Tbilissi, capital da Geórgia, o Presidente georgiano Givi Gumbaridze, afirma que «a confrontação atingiu o seu auge» e que «um conflitito armado não está excluído», podendo levar «à anarquia, ao caos e a terríveis e imprevisíveis consequências».

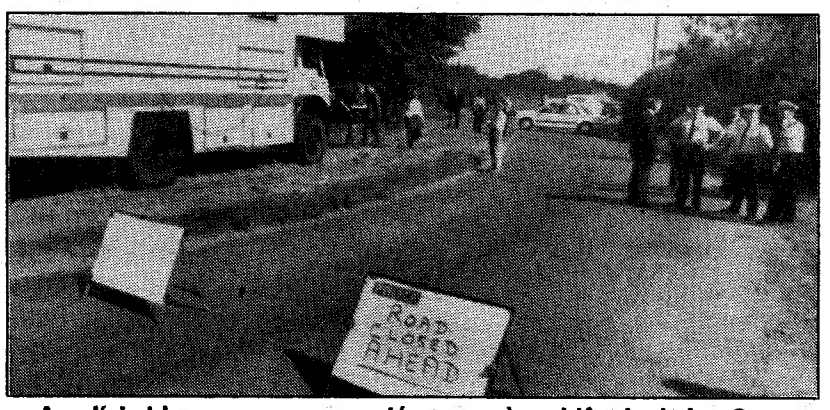
A televisão soviética noticiou a noite passada que o decreto de Gorbachev tem estado a ser ignorado na Arménia, tendo poucas armas sido confiscados e continuado os ataques armados nesta república.

Outro desafio

A Ucrânia também lançou um novo desafio a Moscovo ao pedir que os cidadãos da república que estão a prestar serviço nas forças armadas soviéticas regressem a casa.

O Parlamento da república aprovou uma resolução apelando ao Ministério da Defesa da URSS para que retire todos os soldados ucranianos que estão em áreas de conflito, como a Quirguízia, o Azerbaijão e a Arménia, até 1 de Outubro, e das restantes repúblicas até 1 de Dezembro.

Redacção «DL»/Lusa/AFP



A polícia bloqueou a rua que dá acesso à residência de Ian Gow, após o atentado que o vitimou

IRA matou inimigo «número um»

O Exército Republicano Irlandês (IRA) conseguiu ontem a sua acção mais espectacular dos últimos anos, ao matar num atentado à bomba o seu inimigo «número um», o deputado conservador britânico, Ian Gow, cujas posições sobre a Irlanda do Norte eram das mais radicais do Parlamento britânico.

Gow era presidente da Comissão dos deputados conservadores para a Irlanda do Norte, estando ligado a esta questão desde os anos 70 quando trabalhou activamente na equipa de Airey Neave, na altura ministro para o Ulster do gabinete-sombra, morto em Março de 1979 por uma bomba colocada pelo Exército Nacional de Libertação Irlandês (INLA), uma facção dissidente do IRA.

Gow foi nomeado secretário parlamentar privado de Thatcher, mantendo-se nesse posto até 1983, quando se tornou secretário de Estado da Habitação e, posteriormente, secretário de Estado do Tesouro. Durante todo esse período esteve ligado à questão irlandesa, defendendo posições duras contra os membros do IRA, tais como a proibição de reduzir penas por bom comportamento a guerrilheiros presos e o aumento das punições aos activistas.

Abandonou o cargo de secretário de Estado do Tesouro em 1985 como forma de protesto contra a assinatura de um acordo anglo-irlandês, que dava a Dublin certos direitos de intervenção na Irlanda do Norte. O deputado conservador acusou sistematicamente o Governo irlandês de não extraditar os membros do IRA refugiados no país.

Redacção «DL»/AFP

Mongólia

Comunistas ganham eleições livres

O Partido Popular Revoluvionário da Mongólia (PPRM), no poder há 69 anos, terá consquistado uma vitória confortável nas primeiras eleições livres realizadas neste país após a chegada ao Governo do partido comunista.

Esta informação foi divulgada pelo secretário-geral do PPRM, G. Ochirbat, que propos simultaneamente à oposição a formação de um Governo de coligação. Embora os resultados finais só sejam conhecidos no dia 3 de Agosto, as projecções divulgadas pelo Governo, apontam para a conquista pela oposição de cerca de 40 por cento dos votos.

Todos os partidos da oposição já manisfestaram o interresse em participar numa coligação, mas anunciaram que apresentarão condições. Por seu lado os comunistas mostram-se dispostos a proceder a uma auto-reforma e a abadonar os métodos estalinistas até agora utilizados para dirigir o país.

A oposição que se considera satisfeita com estes resultados lamenta, no entanto, não ter conquistado o circulo eleitoral onde se apresentou o líder comunista Ochirbat. O candidato da oposição não consegiu ir além dos 47,8 por cento, deixando o comunista reformador, de 61 anos, com mais de metade dos votos. Uma vitória sobre o líder comunista teria atribuído um significado diferente a uma derrota eleitoral que tem, não obstante, um sabor a vitória.

Os mongóis ocorreram em massa às urnas, apesar das dificuldades de transporte e das chuvas em algumas regiões do país. Mais de 91,9 por cento, dos cerca de um milhão de eleitores, exerceram o direito de voto.

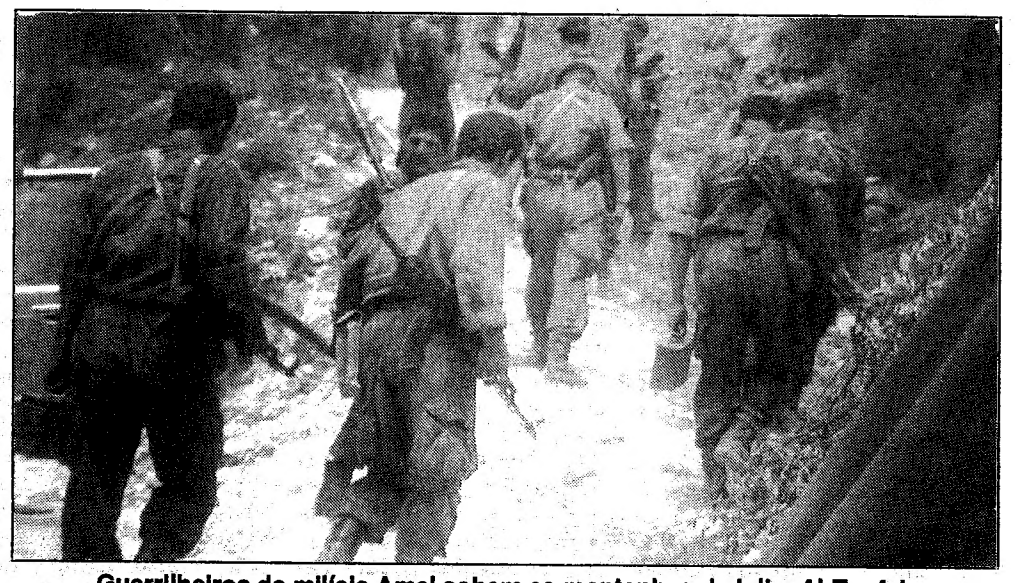
Redacção DL/AFP/Lusa

Dez mortos entre as milícias xíitas

Exército israelita intervém no sul do Líbano

O exército israelita bombardeou ontem posições da milícia xíita Hezbollah (Partido de Deus), pró-iraniana, no sul do Líbano, matando pelo menos dez combatentes. O ministro da Defesa de Israel, Moshe Arens já tinha advertido que poderia haver uma intervenção, no caso de os combates que opõem o Hezbollah à milícia xíita Amal, pró-síria, ameaçassem o Estado judaico. Estes combates inter-xíitas tiveram início há 15 dias e provocaram 190 mortos e 410 feridos, pondo a ferro e fogo a província sul-libanesa de Iqlim Al-Toufah.

O bombardeamento foi efectuado por tanques e artilharia colocada na parte norte na zona de segurança criada por Israel quando em 1985 retirou as suas tropas do sul do Líbano. A aldeia de Jarjouh, situada na região montanhosa de Iqlim Al-Toufah a 18 quilómetros da fronteira com Israel - que ontem de manhã foi tomada pelos xíitas pró-iranianos - foi a mais visada pelos israelitas. Outras informações sobre a intervenção militar de Israel foram censuradas pelas autoridades judaicas, segundo um telex da agência Reuter.



Guerrilheiros da milícia Amal sobem as montanhas de Iqlim Al-Toufah para enfrentar os seus inimigos do Hezbollah

O Hezbollah controla os flancos da região montanhosa da província, enquanto as milícias cristãs pró-israelitas defendem as suas posições nos cumes dessa mesma região. A Amal, por sua vez, mantém posições nas aldeias dos contrabaixos, tendo recebido o apoio da Fatah, a facção maioritária da OLP, que colocou cerca de mil homens em Iqlim Al-Toufah nos últimos dias, o que faz temer uma escalada no conflito.

Nos confrontos inter-xíitas de ontem, morreram pelo menos cinco pessoas e 12 ficaram feridas quando os guerrilheiros do Hezbollah tentaram retomar, sem êxito, duas colinas que no sábado caíram em poder da milícia Amal. Hoje de manhã foi declarada uma «trégua humanitária» para permitir à Cruz Vermelha a evacuação das vítimas do campo de batalha.

Segundo o chefe do Estado Maior israelita, general Dan Shomron, Israel não pretende imiscuir-se nos combates entre libaneses, mas reserva-se ao direito de intervir sempre que a sua segurança estiver em causa, já que os confrontos inter-xíitas são um «elemento de perigo» para os seus interesses.

Redacção «DL»/Lusa/AFP

Trindade e Tobago

Sequestradores e Governo chegam a acordo

Os rebeldes muçulmanos que há três dias mantêm como reféns o primeiro-ministro, Arthur Ray Robinson, e diversos governantes de Trindade e Tobago, nas Caraíbas, parecem ter conseguido os seus intentos. Robinson, que está ferido numa perna, chegou a acordo nesta madrugada com os sequestradores, aceitando demitir-se, antecipar as eleições para daqui a três meses e amnistiar os extremistas islâmicos. A informação é da agência noticiosa caraíba CANA, que afirma ter sido informada telefonicamente pelo próprio primeiro-ministro.

O acordo foi confirmado, também em telefonemas para a CANA, quer pelo ministro da Justiça, quer pelo representante dos rebeldes nas negociações. A rádio nacional de Trindade e Tobago anunciou que o vice-primeiro-ministro e ministro do Plano, Winston Dookreran, ficou encarregue de formar um novo Gabinete, do qual Robinson não fará parte.

Durante estes três dias de sequestro, os confrontos alastraram às ruas, sobretudo da capital, Porto de Espanha, com pilhagens, actos de vandalismo, incêndios e uma violenta acção da polícia que terá causado pelo menos 22 mortos. Após o anúncio do acordo, o correspondente da AFP ouviu intenso tiroteio nos arredores da estação de televisão, onde está o líder dos rebeldes, o imam Abu Bakr, e mais 28 extremistas muçulmanos

Redacção «DL»/AFP

Tropas liberianas massacram centenas de civis

Tropas leais ao Presidente da Libéria Samuel Doe massacraram cerca de 200 civis, abrigados num campo de refugiados nos arredores da capital, Monrovia. As vítimas, que segundo algumas testemunhas oculares poderão ascender a 600, eram na sua maioria mulheres e crianças das etnias «gio» e «mano», as tribos apoiantes do exército rebelde da Frente de Libertação Nacional da Libéria, de Charles Taylor, que há vários dias tenta derrubar o Presidente Doe. Os cerca de 30 homens das tropas governamentais de Doe que continuam a combater contra os rebeldes de Charles Taylor, irromperam durante a noite na Igreja Luterana de São Pedro transformada em centro de acolhimento do campo de refugiados, surprendendo as vítimas no sono.

Sobreviventes do ataque disseram que as tropas entraram disparando metralhadoras e que estriparam homens, mulheres e bebés com facas e navalhas. Testemunhas que visitaram o local após o ataque confirmaram a brutalidade do massacre deparando-se-lhes horríveis cenas de mulheres mortas ainda com os filhos nos braços, crianças feridas e corpos sem vida pendurados nas janelas da igreja.

Reagindo às notícias sobre o massacre, o Governo norte-ameriacano afirmou estar horrorizado com este acto terrorista que considerou sem qualquer sentido e apelou às partes envolvidas no conflito para evitarem a violência sobre pessoas indefesas. Por outro lado, a administração Bush negou o envio de tropas para proteger os civis. O secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar manifestou igualmente a sua consternação e contrariamente ao anunciado pelos EUA, insistiu na necessidade de prestar apoio à população civil liberiana. Por seu turno, o Governo de Doe rejeitou qualquer responsabilidade no massacre, afirmando que os seus autores eram soldados rebeldes usando fardas governamentais.

Redacção «DL»/AFP/Lusa

África do Sul

Governo recusa negociar com comunistas

Quatro militantes do Partico Comunista sul-africano (SCAP) afirmaram ontem, em Joanesburgo, que havia dentro do Partido Nacional (NP), actualmente no poder, «verdadeiros inimigos» de uma solução negociada.

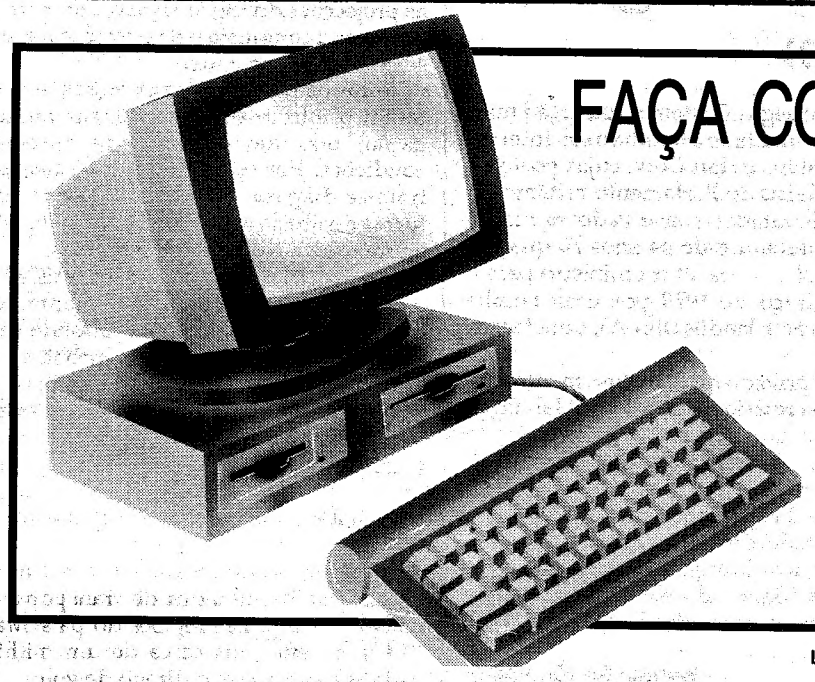
Esta declaração foi feita durante uma conferência de Imprensa convocada por Chris Dlamini, Cheryl Carolus, Mohamed Valli Moosa e Sydney Mafumadi, todos militantes do SCAP, que supostamente participaram numa reunião secreta em Tongaat.

Segundo o Governo sul-africano, entre os dias 19 e 20 de Maio deste ano, ter-se-á realizado nesta cidade perto de Durban uma reunião secreta com o objectivo de preparar um *complot* para derrubar o Governo caso as negociações, actualmente em curso entre o ANC e o Partido Nacional, não chegem a bom termo.

Com base nestas informações obtidas pela policia, o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, pediu a Nelson Mandela que o líder comunista, Joe Slovo, não integre a delegação do ANC para as conversações entre Governo e nacionalistas negros que deverão começar dia 6 de Agosto em Pretória.

Segundo os visados pelas acusações do Governo, uma eventual tomada de posse pela força na África do Sul não foi abordada na reunião em Tongaat. «É do conhecimento de todos que as questões militares são da exclusiva competência do braço armado do ANC», disse um dos acusados, adiantando que as afirmações da polícia não passam de «mentiras e deturpações da realidade provenientes de meios próximos do Governo».

Redacção DL/AFP



FAÇA CONTAS COM O SEU NOVO COMPUTADOR

E deixe lá as contas para o comprar. Fale connosco.

Com a **Sofinloc** pode escolher - nós financiamos, em *leasing*. Uma solução tão moderna e eficiente quanto o seu novo computador.

A **Sofinloc** dá mais vantagens aos profissionais do século XXI - consulte-nos.

SOFINLOC
SOCIEDADE FINANCEIRA DE LOCAÇÃO, S.A.

Lisboa — 726 80 53 • Porto — 68 92 51 • V. Nova Famalicão — 31 24 17 • Aveiro — 2 90 58 • Leiria — 81 19 66 • Faro — 2 91 89

Qual é o futuro da esquerda na Europa Ocidental? Responde, em brevíssima entrevista ao «DL», Lionel Jospin, secretário-geral do Partido Socialista Francês, para quem «é o comunismo que se afunda» e não o socialismo democrático

Dirigente do PS Francês antevê Europa socialista dentro de 20 anos

Secretário-geral do Partido Socialista Francês e ministro da Educação do Governo de Paris, Lionel Jospin esteve em Lisboa para participar no 36º Congresso da União Internacional de Professores Socialistas. Numa brevíssima conversa com o «DL,» traçou as linhas mestras do seu pensamento quanto ao rumo próximo da política europeia.

Diário de Lisboa - *Que futuro vê para aesquerda na Europa Ocidental, depois dos acontecimentos de Leste ?*

Lionel Jospin - Para começar, aesquerda está no poder, em França, desde há dez anos. A esquerda está no poder em Espanha. Há um presidente de esquerda em Portugal.

É indiscutível a realidade da presença daesquerda na Europa do Sul. O que está condenado é o modelo comunista, não o socialismo democrático. Na União Soviética, na Hungria, na Checoslováquia, na Alemanha de Leste não existia um sistema de socialismo democrático e é o comunismo que se afunda. Mas a verdade é que muita gente, nesses países, faz uma espécie de assimilação entre o comunismo e o socialismo, até porque se falava em países socialistas.

Economia mista?

Daí que o pêndulo eleitoral tenha ido para a direita. Na Polónia, o Solidariedade é complicado. Vaclav Havel não é um homem de direita. Na Alemanha de Leste, ganharam os democratas-cristãos e não os sociais-democratas. Mas penso que o pêndulo vai voltar, que estes países do Leste da Europa foram obrigados a importar o modelo comunista e não creio que desejem importar o modelo capitalista americano, japonês ou alemão. Penso que vão tentar encontrar o seu próprio equilíbrio, talvez um sistema de economia mista.

Acredito que nos próximos dez ou vinte anos o socialismo democrático moderno terá hipóteses sérias no conjunto da Europa.

«A Europa será aberta»

DL- *Mesmo com a Alemanha unificada?*

L.J.- O senhor Kohl teve a sorte de assistir ao afundamento do comunismo alemão quando se encontra no poder e de ter do outro lado o senhor Gorbachev, obrigado a negociar. Caso contrário, o senhor Kohl poderia perder as eleições, na República Federal da Alemanha.

Penso que é muito cedo para se fazerem prognósticos sobre as eleições na Alemanha reunificada. Mas poderemos ver, dentro de cinco anos, uma vitória dos sociais-democratas.

DL- *Como acha que serão as relações entre a Europa e os Estados Unidos e o Japão, quando passar a existir o que eles chamam «fortaleza Europa»?*

LJ.- Não creio que possa falar-se da Europa como uma fortaleza. Penso que a Europa será aberta. Para começar, porque foi a Europa que fez os Estados Unidos, os americanos são antigos europeus, lá e na América Latina.

A Europa será aberta comercialmente, se bem que tenha necessidade de defender a sua agricultura. E também muito aberta no plano cultural. Se se fala de fortaleza, que se pense que aconteceu uma coisa formidável, que foi a queda do muro entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental.

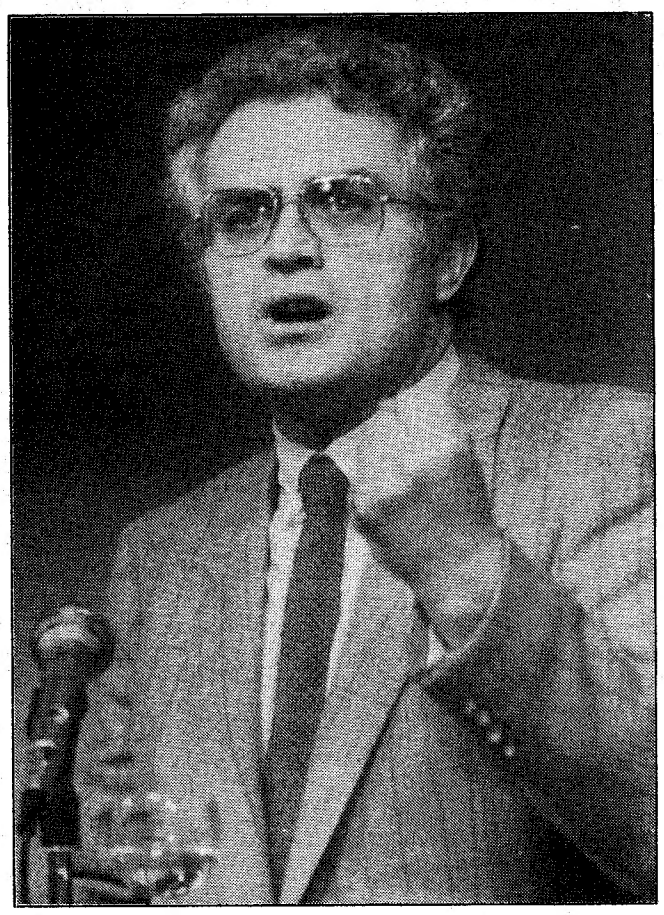
«Não voltar ao século XIX»

Ao reencontrar o seu espaço comum, reencontra a ideia de civilização europeia, na condição de não regressarmos ao século XIX, com as guerras, o nacionalismo, o anti-semitismo; que seja uma Europa do século XXI, que não existam marchas atrás, mas sim para a frente.

Penso que esta força acrescentada da Europa vai servir para a continuação do diálogo com os Estados Unidos e o Japão. Existem problemas económicos e comerciais a resolver, e ainda um problema científico e um problema agrícola. Penso que a Europa pode fazer uma boa negociação, se não se dissolver.

É por isso que não acredito numa Europa que seja inteiramente liberal. É por isso que penso que o socialismo democrático pode dar à Europa uma certa organização.

João Isidro



Lionel Jospin, discursando numa reunião de dirigentes do PSF

Três mil milhões de contos por ano custará o combate ao efeito de estufa

Os políticos «verdes» estão a ficar cada vez mais pálidos à medida que se apercebem da escala da acção neçessária para parar o aquecimento da Terra. Ter-lhes-ão dito que custará pelo menos 20 mil milhões de doláres por ano para começar um plano de acção global.

Perante esta realidade, o Governo inglês decidiu fazer um compasso de espera até receber mais informação sobre as medidas a tomar. Os Estados Unidos, que já investigaram o que é preciso fazer para conter o crescimento contínuo de emissões de gases que estão na origem do efeito de estufa, optaram igualmente por deferir o empenhamento no combate.

William K. Reilly, administrador da agência norte-americana para a protecção do ambiente, admitiu recentemente que só para estabilizar as emissões de dióxido de carbono ao nível actual, seria necessário proceder a uma «campanha nacional de florestação, duplicar, ou mais, a eficiência actual no domínio energético, assim como melhorar muito a rentabilidade do consumo doméstico de energia».

Medidas imediatas

Reduções nas emissões de gases necessitariam, no entanto, de medidas ainda mais drásticas, muitas das quais não seriam politicamente desagradáveis.

Em recentes declarações, o Dr. Bert Boldin, presidente do Painel Intergovernamental sobre Alterações do Clima, avisou que já se sabia o suficiente sobre o aquecimento global e os seus efeitos.

«Alterações globais no clima vão certamente triplicar, ou talvez mesmo quadruplicar, antes que sejam tomadas as medidas adequadas para as travar. Esta situação requer medidas imediatas», disse.

Climatologistas estão de acordo em que um aquecimento global é inevitável e que o seu ritmo não poderá ser parado antes do fim do próximo século. Avisam também que o planeta vai aquecer pelo menos dois graus durante os próximos 50 anos, ou seja uma variação de temperatura comparável com a que se produziu durante a última era glaciar, excepto que desta vez tudo se passará em alguns anos em vez de em vários séculos.

Os políticos sabem

Regiões mais próximas dos círculos polares vão aquecer mais do que a média. Segundo os cientistas, os efeitos regionais de tais sobreaquecimentos ainda não são claros mas serão certamente agravados.

Grandes áreas secarão. Outra áreas serão submetidas a grandes chuvadas e tempestades. O nível da água do mar subirá à medida que a água aquece e se expande. As correntes marítimas e ventos dominantes serão alterados. Existe, portanto, um consenso na classe científica quanto à previsão destes efeitos, que já foram comunicados aos políticos.

A Grã-Bretanha e os Estados Unidos optaram por deferir todas as medidas preventivas supostamente por não haver uma posição clara do mundo científico. Esta posição parece carecer de uma comprensão de como funciona o espírito científico. Para um cientista uma certeza é indiscutível, e o incerto inclui mesmo as coisas cuja probabilidade de estarem certas é de 99 por cento.

Cereais americanos em perigo

Os climatologistas estão certos de que um aquecimento global do planeta é inevitável e têm quase a certeza de que já há hoje indicíos desta transformação. O cientista britânico, Dr. Peter Rowntree, declara: «Posso afirmar com noventa por cento de segurança que estamos hoje a presenciar um fenómeno artificial». Nos Estados Unidos, o dr. Steven Schneider diz estar convicto de que o efeito de estufa já começou.

Ambos são climatologistas internacionalmente reconhecidos e inserem-se na facção conservadora da sua disciplina. Os seus cálculos apontam para uma eventual desaceleração do ritmo actual de aquecimento em meados do próximo século, se forem tomadas as medidas necessárias para reduzir as emissões de gases de estufa dentro de um ano.

Um dos efeitos previsíveis é a perda da liderança norte-americana na produção mundial de alimentos. À medida que a temperatura subirá, as colheitas de cereiais nos EUA e Canadá deverão diminuir entre 10 e 15 por cento. Por sua vez, na União Soviética e na China as colheitas deverão aumentar na mesma proporção.

Vantagem para a Sibéria

Os solos da Sibéria poderão ser propícios para a agricultura quando o clima aquecer, o mesmo não acontecendo com alguns no Norte do Canadá, afirma o presidente do grupo de trabalho, prof. Martin Parry da Universidade de Birmingham.

O relatório diz que a necessidade de irrigação, e os seus custos, deverão aumentar substancialmente para compensar as perdas de humidade esperadas com as altas temperaturas: «As estimativas mais detalhadas são para os EUA, onde as necessidades de irrigação poderão aumentar em 25 por cento no Sul e dez por cento no Norte, com as concentrações de dióxido de carbono a dobrarem».

A redução das colheitas norte-americanas destinadas à exportação vão afectar o *stock* global de alimentos, assim como os seus custos, diz o prof. Parry. «Apenas 21 países em 172 são normalmente exportadores de cereais e, em 1987, 77 por cento de todos os cereais comercializados vinham de apenas três países - EUA, Canadá e França».

O prof. Parry, no entanto, acha, optimisticamente, que as mudanças na produção alimentar não vão provocar fome no mundo, porque quedas de rendimento em certas regiões vão ser compensadas com aumentos noutras: «O mundo poderá ser capaz de alimentar-se a si próprio, mas certas regiões serão afectadas. Haverá secas regionais e fome regional».

Uma região que quase de certeza vai ter mais do que a sua dose de seca e fome é a África. Pesquisas científicas mostram que a maior parte do continente vai sofrer uma seca crescente durante o Verão e, provavelmente, também durante o Inverno. Onde a chuva poderá aumentar, por exemplo na Etiópia, ela virá sob a forma de aguaceiros que causarão inundações e maior erosão nos solos.

Exclusivo Gemini/«DL»

QUOTIDIANO

Os guardas florestais cansaram-se de esperar pela aplicação do respectivo regime de trabalho, já publicado no «Diário da República»

Guardas em greve florestas desprotegidas

Os guardas florestais cumprem amanhã o primeiro de três dias de greve convocada para Agosto (voltam a paralisar a 15 e 30), exigindo a aplicação do regime de trabalho publicado sob a forma de decreto-lei em 4 de Maio passado.

Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que convocou as greves, os prejuízos que decorrem desta acção de luta «são imensos» pois, «durante dias não haverá vigilância nas florestas e matas nacionais», pelo que «o combate aos incêndios fica, certamente, debilitado». Por outro lado, as paralisações abrangem também a abertura da época de caça e «as espécies cinegéticas deixam de estar protegidas».

Os guardas florestais imputam a responsabilidade «ao Ministério da Agricultura, que não dotou a Direcção-Geral das Florestas das verbas necessárias à palicação do regime de trabalho».

Segundo a Federação, a Direcção-Geral de Florestas «não sabe quando poderá aplicar o diploma», enquanto continuam por pagar retroactivos de vencimentos (desde 1 de Outubro), suplementos de risco, horas extraordinárias e trabalho nocutorno desde 1 de Maio.

Relativamente às matérias não pecuniárias constantes do diploma «registam-se irregularidades na aplicação quanto ao descanso semanal e à interrupção diária para a refeição», afirmam.

Segundo dados da Federação da Função Pública (estrutura da CGTP), a área florestal ocupa um terço do total da área do país, o que é «contrastante com o número de guardas florestais - cerca de 1022 - e com a escassez de meios financeiros e técnicos com que se debate a Direcção-Geral de Florestas».

Outro facto para que a estrutura sindical chama a atenção é a média de idade dos guardas florestais, dos quais 28 por cento rondam os 50 anos, o que, considera, reflete «a falta de incentivos para o exercício desta profissão».

Segundo a Federação da Função Pública, «no Orçamento de Estado as verbas destinadas à Direcção-Geral de Florestas sofreram uma redução desde 1989 e na sua grande parte é obsorvida por despesas com pessoal: em 1988 esta rubrica foi de 80 por cento do total, em 1989 de 97 por cento e este ano prevê-se que ultrapasse aquela percentagem».

No entanto, segundo a organização sindical dos trabalhadores, «isto não representa um aumento com o pessoal, mas antes uma redução considerável da verba total orçada para esta Direcção-Geral».

Os guardas florestais, para além dos três dias de greve, concentram-se, no dia 30 de Agosto, em Lisboa, frente ao Ministério da Agricultura, altura que que poderão decidir a realização de mais uma semana de greve para cumprir em Setembro.

Técnicos do Estado «voltam» em Setembro

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) está a estudar a hipótese de desenvolver novas formas de luta em Setembro, depois da greve de ontem ter registado uma adesão de 98 por cento.

O presidente do STE, Bettencourt Picanço, salientou que onde a greve mais se fez sentir foi nos serviços de saúde, com os técnicos superiores de Saúde a garantirem apenas os serviços de urgência.

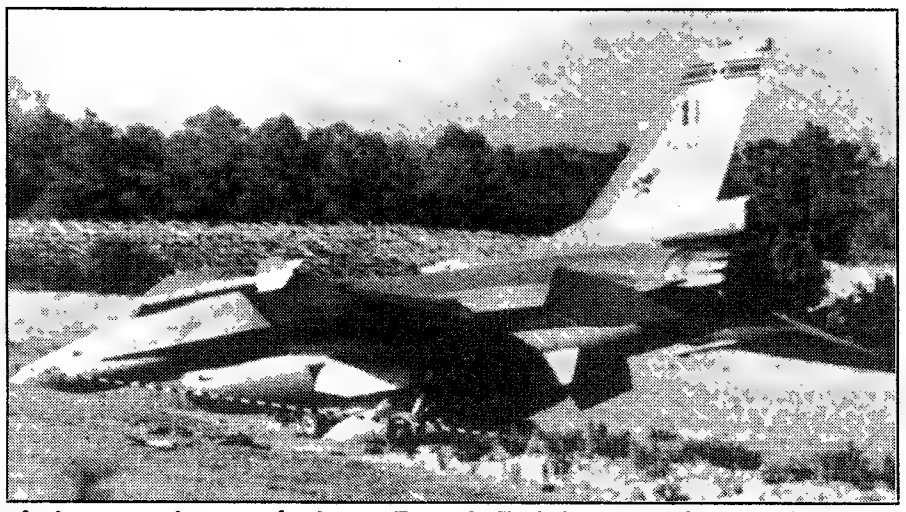
A paralisação de ontem, que se seguiu a uma semana de greve de zelo e ao cumprimento de menos uma hora no trabalho diário, visa protestar contra a «proposta inaceitável do Governo para descongelamento dos escalões» e a interrupção unilateral das negociações.

Piloto da Força Aérea morre em férias

Um capitão da Força Aérea Portuguesa, ao serviço da empresa privada Heliportugal, morreu ontem na sequência da queda do helicóptero que pilotava, em Baltar, Paredes.

Jorge Humberto de Sousa e Silva, 29 anos, encontrava-se desde 1 de Julho a trabalhar no serviço de combates a incêndios florestais, durante as suas férias na Força Aérea.

O helicóptero que pilotava despenhou-se por razões ainda não apuradas, quando Jorge Silva regressava à parada do quartel dos bombeiros de Baltar, às 20 horas. Segundo uma fonte dos bombeiros, o piloto teria decidido testar o helicóptero.



A aterragem de emergência, em Faro, do F-16 da Força Aérea da Alemanha Federal causou danos no trem da frente do avião

Emergência em Faro

Um avião F-16 da força aérea alemã federal saiu ontem 15 metros da pista do aeroporto de Faro ao efectuar uma aterragem de emergência. Segundo uma fonte aeroportuária, a emergência ficou a dever-se a um problema mecânico no avião, provavelmente motivada pela entrada de uma ave na turbina do aparelho.

O piloto nada sofreu, embora o avião tivesse ficado com o trem da frente danificado.

Série fatídica de acidentes na estrada

Uma colisão frontal entre dois automóveis ocorrida esta madrugada na auto-estrada de Loures provocou dois mortos e três feridos graves, revelou uma fonte da Brigada de Trânsito da GNR.

O acidente ocorreu quando uma das viaturas se despistou e foi embater no outro veículo que circulava em sentido contrário. As vítimas mortais são Arminda Garcia Bento Santos e José Miguel Martins Vieira, que faleceram depois de ter dado entrada no hospital.

Também nos arredores da capital, na via rápida Amadora-Lisboa, um automóvel despistou-se hoje, cerca das sete e meia, originando dois feridos graves.

Entretanto, um acidente de viação ocorrido ontem perto de Monforte, envolvendo um expresso da Rodoviária Nacional e um veículo pesado provocou 19 feridos, dois dos quais em estado grave.

Segundo a GNR local, dos feridos, 12 foram transportados para o hospital de Portalegre e 7 para o Centro de Saúde de Estremoz. Destes, cinco foram posteriormente transferidos para o hospital de Évora e dois receberam alta.

Ontem, ainda, uma camioneta de carga despistou-se na auto-estrada do Sul, a 12 quilómetros da Ponte 25 de Abril, tendo saído da via e despenhado-se num pequeno barranco que a margina. No acidente morreu João Manuel Aurélio dos Reis.

Em Lisboa, a divisão de trânsito da PSP informou, hoje, que o balanço dos acidentes de viação ocorridos em Lisbia, nas últimas 24 horas, é de 14 feridos, seis em estado grave.

A pratica de manobras perigosas provocou 11 dos acidentes, tendo sido ainda registados quatro casos de excesso de velocidade.

Turismo mais barato para os portugueses

A Secretaria de Estado do Turismo e as principais associações hoteleiras nacionais deveriam assinar, hoje, em Lisboa, à hora de fecho desta edição do DL, um protocolo que possibilita ao turista português beneficiar de um desconto mínimo de 10 por cento, no alojamento na generalidade dos hotéis e pousadas.

A medida foi anunciada por César Torres, Secretário de Estado do Turismo que anunciou, também, em conferência de imprensa, a atribuição de verbas das zonas de jogo da Póvoa de Varzim e Espinho.

Os concelhos de Barcelos, Espinho, Esposende, Ovar, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira são receber 15 milhões de contos que proporcionarão obras, sobretudo em infra-estruturas turísticas, no valor de 25 milhões de contos.

Na mesma ocasião, o governante anunciou que a Secretaria de Estado «proporcionou à Junta de Turismo da Costa do Estoril as condições que lhe permitiram adjudicar, esta semana, à firma «Ecolmare» um projecto modular para a defesa da Costa do Estoril». Como explicou César Torres «trata-se de um programa que envolve diversos meios técnicos científicos e humanos, a utilizar este Verão, na limpeza das praias e das águas costeiras daquela região».

B R E V E S

Incêndio fez interromper circulação de comboios

A circulação de comboios entre Lisboa e Santarém foi ontem interrompida das 16.30 às 20.14 horas devido a um incêndio de grandes proporções que deflagrou em Javões, Santana, a três quilómetros do Cartaxo. Curiosamente, o incêndio foi comunicado aos bombeiros através dum telefone instalado numa das novas carruagens Intercidades da CP, durante a sua apresentação à Comunicação Social. As chamas foram combatidas pelos bombeiros do Cartaxo, Almeirim, Pernes, Santarém, Benavente, Rio Maior, Alpiarça, Coruche e Salvaterra de Magos.

Bruxelas aguarda notícias sobre Via do Infante

A CEE advertiu ontem o Governo português de que não está ainda garantido o cofinanciamento comunitário da Via do Infante, no Algarve, cujas obras deveriam arrancar em Agosto, segundo foi oficialmente anunciado. Responsáveis comunitários, ouvidos pela Lusa, em Bruxelas, afirmaram que «o cofinanciamento é retroactivo à data de apresentação do projecto, caso ele seja decidido favoravelmente pela CEE». As mesmas fontes esclareceram que a decisão está ainda dependente da resposta de Lisboa a um pedido de informações sobre o impacte ambiental do projecto.

Rede de tráfico de droga desmantelada em Coimbra

A Polícia Judiciária de Coimbra anunciou ter identificado 20 elementos de uma rede de tráfico de estupefacientes que terá feito passar, até ao momento, pelas águas territoriais portuguesas, «centenas de quilos de cocaína». Segundo as autoridades, o grupo conseguiu passar pelo aeroporto de Lisboa «pelo menos 10 quilos de cocaína transportadas em 19 malas com fundo falso». Os membros da rede contariam com facilidades nos aeroportos e, de acordo com uma nota distribuída pela PJ, no Nó de Lisboa foram referenciados dois elementos de uma força policial que prestaram colaboração aos traficantes, «eventualmente, na convicção de que se tratava de mero contrabando de mercadoria lícita».

Lotaria Popular

1º - 21173	3 000 000$00
2º - 51987	1 000 000$00
3º - 365805	500 000$00
4º - 252949	250 000$00
Terminações em 1173	85 000$00
Terminações em 173	60 000$00
Terminações em 987	10 000$00
Terminações em 805	3 500$00
Terminações em 949	1 500$00
Terminações em , 16, 32, 39, 50, 72, 79 e 82	500$00

QUOTIDIANO

Cegos portugueses «esquecem» *Braille*

Apenas 300 cegos, dos mais de 15 mil que existem em Portugal, a maioria nos grandes centros populacionais, acorreu em 1989 à Biblioteca Nacional, para utilizar os livros em *Braille* ali ao dispor.

O facto traduzirá, segundo Francisco Alves, presidente da Associação de Cegos e Ambíopes de Portugal, a generalizada «pouca apetência» de leitura dos portugueses, a que não escapam os invisuais.

No conjunto das principais bibliotecas portuguesas, existirão dois mil títulos impressos em *braille* e três mil gravados, que cobrem um largo espectro de áreas do conhecimento.

Além do Direito, Economia, Geografia e Matemática, a Biblioteca Pública Municipal do Porto possui ainda obras gravadas respeitantes a Ciências Sociais, Física e até Cozinha, Música e Pecuária.

A produção de numerosos ensaístas, ficcionistas e poetas, como Camões, Hemingway, Camilo, Sartre, Beauvoir, Steinbeck, Camus, Kundera, Bessa Luís e Agatha Christie está concentrada em *cassetes*, numa colecção que é enriquecida ao ritmo de 200 unidades por ano, só na instituição do Porto.

No entanto, esta profusão de «livros» sonoros e a cada vez mais alargada tendência para a sua difusão é encarada como um «factor negativo» por Filipe Oliva, um invisual responsável pela área de deficientes visuais da Biblioteca Nacional. Para este entendido, «a leitura permite retrocessos, portanto uma melhor assimilação», significando a preferência pelo sonoro apenas a imperfeição do domínio do *Braille* pela maioria dos cegos.

Contrariando essa preferência maioritária, a Biblioteca Nacional está a investir especialmente no *Braille*, sistema de letras codificadas em pontos salientes num papel especial, que foi concebido por um cego francês do século passado, de quem recebeu o nome.

Com esse objectivo, a instituição vai equipar-se ainda este ano de modo a ficar facilitada a impressão de livros daquele tipo.

A directora da Biblioteca, Leonor Machado de Sousa, revelou que novas máquinas irão «permitir a impressão muito mais rápida do livro *Braille* em rosto e verso», a partir de *diskettes* de computador, cedidas, nomeadamente, por editoras.

Outro equipamento deverá entrar proximamente em acção, como, por exemplo, um que permite a reconversão em *braille* de letra impressa, através de um *scanner*.

As dificuldades de acesso de invisuais ao material existente nas bibliotecas dos principais centros urbanos estiveram na origem da criação, sob os auspícios do Instituto Português do Livro de Leitura (IPLL), do Programa de Apoio à Leitura em Suportes Especiais (PALESE), a implantar em em bibliotecas públicas municipais, em todo o País.

O papel do PALESE consiste em dotar as bibliotecas municipais com equipamento susceptível de ser utilizado por invisuais, na definição de José Carlos Alvarez, técnico do IPLL.

Trata-se nomeadamente de compensar as dificuldades da impressão em *Braille*, que se traduzem no facto de uma página A4, dactilografada a dois espaços, ser transcrita para aquela grafia em três folhas de papel espesso.

Armada adopta navegação por satélite

Navios hidrográficos da marinha portuguesa utilizaram, pela primeira vez, um sistema integrado de navegação que permite o posicionamento oceânico dos navios por satélite, afirmou ontem, à Lusa, fonte militar.

Monteiro Coelho, das Relações pùblicas do Estado-Maior da Armada, adiantou que o sistema de posicionamento por satélite GPS/NAVSTAR, ainda em fase de desenvolvimento, vem revolucionar a colocação dos navios «em qualquer lugar do globo e em qualquer altura do dia».

Os navios «Almeida Carvalho» e «Auriga» realizaram, até quarta-feira passada, trabalhos de reconhecimento de percurso a fim de ser instalado um cabo submarino, em fibras ópticas e a funcionar com sinais de 13 satélites.

A instalação do cabo que ligará St. Hilaire de Riez (em França) a Sesimbra, Funchal e Marrocos, orçado em 24 milhões de contos, faz parte do projecto Eurafrica, a cargo de um consórcio internacional de empresas de telecomunicações em que a participa a empresa portuguesa Marconi.

Droga em Castelo Branco leva jovens às farmácias

Quando os estupefacientes já não existem recorre-se à farmácia e tenta-se comprar um medicamento que provoque o efeito desejado. Para isso leva-se uma receita falsificada, ou inventa-se uma história

Muitos jovens de ambos os sexos procuram obter junto das farmácias de Castelo Branco sucedâneos para a droga, através de outros medicamentos, utilizando, para o efeito, receitas falsificadas, ou narrando situações verosímeis, afirmaram funcionários de sete farmácias desta cidade, à agência Lusa.

Segundo alguns empregados dos estabelecimentos, os jovens procuram determinado tipo de medicamentos do género ansiolíticos, sem receita médica, invocando que os mesmos se destinam à sua mãe ou, ainda com mais frequência, à sua avó, «que se encontra muito mal e padecendo de doença cancerígena. Todavia, nós sabemos antecipadamente, até por conversas que mantemos uns com os outros, que assim não é», disseram.

«Os psicotrópicos, medicamentos idênticos aos já mencionados, têm também grande procura e, geralmente, no dia em que estamos de serviço somos assediados com grandes pedidos, já que os jovens optam por uma farmácia onde sejam menos conhecidos, de forma a conseguirem comprar os medicamentos e de estarem seguros de que nós não contactaremos com sua família (o que não fariamos, por uma questão ética e profissional) para a colocarmos ao corrente da situação.

Nos dias em que as farmácias estão de serviço, principalmente a partir das 22 horas, verifica-se um maior movimento por parte dos jovens que procuram comprar preservativos, sendo a média dos compradores de cerca de 70 por cento adultos, 20 por cento rapazes e 10 por cento raparigas», acrescentaram.

As seringas, do tipo das que são usadas pelos diabéticos, são também outro artigo muito vendido, sem qualquer restrição por parte dos farmacêuticos, apesar de se saber que «quase sempre vão servir para injectar droga».

Os farmacêuticos dizem que se houvesse restrição à venda deste produto as consequências seriam ainda mais graves, pois estar-se-ia a constribuir para a difusão da Sida, dado que iriram depois usar todos a mesma seringa.

A pílula anticoncepcional continua, também, a ter grande procura por parte das jovens «que estão muito sensibilizadas para a sua utilização, quer pelas consultas de planeamento familiar, quer ainda pela divulgação científica que é feita em revistas».

Muitas vezes aparecem também indivíduos com receitas assinadas com nomes fictícios. Mas os funcionários das farmácias, habituados a este tipo de situações, precavêm-se dizendo que não têm o medicamento, pedem para voltarem no dia seguinte, «o que nunca acontece, porque os indivíduos ficam com medo de serem descobertos».

Moda de praia Majestic

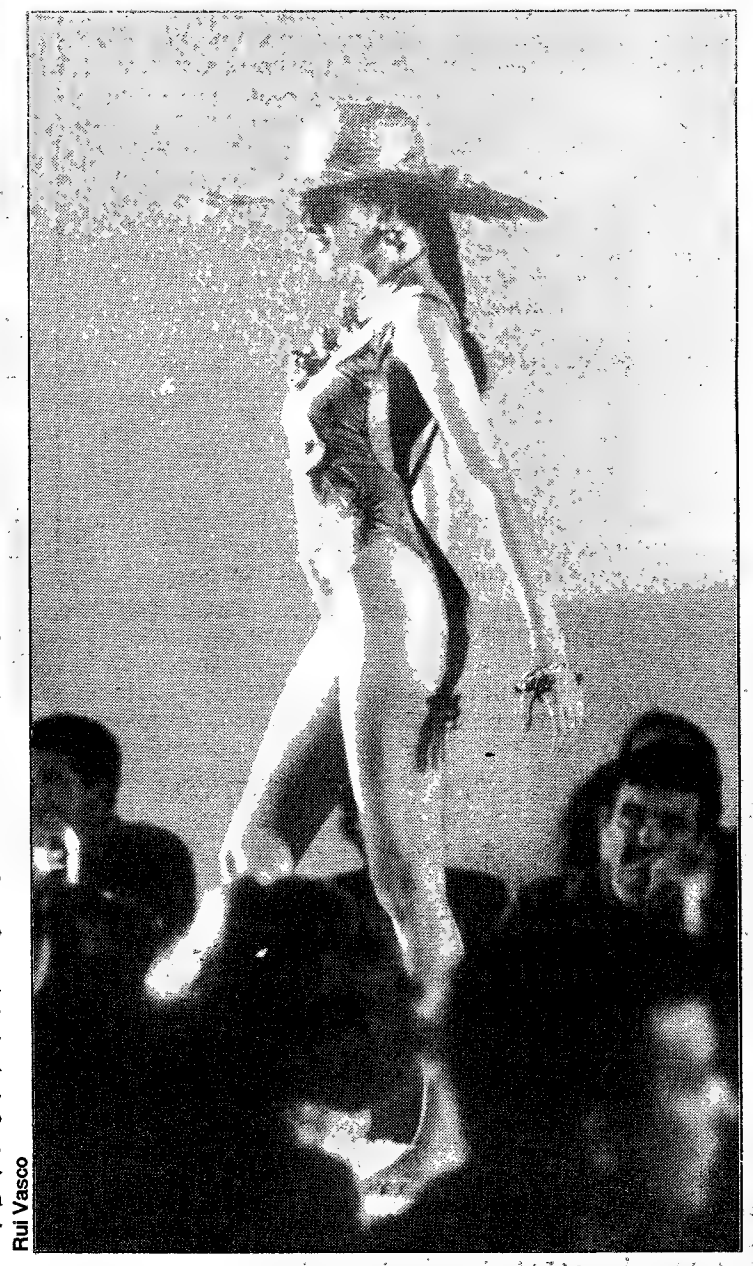
Cores luminosas e exotismo

Os fatos de banho e bikinis para o Verão de 91, concebidos pelos desenhadores da marca espanhola Majestic, são sofisticados e neles infiltraram-se as cores luminosas e quentes. Vermelhos, azuis, dourados, roxo egípcio, verdes e fucsias, uma onda de colorido invadiu essas peças, cujas linhas se declaram estruturadas, que integram motivos frutais e florais, desenhos inspirados no fundo marinho e no folclore da Europa central.

Acompanhando o ritmo trepidante da moda, a Vives Vidal, uma *holding* que possui filiais em Itália, Portugal, França e Bélgica, detém uma posição fortíssima no mercado da roupa interior feminina e da indumentária de praia. Trata-se de uma empresa que remonta aos anos 50, quando em Espanha ainda era raro o fabrico de tecido elástico. Actualmente o grupo, apoiado numa rede de distribuição perfeita, atingiu uma projecção internacional de destaque. Na *lingerie*, através da Gemma, etiqueta francesa que entretanto adquiriu, comercializa uma imagem de alta costura, dirigida a um público juvenil e seleccionado. Tecidos de qualidade, *design* imaginativo, uma filosofia que apela à diferença.

Quanto ao desfile, a que assistimos no pavilhão de exposições da Tapada da Ajuda, confirma o dinamismo e a agressividade comercial do grupo. Uma equipa de manequins espanhois, corpos bronzeados e sugestivos, animou o *show* onde foi mostrada uma colecção diversificada e harmoniosa, contemplando todos os gostos. Em termos de estilo vai, desde a extrema simplicidade ao cúmulo da elaboração com as formas drapeadas e, por vezes, assimétricas. Há ainda um propósito de jogo no qual se sobrevaloriza o tecido, como sucede no caso do recurso ao «patchwork». Todavia, a tendência dominante é o retorno ao corte muito cavado que contribui para o alongar as pernas, embora os bikinis não sejam demasiado reduzidos.

No fato de banho, totalmente branco, pode inscrever-se «Pacific Ocean», dístico que evoca o ambiente das praias californianas ou um camelo, a nota de exotismo também presente nesta colecção. O toque oriental, a sensualidade da odalisca cruzam-se com algumas referências pictóricas, incidindo particularmente no movimento do hiper-realismo. Ainda uma nítida piscadela de olho ao protagonismo da ecologia que tinge de verde a década de 90.



Rui Vasco

Um fato de banho com motivos inspirados no fundo marinho

Lourdes Féria

Apresentado novo protótipo do Intercidades

CP procura velocidade certa

A CP apresentou ontem, à Comunicação Social, o novo protótipo de carruagens a utilizar no seu serviço Intercidades. Uma viagem até Tomar, com o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ao dispôr dos jornalistas, foi um convite aliciante, a prometer notícias frescas para a Imprensa.

Ferreira do Amaral acabou por ser um passageiro apressado e passou a «bola» a Carvalho Carreira, o presidente do Conselho de Gerência da companhia, em todas as matérias *quentes* ligadas às questões dos ferroviários.

Disse que esta modalidade de transporte é prioritária, indispensável a modernização das infra-estruturas nacionais de transportes, repetiu que os projectos para o desenvolvimento dos nós ferroviários de Lisboa e do Porto não têm travões e que não há tempo a perder. O ministro disse ainda que até Outubro, os governos de Lisboa e Madrid deverão concluir as negociações para a construção da via rápida que ligará as duas cidades à rede europeia de alta velocidade.

O governante fez a viagem só até ao Entroncamento, onde se apeou porque outros assuntos de Estado o chamavam.

Foi nessa localidade que o novo protótipo de carruagens da CP foi concluído, há meia dúzias de dias. Produzida pela Sorefame, a Efacec e uma empresa espanhola, nas instalações da CP do Entroncamento, a unidade experimental está em fase de testes e faz parte de uma encomenda de quarenta e cinco destinadas ao serviço Intercidades. O valor desta encomenda é de 5 milhões de contos, uma pequena parte do investimento global da empresa para o corrente ano, em matéria de equipamentos: 65 milhões de contos.

Carvalho Carreira que acedeu a conversar com os jornalistas durante toda a viagem, apesar de ter agendada uma conferência de imprensa num hotel de Tomar, deu uma nova imagem de abertura dos responsáveis da companhia face aos complexos e diversos problemas que se colocam à gigantesca estrutura de que é responsável.

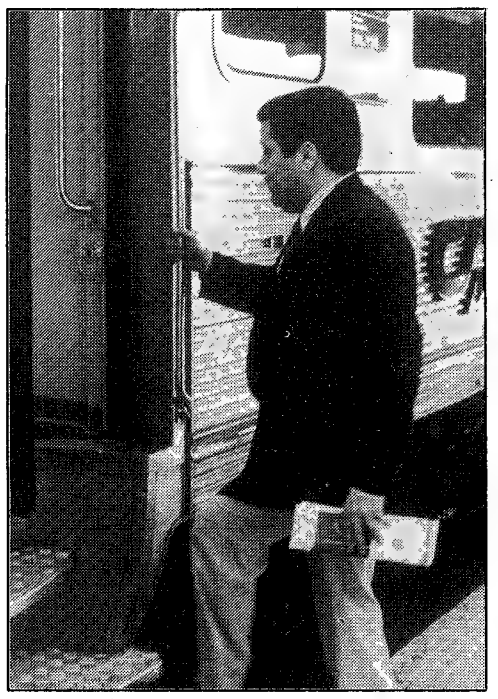
As questões laborais, que na CP atingem a dimensão pública conhecida, parecem poder vir a ter progressos e posições mais flexíveis. Colocámos o assunto a Ferreira do Amaral e ele, de imediato, nos apontou Carvalho Carreira para responder. Não houve nenhuma novidade na sua resposta mas também seria pouco provável que houvesse.

Em Tomar, o novo responsável da CP por questões laborais e de contencioso, Terêncio Anahory, transmitiu-nos uma aposta, simultaneamente aberta e firme, nos conflitos que atravessam a empresa e que se repercutem, de forma imediata, nos consumidores. Não se ficou pelas gastas posições anteriores da empresa, adoptando uma filosofia que parece dar caminho a novos passos nas negociações com os trabalhadores, sejam eles maquinistas ou revisores, pessoal administrativo ou vigilante.

Viajámos também ontem, a caminho da excursão VIP até ao Hotel dos Templários, na Linha de Sintra. Foi interessante verificar como os problemas desta via são particularmente susceptíveis para a CP. O presidente do Conselho de Gerência repetiu, com ênfase, os projectos da empresa para essa aérea. Só que, depois do acidente na Cruz da Pedra, as iniciativas programadas passaram a merecer «honras» de cartaz público para os utentes, pelo que só é importante frisar que aquela linha não está esquecida.

Os ramais de ontem e de hoje

Fora de memória estão ramais e apeadeiros, um pouco por todo o País, considerados sem viabilidade de exploração comercial.



O Governo quer apanhar o desenvolvimento dos comboios europeus

No encontro com a Comunicação Social, Carvalho Carreira voltou a lembrar que «o comboio deve fazer aquilo para que está vocacionado» e não servir de transporte a meia dúzia de utentes, em desfavor do interesse nacional.

Esta posição, que permite as mais diversas leituras, acaba por resultar - nos corredores de uma carruagem protótipo longe de estar pronta em termos futuros - em divertidas conversas, com maior ou menor tom de verdade, sobre fecho e abertura de ramais. Ontem, eram tantos os funcionários superiores da companhia, como as diferentes histórias sobre linhas velhas e abandonadas. Algumas poderão ser verdadeiras, como a da entrega da Linha do Vouga para exploração turística, por um grupo ligado à Sonae.

Da mesma forma que há outras linhas e ramais em vias de fechar, há outros para abrir. É o conhecido caso da ligação de Pinhal Novo a Almada, cujo projecto já está concluído e que poderia funcionar, na opinião de Carvalho Carreira, como um elemento «de pressão» sobre quem tem de decidir, para aprovar, em definitivo, a passagem ferroviária sobre o Tejo. É sabido que o actual executivo governamental está empenhado em viabilizar este projecto - mesmo com mais vias rodoviárias a funcionar - independentemente da estratégia da CP.

Verdade é que Ferreira do Amaral saiu na primeira estação, no Entroncamento, por razões que só um Ministro sabe. A sua presença na inauguração do protótipo foi «simbólica», como nos disse, mas tudo sugere - e houve tantas sugestões - que a CP ainda não anda à velocidade necessária...

Pereira de Almeida

Ferreira do Amaral a bordo da nova carruagem da CP, com o presidente do conselho de gerência da companhia: acertar as agulhas parece ser a orientação

Manifestações intensificam-se no Verão

Um terço da população sofre de herpes

O herpes é um vírus que afecta uma terça parte da população mundial. Só nos Estados Unidos, são registados anualmente 500 mil novos casos.

Responsável por um largo espectro de doenças, na quase totalidade do foro dermatológico, pode também, por exemplo, afectar a córnea ocular. Uma vez estabelecida a infecção, as manifestações formam-se cíclicas, feitas reaparecer periodicamente por vários factores, como é o caso da exposição ao sol, nas praias, que faz uma das formas mais comuns de herpes — o herpes labial — reaparecer no Verão, na maioria das pessoas por ele infectadas.

Foram identificados quatro vírus de herpes que infectam o homem, provocando doenças das quais as mais vulgares e conhecidas de toda a população são o *herpes labial*, a *varicela*, tão frequente nas crianças, a *zona*, o *herpes genital* e a *mononucleose infecciosa*, vulgo «doença do beijo».

Todos os vírus do herpes se encontram espalhados pelo mundo e são endémicos em todas as populações estudadas até agora. Em cada caso, o vírus provoca uma infecção primária e permanece depois latente no organismo, para provocar infecções recurrentes.

O grande avanço de virologia registado nos últimos anos permite agora curar ou, pelo menos, minimizar consideravelmente os perigos e inconvenientes da doença que, por tal, logo que detectada deve ser alvo de consulta médica.

No respeitante ao herpes labial e, embora como dissemos, as causas das recidivas não estejam inteiramente esclarecidas, sabe-se que a exposição ao sol é uma das principais causas da reativação da doença. Assim, não devemos deixar de ir à praia com medo do herpes mas, se este se manifestar, marcar imediatamente uma consulta médica, de forma a iniciar o tratamento e erradicar o mal.

O herpes genital, doença infecciosa de transmissão sexual, tem sido alvo de grandes campanhas profilácticas nos Estados Unidos e na Europa, onde afecta milhões de pessoas, devido às complicações a que pode levar, como graves infecções generalizadas.

Os principais sintomas do herpes, para além do ardor e dor local, levam ao aparecimento de pequenas visículas em forma de telha, a que deve o nome, já que telha, em grego, se diz herpes.

EXCLUSIVO

O prof. Luc Montagnier aconselha criação de um pólo europeu de pesquisas sobre a sida

«Devemos considerar-nos em estado de guerra»

Luc Montagnier, o cientista europeu que mais se tem distinguido na investigação sobre a Sida foi recentemente entrevistado pelo jornal «Le Monde» começando por responder a uma pergunta sobre sida e sobre o que se sabe de as grandes tendências actuais da progressão epidémica da transmissão heterossexual do vírus, o prof. Montagnier afirmou:

- Resumidamente, pode-se dizer que, nos países ocidentais, a epidemia não progride de maneira uniforme. Assim, os últimos números relativos à Europa mostram um nítido recuo da doença entre os homossexuais. Verifica-se, também, em certos meios de toxicómanos, uma tendência no sentido de deixarem de consumir drogas por via intravenosa. No que diz respeito à transmissão heterossexual, convém esclarecer alguns dados importantes. Com efeito, a sida não se transmite de modo tão frequente como acontece com a blenorragia ou a sífilis. A epidemia evolui, assim, de um modo mais insidioso que explosivo. Esta diferença faz com que o número de parceiros sexuais tenha, na realidade, consequências muito diversas. Se uma pessoa contaminada tiver numerosas relações sexuais com um parceiro único, existe um risco elevado de transmitir o vírus a este último, mas o risco de transmissão epidémica é quase nulo. No inverso, se uma pessoa infectada tiver relações sexuais únicas ou espaçadas com numerosos parceiros, não há risco elevado de contaminação para cada um desses parceiros, mas existe o risco de disseminação epidémica. Tendo em conta estes dados, várias estimativas indicam que é acima do limite de cinco parceiros que surge risco de transmissão epidémica. Por outras palavras, alguns estudos prospectivos levam a pensar que, se cada pessoa tiver menos de cinco parceiros sexuais durante toda a sua vida, a epidemia extinguir-se-á por si própria.

Em contrapartida, nas regiões tropicais, a transmissão por via heterossexual é nitidamente mais significativa, e nitidamente mais rápida do que nos países ocidentais. Talvez devido a uma maior promiscuidade; talvez, também, devido a factores associados que ainda não são conhecidos.

Prof. Luc Montagnier: «Haverá 2 milhões e meio de pessoas afectadas pela sida, no ano 200»

_ *Sete anos após a descoberta, pela sua equipa, do vírus da sida, a que ponto se chegou na análise molecular desse agente infeccioso? Será que a biologia molecular conseguirá, em breve, decifrar por completo a estrutura e as funções do vírus?*

- Nesse ponto, ainda estamos no domínio da investigação. Há um interesse cada vez mais acentuado, hoje em dia, pelos «pequenos genes» do vírus, os genes que desempenham um papel regulador. Conhecem-se, em relação ao HIV, nove ou dez genes, dos quais quatro ou cinco parecem ser «reguladores», uns positivos, outros negativos. Mas ainda há incertezas, numerosos debates científicos quanto à função exacta de certos «reguladores» negativos. Em especial no que respeita ao gene «nave» e ao seu papel latente no processo de reprodução do vírus.

_ *É essencial um conhecimento total das estruturas e das funções das diferentes componentes do vírus para se poderem descobrir tratamentos eficazes contra a sida?*

- Não necessariamente, mas pode ajudar. Um dos principais objectivos das actuais pesquisas consiste em procurar compreender o factor que regula a expressão do vírus em função das células que atinge, que são, neste caso, os linfócitos. Há, também, o problema da infecção de outras células maiores. Há, ainda, o problema da neuropatalogia: como é que o vírus consegue induzir perturbações nas funções nervosas, quando não infecta os neurónios?

_ *Desde há muito que se fala dos problemas suscitados pela enorme variabilidade da estrutura do vírus da sida. Será que essa variabilidade coloca verdadeiros problemas quanto à descoberta de agentes terapêuticos e de uma vacina anti-sida?*

- Sabemos, agora, que uma das zonas-chave para fazer uma vacina situa-se na proteína GP 110, que envolve o vírus. Essa proteína contem, em particular, um «anel», feito de uma trintena de amino-ácidos, cuja estrutura pode ser alterável, variável. Esse anel, virado para o exterior, serve, provavelmente, ao vírus para entrar na célula que infecta. Mas é, também - podemos dizê-lo -, o calcanhar de Aquiles do vírus, na medida em que está exposto ao exterior e induz a produção de anti-corpos pelo organismo. O vírus sabe, no entanto, defender-se, modificando a sua estrutura - daí o nome de «anel hipervariável». A questão era saber se essa variabilidade era aleatória de um doente para outro, o que teria impedido, concretamente, a descoberta de uma vacina eficaz. Sabemos, agora, que, na Europa e nos Estados Unidos, existe um número bastante restrito de agentes do vírus que infectam a maioria dos doentes da sida. Como o seu número não é muito elevado, podem ser inventariados a fim de se poder encontrar uma vacina contra três, quatro ou cinco agentes. A criação de uma tal vacina é, por conseguinte, possível. A maior dificuldade reside - mais uma vez - em África, onde a variabilidade dos vírus é muito superior, o que coloca problemas importantes, tanto mais que ainda não se começou a fazer um inventário completo desses agentes.

_ *Pensa que, nessas circunstâncias, a criação de uma vacina anti-sida eficaz é, hoje, uma hipótese que podemos verdadeiramente encarar?*

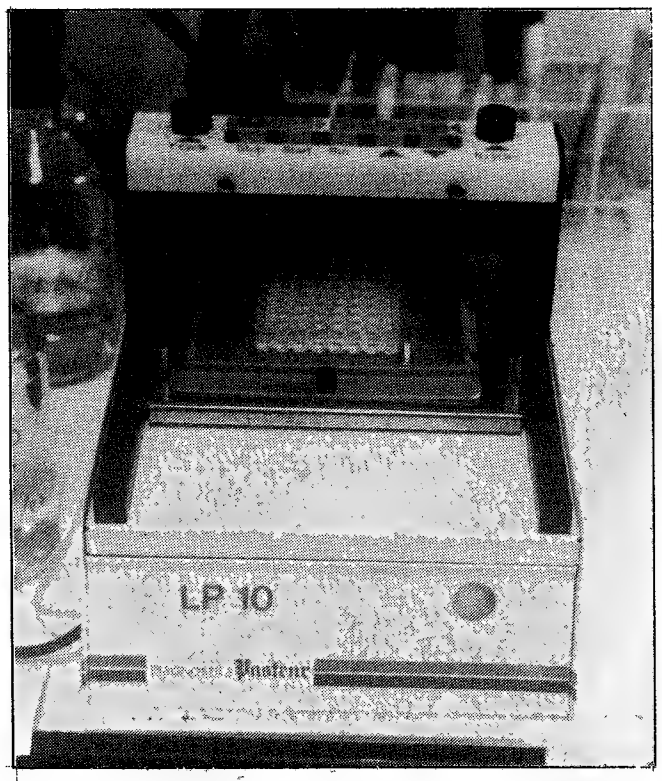
- Não sabíamos, até há pouco tempo, se uma tal vacina podia ser fabricada. Pensamos, agora, a partir de dados obtidos com experiências, tanto em macacos como em chimpazés, que a coisa é teoricamente possível. Não há obstáculos de fundo para se encontrar uma vacina contra o vírus da sida, da mesma maneira que se conseguiram fazer vacinas contra outros vírus. Sejamos mais precisos: no sistema SIV-macaco (onde o vírus está próximo do HIV 2, mas não do HIV 1), já conseguimos proteger esses animais, com vacinas de confecção convencional, contra a contaminação e contra a doença. Mas não temos, a partir daí - em meu entender -, o direito de extrapolar directamente esses resultados para a sida humana. Num outro sistema - o HIV 1-chimpazé -, o animal não fica doente, mas permite-nos determinar, pela observação dos seus anticorpos, se pode resistir à infecção do vírus. Até agora, a equipa Pasteur-Mérieux obteve, em dois chimpazés, uma certa protecção, para um determinado período de tempo e contra um certo agente do vírus. A equipa californiana da sociedade Genentech anunciou, recentemente, na revista «Nature», resultados semelhantes. É necessário, todavia, muita prudência - esperar, repetir os resultados - antes de afirmar que uma tal protecção é suficiente para fazer uma vacina. Será preciso determinar quanto tempo essa protecção dura, e contra quais agentes do vírus poderá oferecer imunidade. Será, também, necessário encontrar uma solução para os problemas suscitados pela variabilidade do vírus. Quero dizer, com isto, que a vacina anti-sida não é para amanhã, e que não podemos esperar nada a curto prazo.

_ *Será que as outras experiências de uma vacina no homem, já efectuadas em certos sítios, permitem encarar a possibilidade de uma solução em grande escala?*

- Não. Essas tentativas foram espectaculares, mas penso que não fornecerão uma resposta clara antes de passar muito tempo. Quiseram, nesse caso, pôr o carro à fente dos bois. A via racional é aquela escolhida pela equipa Pasteur-Mérieux: trabalhar, primeiro, com chimpazés, antes de pensar em passar para o homem. Aliás, não estamos a fazer mais do que seguir a via tradicional, sempre aplicada na vacinologia.

_ *Paralelamente à procura de uma vacina, a que ponto chegaram na criação de medicamentos eficazes contra a sida?*

- Para responder a essa pergunta, é preciso recordar que existem, de modo esquemático, duas concepções sobre a fisiopatologia da sida. Na concepção clássica, é o vírus HIV que provoca tudo, pelo que a terapêutica visa, prioritariamente, o vírus e as infecções «oportunistas» que também caracterizam a doença. Contra o vírus da sida, temos um medicamento cuja eficácia é conhecida: o AZT. Este, todavia, só é parcialmente activo «in vivo», durante um período limitado, e certos agentes do vírus conseguem resistir a esse medicamento sem que ainda se saiba exactamente porquê. Além disso, é tóxico, e os seus efeitos a longo prazo, no homem, não são conhecidos. A ideia ac-



Equipamento de diagnóstico da sida desenvolvido por colaboradores do prof. Montagnier

Pouco mais se pode fazer, por enquanto do que a detecção precoce da doença

tual é que se poderia tratar não só os doentes como, também, os seropositivos com AZT, para impedir que o venham a ser, ou, pelo menos, para retardar o aparecimento da doença. Dois estudos feitos nos Estados Unidos indicam que, num pequeno número de seropositivos tratados com AZT, conseguiu-se abrandar o processo que conduz à sida. Todavia, já se tinha pensado obter resultados semelhantes com outros medicamentos, para, depois, se ter de voltar ao princípio. Na realidade, é muito difícil provar que um medicamento oferece verdadeira protecção contra uma doença que só se pode manifestar passados quatro ou cinco anos. Seja como for, verifica-se, hoje, uma verdadeira corrida para encontrar medicamentos antivírus que sejam tão activos, ou mesmo mais activos, que o AZT, mas menos tóxicos. Penso que o conseguiremos. Creio que certos produtos activos «in vitro» têm um verdadeiro futuro terapêutico.

_ E quanto à outra concepção fisiopatológica da sida?

- Nessa segunda concepção, crê-se que o vírus não é inteiramente responsável pela doença; que precisa de ser «auxiliado» por outros factores associados. Esta teoria não se deve confundir com outra, defendida por alguns, segundo a qual a sida não é uma doença infecciosa. Penso que o HIV é, seguramente, a causa da doença, mas que, se agir isolado, não é assim tão perigoso, e que o seu poder patogénico é exarcebado por certos factores associados. Pensou-se, desde 1983, em numerosos factores associados: factores imunitários ou vírus, como o citomégalovírus, um vírus da família dos herpes, com efeitos imuno-depressores e que se pode encontrar em numerosas pessoas.Pela nossa parte, pensámos nos micoplasmas, que são uns micro-organismos muito especiais, desprovidos de parâmetros rígidos. Encarámos essa hipótese através de experiências em laboratório, as quais permitiram demonstrar que a acção de antibióticos activos sobre os micoplasmas diminuiam o efeito patogénico do vírus da sida. A nossa observação inicial foi confirmada, e outras experiências semelhantes foram apresentadas na conferência de São Francisco. Creio que se trata de um fenómeno generalizado. É lícito pensar que, «in vivo», os micoplasmas também desempenham um papel fundamental no progresso da doença. Para resumir os nossos trabalhos, direi que, numa centena de pessoas atingidas quer pela sida, quer por uma forma de pré-sida, encontrámos micoplasmas em cerca de um terço dos doentes. Conseguimos caracterizar um certo número desses agentes e encontrámos pelo menos três espécies, das quais algumas podem possuir uma acção patogénica própria. Sabemos, igualmente, que os micoplasmas são muito resistentes aos antibióticos.

A sequência lógica destas observações consiste em utilizar combinações terapêuticas associando um anti-vírus não tóxico e um antibiótico eficaz contra o agente do micoplasma alojado no doente. A publicação destes estudos não deve, todavia, criar falsas esperanças. Sobretudo, os médicos e os doentes não devem concluir deste trabalho que se pode tratar a sida com «cocktails» medicamentosos empíricos, os quais poderiam vir a ter, na prática, consequências catastróficas.

_ Bem pesadas as coisas, considera que a investigação sobre a sida esteja a progredir, actualmente, a um ritmo aceitável? Ou pensa, pelo contrário, que se deveria, que se poderia, andar mais depressa?

- Verifico que não há suficiente espírito de mobilização. Muitos investigadores dedicam-se à sida como poderiam dedicar-se a outra coisa: a única diferença é que o trabalho pode ser mais cómodo, na medida em que o dinheiro é mais fácil de obter. Há demasiados investigadores a considerarem o vírus como um objecto de estudo académico. Ignoram, demasiadas vezes, a realidade da doença e o contacto com os doentes. Existe, também, o problema da burocracia na organização das pesquisas, sem subestimar, em França, a acção positiva do Instituto Nacional de Investigação sobre a Sida. A maior parte dos grandes países industrializados dispõe do seu próprio orçamento para a investigação sobre a sida; mas há, todavia, grandes diferenças. Em França, essa soma é de 180 milhões de francos. Nos Estados Unidos, é de um bilião de dólares. A relação não joga a nosso favor, e o mesmo se pode dizer relativamente à Comunidade Europeia. Insisto que seria conveniente criar, o mais rapidamente possível, um pólo europeu para as pesquisas sobre a sida. Em meu entender, é necessário completar, na Europa, o que está a ser feito à escala pública com uma iniciativa privada, o que permitiria avançar mais rapidamente graças, nomeadamente, à flexibilidade financeira. Por exemplo, se a pista relativamente aos micoplasmas demonstra ter interesse, deverá ser prosseguida, quanto antes, ao nível do diagnóstico e da terapia. É por todas essas razões que queremos transformar a actual Federação Europeia de pesquisa numa fundação. Nesse quadro, pensamos, igualmente, contribuir para a solução dos problemas da sida em África.

_ Que formas de financiamento privado considera desejáveis? Pensa em termos de mecenato, de instituições de caridade, de participação directa?

- É preciso deixar a porta aberta ao dinheiro filantrópico, assim como ao investimento. A abertura ao sector privado também nos obrigará - e isso é positivo - a sair da nossa concha. Não devemos ser dependentes de um pólo americano. Seria negativo do ponto de vista conceptual e científico, como já se verificou no passado, e, também, do ponto de vista económico, pois os encargos financeiros da sida serão pesados, tanto no que diz respeito a essa doença como às outras.

_ Para além do aspecto financeiro e da própria investigação, sente-se confiante quanto às possibilidades de que dispomos para vencer essa epidemia?

- Penso que a sida é uma doença infecciosa susceptível de cura, e que conseguiremos, mais tarde ou mais cedo, vencê-la. Mas é imperioso encontrarmos o caminho mais curto, pois a vida de milhões de seres humanos depende disso. Para tal, é absolutamente necessário uma mobilização mais forte do que a que existe actualmente. É preciso ir mais longe, e mudar rapidamente de estado de espírito. Em relação à sida, devemos considerarmo-nos em estado de guerra. Em França, temos tendência para ficarmos adormecidos, quer se trate da sida ou de outra coisa qualquer; perdemos influência perante os Estados Unidos, o Japão, mas também na Europa, perante a Alemanha. Receio que tenhamos, amanhã, um despertar muito difícil. Quanto à sida, o futuro reside numa solução médica e, por conseguinte, em investir na pesquisa. Mas, no presente, terá de haver, igualmente, uma mudança de comportamento, como a que se procura conseguir relativamente ao consumo do álcool e do tabaco. Os poderes públicos podem contribuir para isso, mas devem, também, apoiar-se em organizações não governamentais. Não é um decreto do Governo, nem a publicidade divulgada pela televisão, que chegam para fazer avançar as coisas. É preciso agir em profundidade, mas ainda nos contentamos, hoje, com iniciativas mediáticas. É essencial compreender que, em relação à sida, devemos considerarmo-nos em estado de guerra e, para retomarmos esta imagem, a nossa mobilização actual é muito parecida, infelizmente, com a de 1939...

Entrevista Jean-Yves Nau
Exclusivo «Le Monde»/DL
Tradução de Isabel Joyce

Campanha na TV

Combater a Sida sem a referir

A televisão e a rádio vão transmitir, a partir de amanhã, um *spot* publicitário, de 30 segundos, sobre a Sida, para recordar que esta doença ainda não desapareceu. Propositadamente, a palavra Sida não é aí citada uma única vez. A campanha, que decorre até 15 de Setembro, é da responsabilidade do Grupo de Trabalho da Sida (GTS) e destina-se a pessoas com idades compreendidas entre os 17 e os 30 anos.

O protagonista do *spot* é um jovem casal confrontado com várias «quedas», para as quais, no entanto, existe prevenção: para se proteger da queda de um tijolo pode utilizar um capacete, para amenizar uma queda livre, um pára-quedas, ou se cair no mar poderá recorrer a uma boia de salvação.

Mas, «e se você cai na tentação?», interroga o anúncio, que termina com o conselho: «Não caia nessa, proteja-se», enquanto a rapariga estende a mão, com um preservativo, ao rapaz.

Propositadamente, como explicou Manuela Santos Pardal, do GTS, «não foi incluída no *spot* a palavra Sida, por causar mais pânico do que outra coisa».

«Pensamos que é preciso actuar pela positiva, em vez da negativa», esclareceu aquela técnica do GTS.

O sociólogo João Santos Lucas sublinhou que, apesar dos alertas, «as pessoas estão convencidas de que a Sida é grave, mas não acreditam que o preservativo seja o processo mais eficaz para a evitar».

Justificando a utilização exclusiva da rádio e da televisão, Santos Lucas disse que na campanha de 1989, cerca de 90 por cento das pessoas que tiveram acesso à campanha fizeram-no através da televisão.

Manuela Santos Pardal referiu ainda que «é necessário, periodicamente, alertar as pessoas de que há medidas a tomar, principalmente por haver um outro estilo de vida nesta altura» (Verão).

No âmito da actividade do GTS, têm vindo a ser realizados contactos com a Associação Portuguesa das Pousadas da Juventude, para a instalação de máquinas de preservativos nas várias pousadas do País, o que poderá acontecer ainda este ano.

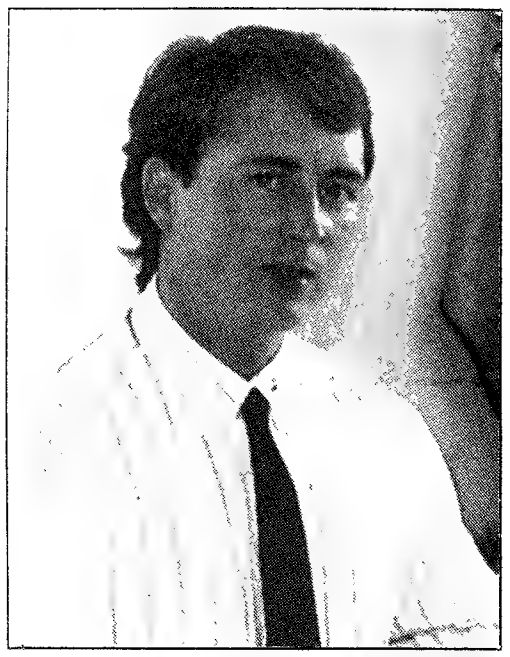
No Algarve, segundo os especialistas que ontem se reuniram com jornalistas, existem já várias discotecas e bares onde aquele tipo de máquinas está instalado.

Machado Caetano, outro médico do GTS, referiu que no prosseguimento da política de divulgação está a ser elaborado um plano conjunto com as universidades portuguesas, através da colaboração com as associações de estudantes.

Desde que foi detectado o primeiro caso em Portugal, até finais de Junho, foram diagnosticados 455 indivíduos com Sida. Quanto aos seropositivos (pessoas portadoreas do vírus, mas nas quais a doença ainda não se manifestou), Torgal Garcia, outro membro do grupo, disse não ser possível calcular com precisão o número de portugueses nessa situação.

Afirmou que esse número pode variar entre os 2500 e os seis mil, consoante o processo utilizado.

«Se recorrermos ao método sueco de detecção, segundo o qual, por cada doente revelado existem seis seropositivos, teremos em Portugal à volta de 2500. Se utilizarmos os indicadores norte-americanos, segundo os quais por cada doente há entre 10 a 20 portadores, passaremos a ter entre nós mais de 5 mil portadores do vírus», explicou Torgal Garcia.



Acusam-se todos. Director e ex-director; o que é presidente e o que já foi. Em causa está uma Bienal de Arte que é ac os subsídios não chegaram. Em causa está também a popula que, se não tem Bienal, tem o espectáculo do adiamento lhe prometem reflectir até ao fim do mês. Como o tema era de nós», e Agostinho da Silva o seu patrono, deparou-s

À descoberta da B

A Bienal de Cerveira surge de um pedido que o então presidente da Câmara, engenheiro Lemos Costa, fez ao pintor Jaime Isidoro para organizar uma exposição naquela vila minhota. A solicitação vinha pôr termo às preocupações em encontrar uma terra que recebesse a vocação itinerante dos 5ºs Encontros Internacionais de Arte por ele organizados de parceria com Egídio Álvaro. Por outro lado, a realização dos 4ºs Encontros nas Caldas da Rainha (1977), saldara-se por uma cisão entre os organizadores, passando a ser assumida por Jaime Isidoro.

Foi o próprio que nos disse: «Como me pediram que a exposição tivesse uma periodicidade anual, vi a oportunidade de concretizar o sonho de fazer uma Bienal de Arte em Portugal».

No ano de 1978 os Encontros - por força da disponibilidade camarária e da ausência de quadros que lhe garantam a anualidade - transformam-se na primeira Bienal Internacional de Arte feita em Portugal, levando a Cerveira uma exposição antológica de Almada e Sarah Afonso, não surpreendendo que ao longo destes doze anos se tivesse assistido a uma proliferação de outras que lhe procuraram disputar o prestígio entretanto alcançado.

Assim, já houve duas Bienais dos Açores e Atlântico, três Alternativas (Almada), duas Jovem Pintura (Chaves), um Momento de Arte (Vila do Conde), apenas sobrevivendo - porque noutros moldes - a Bienal de Lagos, agora em quinta edição e, muito justamente, homenageando Joaquim Bravo.

Sem qualquer tradição organizativa, com as galerias a reflectirem o abalo que o 25 de Abril causara numa ausência de programação e de política do mercado de arte que lhes permitisse o acesso às Feiras de Arte, grande parte do êxito da Bienal de Cerveira deve-se à natural receptividade que encontrou junto dos artistas para a cedência de obras, constituindo-se como referência curricular quase obrigatória. Aliás, basta a leitura atenta dos seus catálogos, e dos catálogos dos seus intervenientes. Independentemente dos prémios que atribuía, é particularmente interessante o de Revelação. Se hoje já não serve, serviu quem o disputou.

Só abona a verdade recordar que, ao longo de seis edições, a Bienal de Cerveira proporcionou a uma população culturalmente marginalizada exposições antológicas de Almada e Sarah Afonso, Barata Feyo, Vieira da Silva, Amadeo Souza Cardoso, Santa-Ritta Pintor e Abraham Moles.

Se Jaime Isidoro se orgulha de ter feito a Bienal «quase sem dinheiro», Germano Cantinho (então presidente em exercício, por indisponibilidade física de Lemos Costa) referiu-nos que «a responsabilidade da sua organização cabia à Câmara, que apostou largos milhares de contos ao longo destes doze anos». Esta disparidade de custos, por todos reivindicada, é tratada noutro local.

Na conversa que mantivemos com o escultor José Rodrigues (Ver «O vira do Minho», DL de dia 13), o actual director da Bienal de Cerveira acusa a anterior direcção «de falta de profissionalismo». Jaime Isidoro responde-lhe: «Então é preferível o nosso amadorismo, porque as coisas fazem-se. É certo que os artistas iam para Cerveira com uma grande generosidade, mas não é menos verdade que dispunham de uma estrutura que englobava um gabinete de Imprensa; *ateliers* livres onde os artistas dispunham de condições para poderem trabalhar, se o desejassem; e conseguimos garantir participações internacionais, como a de Lúcio Muñoz, por exemplo. Ou as pessoas esquecem-se das coisas?», pergunta o inventor da Bienal. E afirmou-nos que ela «era um projecto de Futuro. Tinha uma estrutura e um regulamento que lhe asseguravam a continuidade».

O que abarca a ARCA

Com a entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, também a Câmara de Cerveira se viu impedida de receber subsídios. A constituição da ARCA (Associação Regional de Cultura e Arte) foi a solução encontrada pelos intervenientes na realização das Bienais, chamando também a si a presidência do novo organismo o então presidente da Câmara, Germano Cantinho.

«Além de gerir e organizar as futuras Bienais, a ARCA era também a fiel depositária do acervo já existente. A autarquia continuava a ter uma acção directa, pugnando o seu presidente para que junto do Governo se conseguissem os apoios necessários».

A Vª Bienal (1986) - última a ser dirigida por Jaime Isidoro, encontrando na homenagem a Santa-Ritta Pintor o seu tema - marca significativamente a passagem para a nova gestão e uma conflitualidade entre as direcções de Jaime Isidoro e a de José Ro-drigues, que se lhe seguirá.

Uma concepção diferente da actuação da Câmara, relativamente à Bienal, tem também o actual presidente. Numa região tradicionalmente PSD, o escrutínio das últimas eleições autárquicas colocaria o candidato do PS, José Manuel Carpinteira, na presidência da Câmara Municipal de Cerveira.

«A comparticipação do município deveria limitar-se a um subsídio atribuído à ARCA. Quando tomei posse - apontou Carpinteira ao DL -, tive também em conta a necessidade de apoiar a Bienal. Reunimos, e dado que nos apresentaram custos na ordem dos 30 mil contos, decidimos contribuir com 10%. Metade já foi pago e a outra metade se verá».

É que o autarca não compreende «como é que se pode adiar uma Bienal» e já manifestou o seu descontentamento com a ARCA. «Tenho muita estima pelos professores Calvet de Magalhães e José Rodrigues, e estou disposto a dar-lhes todo o nosso apoio sempre que precisem». Mas, se em termos monetários considera que esse apoio «terminou com a atribuição dos três mil contos», fez questão de afirmar que, «como cidadão e como presidente da Câmara, posso dizer-lhe que ninguém sabe o que é a ARCA. Promoveu as duas últimas Bienais e mais nada».

Considerando-se também o autor desse projecto, Jaime Isidoro diz que a associação é «uma espécie de assalto, um golpe de estado que fizeram à Bienal, nas minhas costas». E, insinuando que a nomeação de José Rodrigues para director se deve ao facto de residir em Cerveira, prosseguiu: «Ele veio ter comigo para eu fazer a VI, mas recusei-me. Há o mínimo de dignidade. E ela acaba assim, dedicada exclusivamente às artes gráficas. Não entenderam que a Bienal se dirigia às artes plásticas, embora nas suas actividades paralelas pudesse abarcar todas as outras manifestações artísticas».

Em relação ao que Jaime Isidoro afirma, Germano Cantinho disse-nos, pura e simplesmente: «Isso não é verdade!» E explicou porquê: «O escultor José Rodrigues foi nomeado director artístico para solucionar

O que eles pensam

Fernando de Azevedo, em representação da Fundação Gulbenkian ou como presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes e Fernando Pernes e Rui Mário Gonçalves, como representantes da Associação Internacional de Críticos de Arte, são as personalidades que detêm o maior número de participações no júri de selecção e premiação de praticamente todas as Bienais de Arte realizadas em Portugal. Daí o convite para nos darem elementos que nos permitam reflectir sobre a eventual decadência - ou não - das bienais.

Fernando de Azevedo

Podem haver várias razões. Entre elas, por exemplo, variações de interesse dos próprios artistas. No fundo, é com eles que se fazem as bienais. E, naturalmente, os meios que têm de se arranjar para as levar a efeito devem ter em conta que se dirigem ao fomento desse interesse. De qualquer modo, há uma época de Bienais de Arte em Portugal. Com isto, não quero dizer que houve.

Não vamos fazer comparações - porque se trata de realizações a distâncias muito grandes - mas crises têm-se também verificado ao longo daquelas outras que, mais ou menos, servem de modelos. Veneza e S. Paulo, por exemplo. Interrogo-me mesmo em relação a Kassel. Lembro-me que durante anos seguidos se discutiu muito as vantagens ou não da realização da Bienal de S. Paulo, e isso a nível da crítica internacional.

Penso que este espírito das bienais foi a certa altura uma espécie de voluntarismo abnegado por parte de quem tinha forças e experiência profissional para poder dar um apoio, sem esquecer as entidades que ajudaram a viabilizá-las.

Se, de alguma maneira, nem sempre as bienais atingiram o que se queria, a verdade porém, é que elas contribuíram para uma atenção à criação artística. E se repararmos, em Cerveira (1978) e Lagos (1982), verificamos que foram atribuídos prémios a artistas que são a própria definição dessa época.

Fernando Pernes

A vaga das bienais surgiu em Portugal dentro de uma onda de democratização e descentralização cultural, mas nunca foi acompanhada por uma estrutura mais ambiciosa. Ou seja, tiveram sempre um *boom* de entusiasmo e amadorismo com toda a carga positiva e negativa que é inerente a essas situações. O entusiasmo já sabemos que é uma fonte que só dura para as primeiras iniciativas, mas só pode ser suportado se integrado no mínimo de estrutura profissional que nenhuma dessas bienais tem.

Por outro lado, como as bienais não souberam acompanhar o mercado de arte em Portugal, quer reforçando os prémios, quer criando estímulos que se poderiam traduzir no aluguer das obras, é natural que os artistas se desinteressassem de participar.

No caso concreto de Cerveira, ela foi a primeira Bienal importante que se fez em Portugal. Esse aspecto cronológico é significativo. Por outro lado, numa altura em que não havia muitos centros de exposição foi um centro de influência imediatamente estimulante. Com a proliferação de galerias e de outros centros de arte, de que Serralves é um exemplo, essa influência diluiu-se.

Mas as grandes bienais também têm sido subalternizadas pelas Feiras de Arte. Assistimos a uma transferência de interesse da Bienal de Veneza ou de Basel, para um fortalecimento da ARCO, em Madrid, por exemplo.

Rui Mário Gonçalves

A Bienal de Cerveira começou por ser uma das mais originais, proporcionando o convívio entre os artistas, livre e criativamente. Muitas obras de arte foram realizadas no local, e oferecidas pelos artistas à vila. Não havia fronteiras nessa convivência, e o público participava de uma maneira diversificada, aderindo ou reagindo, estando.

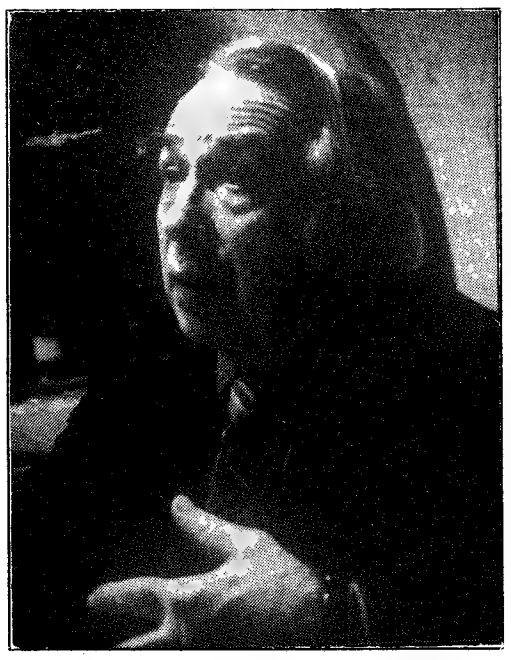
Alguma confusão que se aponte à organização não deve porém esquecer a sua relação com o próprio sucesso da iniciativa, que atraía muitos participantes espontâneos. A correcção organizativa bana-lizou a Bienal, os artistas deixaram de «estar» criativamente, limitando-se a enviar obras. O público passou a poder contactar apenas com estas. A convivência perdeu-se. Ganhou-se em ordem, perdeu-se em vida.

A Bienal de Cerveira é um caso especial. Seria bom que cada bienal pudesse constituir um caso, pois cada uma deve ser diferente das outras. Neste momento, as organizações fazem com que se fale mais da política de subsídios do que da cultura propriamente dita, e os políticos encartados preocupam-se apenas com o sucesso mundano e imediato. Falta uma filosofia que, mais uma vez, surgirá dos criadores e dos críticos.

Nos últimos anos, houve alguma confusão, devido à arrogância e auto-suficiência do mercado. Mas, neste ano de 1990, são já as feiras de arte - como as do Forum Picoas - que falham mais do que as bienais. Estas, mesmo falhadas, como a de Cerveira, provocam todavia uma reflexão mais interessante. Talvez os próximos anos constituam um momento de viragem e de revigoramento cultural.

J. F.

dente da Câmara é adiada porque pulação de Cerveira nto sobre o qual era «À descoberta ou-se-nos isto



Bienal

nte
la-
m-
Nu-
nte
lti-
cas
PS,
na
ara
do
-se
o à
sse
DL
a a
Bi-
que
na
tos,
om
e a
m-
se
e já
en-
CA.
elos
ga-
es-
do
que
ter-
lera
hou
mil
firo e
ara,
hin-
CA.
mas
ém
me
ção
lto,
ze-
has
e a
ues
cto
os-
igo
re-
de
as-
va-
Não
l se
em-
pa-
to-
ões
me
ano
a e
ó é
por-
Ro-
rec-
nar

os problemas culturais de Cerveira, e fez sempre questão em que o pintor Jaime Isidoro fosse o director da Bienal. Eu tive mais do que uma reunião com ele para acertarmos custos e encargos. Assumiu o compromisso e depois veio dizer-nos que já não havia tempo para o tema que tinha em vista. Ele não concordou que tivéssemos feito uma Bienal de Desenho Gráfico, mas também nunca nos disse qual era o tema dele!»

Por causa do acervo

Acumulado ao longo das sucessivas edições, o acervo das Bienais de Cerveira jaz ingloriamente depositado no belíssimo edifício do Solar dos Castros, em condições que todos reconhecem deficientes. Se José Rodrigues afirma (Ver «DL» citado) que já «escreveu por mais de uma vez ao presidente da Câmara» alertando-o para a urgência de o salvaguardar, o autarca devolve-lhe assim a preocupação: «Como é que me podem pedir que resolva a situação em seis meses de mandato se em doze anos o anterior presidente - e por acumulação, também responsável maior da ARCA - o não resolveu?»

Por outro lado, não tem dúvidas de que «até à fundação da ARCA, o acervo das Bienais de Cerveira pertence à Câmara». A partir dessa data, José Manuel Carpinteira considera que «a situação é dúbia».

Fiel depositária do acervo anterior à sua fundação e, por inerência de funções, proprietária do resultante das Bienais que realizou, «na transferência de poderes da CM para a ARCA», segundo o seu duplo presidente, «entregou-lhe também um estudo para a construção do Centro de Arte da Bienal».

A nova gestão autárquica confirma que tem «um dossier com o projecto já aprovado». E acrescentou ao nosso jornal: «Dizem-nos que há um subsídio de 100 mil contos, estamos à espera. Tudo o que se passa no concelho tem a ver com a Câmara, mas - embora o apoie como apoia outros que sejam de interesse para a população - o projecto não é de sua responsabilidade». A razão é simples: é que, segundo José Manuel Carpinteira, «não há nenhum protocolo».

O bombo da festa

O bombo da festa é - ou não estivéssemos no Minho - a Secretaria de Estado da Cultura. Todos lhe malham e ela defende-se (Ver caixa). José Rodrigues, ainda relativamente ao Centro de Arte: «Ao fim destes anos todos apenas se aguarda que o secretário de Estado lhe dê prioridade». O director da Bienal de Cerveira também atribui o adiamento da Bienal à falta de subsídio que Pedro Santana Lopes lhe terá prometido. Vai mais longe, dizendo que o facto os obrigou «a solicitar à Fundação Gulbenkian que suspendesse o dela até vermos em que ficamos».

No entanto, contactado Fernando de Azevedo, do pelouro das Artes Plásticas da Fundação, para se pronunciar sobre esta dança dos subsídios, ficámos a saber que a posição da Gulbenkian relativamente à adiada VII Bienal de Cerveira, afinal é a seguinte: «Quando estudávamos o pedido de subsídio fomos informados que, por dificuldades entretanto surgidas, a Bienal não seria viável. A partir desse momento, suspendemos todo o processo de uma eventual atribuição de subsídio para quando nos fosse apresentado um projecto concreto para uma data concreta».

Continuando a inventariar as acusações à SEC, se José Rodrigues acha que «a substituição de um secretário de Estado não pode servir de desculpa para tudo», pelo seu lado Germano Cantinho considera «natural» que ela «tivesse paralisado tudo o que estava para trás». E medita: «Há qualquer coisa que falhou. Não sei o que foi, mas falhou». E concluiu, embora escusando-se a dizer quais: «Aliás não é só de agora. Nos gabinetes ministeriais há pessoas que não vêem com bons olhos a Bienal de Cerveira». Por outro lado, para o presidente da ARCA e ex-presidente da Câmara, «os subsídios que vinham da SEC foram sempre ridículos. Em 1988 (VI Bienal) recebemos à volta de mil contos. A CM é que investiu dezenas de milhares de contos durante os doze anos da Bienal». Segundo ele, a última custou «entre quinze a vinte mil contos».

Para Jaime Isidoro, a Bienal faz-se com os meios económicos que houver, porque «ela não pode acabar!». Com os três mil contos atribuídos pela Câmara, e mais «os outros dois mil» que afiança terem sido atribuídos, «a Bienal tinha que se fazer. O que é preciso é não estar com malabarismos económicos». Além do mais, tendo em conta que Cerveira não dispõe - em sua opinião - de estruturas para comportar um projecto orçado em 30 mil contos, considera-o «anedótico».

Mesmo com os subsídios da SEC e da Gulbenkian, Jaime Isidoro disse-nos que a primeira Bienal, em 1978, custou quinhentos contos, cifrando-se em mil a edição de 1986, a última que dirigiu. José Manuel Castanheira declina toda e qualquer responsabilidade que pretendam atribuir à Câmara pelo facto de os subsídios não se terem concretizado. «Essa responsabilidade - recorda - pertence à ARCA». Quanto ao resto, e como só é presidente da Câmara de Vila Nova de Cerveira, não sabe, e «até porque não tenho nada que saber».

No entanto, revelou-nos que está-se já «a pensar na criação de uma associação ou empresa de carácter cultural e turístico que seja uma alternativa à incompetência demonstrada pela ARCA».

Jorge Fallorca

O sabor do dinheiro

Está lá tudo. Se alguém perdeu a cabeça, na Secretaria de Estado da Cultura não perderam os documentos. Assim como não perderam a noção da realidade. As datas de entrada e o conteúdo da papelada constante nos *dossiers* referentes à Bienal de Cerveira são substancialmente diferentes do que o seu director nos revelou e tem divulgado à Imprensa.

O acesso a esses documentos foi muito fácil: face à gravidade das acusações, ligámos para a Avenida da República, e tanto a directora-geral da Acção Cultural, Maria Manuel Pinto Barbosa, como o director dos Serviços de Comunicação Visual, Fernando Calhau, prontificaram-se para um esclarecimento.

«Como pode verificar, já em 88 há uma troca de ofícios entre o escultor José Rodrigues e a anterior secretária de Estado, a queixar-se de algumas apreciações pouco favoráveis relativamente à organização da Bienal. Isto é, que a organização não estava à altura da iniciativa. Também então já José Rodrigues se queixava da indefinição da SEC. Acontece que relativamente à Bienal deste ano, o secretário de Estado deslocou-se à Árvore, creio que em Março. Falo da Árvore porque interessa saber que o seu director, que nos pede um subsídio de 30 mil contos para a Cooperativa, é a mesma pessoa que assina o projecto da Bienal de Cerveira, que neste momento já orça os 40 mil. Já agora, esclareça-se que quando pedimos um novo orçamento, não foi porque se tivessem perdido quaisquer documentos, como José Rodrigues pretende fazer crer, mas porque nos faltavam dados concretos. Numa primeira versão o catálogo custava 4 mil contos, agora já é o dobro».

«D.L.» - Sendo a Bienal programada ao longo de dois anos, é natural que se façam acertos orçamentais.

«Obviamente, e como a programação desta Bienal era imensa, por causa dos acertos é que se insistiu para que nos fornecessem os menores detalhes. O despacho do secretário de Estado, porque pretende atribuir os subsídios, foi saber o que pedia a Árvore para obras, equipamento, para o dito ciclo de conferências do professor Agostinho da Silva subordinadas ao tema "À descoberta de nós", e apreciar o projecto da Bienal de Cerveira. Repare que só para a Árvore é-nos pedido 9 mil contos para manutenção, 10 mil para obras, mil para as conferências e mais quatro mil para a compra de uns desenhos de Jorge Martins, que neste momento já sabemos que foram comprados pela Casa de Serralves.»

«D.L.» - Estamos a falar da Árvore, e não da Bienal.

«Sim, mas o escultor José Rodrigues é a mesma pessoa que está por trás de tudo isto. De qualquer maneira, estes projectos ligam-se. Obviamente que continuaremos a apoiar a Árvore, assim como a Bienal. O que queremos saber é onde termina a Árvore e começa a Bienal. Recebemos vários pedidos, chegaram até nós diversos projectos, sempre bastante megalómanos. Aliás, os pareceres são todos favoráveis, mas também todos eles referem que a organização se manifesta profundamente insuficiente e desajustada para o tipo de iniciativa. Ninguém ignora que é uma iniciativa que teve um papel fundamental, e que se situa num ponto crucial do País, aí desempenhando um papel importantíssimo na descentralização e divulgação das artes plásticas, para já não falarmos na dinamização da geração dos anos 80. Por isso mesmo é que nos aborrece que se promovam todos estes equívocos e mal-entendidos. A SEC nunca pensou retirar o seu apoio à Bienal de Cerveira, o que lhe pediu foi rigor. A direcção da Bienal tem de compreender, sobretudo quando apresenta um orçamento no valor de 40 mil contos, que é apenas uma parcela de um orçamento que tem de contemplar mais actividades, igualmente importantes e merecedoras de dinamização.

Rui VAsco

Repare o que nos pedem: para directores e secretariado, 1250 contos; organização, mil contos; direcção (6 directores mais um secretário-geral), 2475 contos; uma secretária em *part-time*, 160; uma dactilógrafa, 80; material de secretaria, 540; divulgação, 1250; cartaz, 2500; reunião de trabalho com os artistas convidados, 500; júri de selecção, alojamento e outros, 500; aluguer de locais, dois mil contos. Julgo que a Câmara até cederá gratuitamente alguns locais, mas enfim. Viagens para contactos com instituições e ao estrangeiro, mais dois mil contos. Outra vez três directores, 275 contos. O catálogo a princípio era quatro mil contos, agora já é o dobro. Para acções, acaba por ser uma fatia muito pequena e todas elas muito pouco especificadas. As remunerações é que constituem o grosso do orçamento da Bienal. É natural que a SEC exija algum detalhe e não, como se afirma, que perdeu a papelada. Cada vez é mais necessário rigor entre as entidades que solicitam subsídios e as que os atribuem. Encontrando-se a Bienal já na sua sétima edição, precisava de ser melhor organizada, e mais realista naquilo que pretende em vez de apontar para um sem-fim de direcções».

J.F.

A.M.A.
Auto Monumental do Areeiro S.A.
Audi
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

ECONOMIA

BREVES

Japoneses da Fujitsu compram a ICL

Colheu de surpresa os meios económicos o anúncio da compra da ICL, primeiro fabricante britânico de computadores, pela empresa japonesa Fujitsu, através de uma operação que deverá orçar pelos 700 milhões de libras. A ICL é uma empresa do grupo STC, para quem representava 60 por cento do volume de vendas e 50 por cento dos lucros (os da ICL foram de 145,7 milhões de libras no ano passado). Segundo os especialistas a venda da ICL poderá pôr em risco a sobrevivência da STC.

Nova pasta de papel lançada pela Caima

A Caima lançou no mercado a nova pasta de papel branqueada sem cloro, sendo o primeiro fabricante português a laborar este tipo de produto e pioneiro a nível mundial neste processo de fabrico em relação à pasta de eucalipto. O produto agora conseguido resulta de um processo de investigação levado a cabo em Portugal e no estrangeiro.

Filme Sagres/Grua tem novo prémio

O filme Sagres/Grua, uma produção McCann-Erikson/Hora, obteve o título do melhor filme publicitário português no 37º International Advertising Film Festival, que se realizou em Cannes. No ano passado, este filme havia já sido distinguido noutros concursos, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Cooperação IBM/GEOTA na área do ambiente

A IBM Portuguesa e o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) assinaram um protocolo de cooperação na área da protecção do ambiente. O acordo insere-se no projecto Coastwatch-Europe, que tem como principais objectivos o melhor conhecimento da situação ambiental doLitoral europeu e de cada país em particular, visando ainda o incremento da sensibilização das populações, escolas, instituições oficiais e particulares para a problemática da degradação da faixa Litoral e dos oceanos.

Negociações no âmbito do GATT não garantem êxito para as pretensões portuguesas

Empresários têxteis à beira do pânico

Cresce o medo entre os industriais têxteis portugueses. Após o fracasso da reunião das delegações empenhadas na renegociação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), verificado na semana passada na cidade suíça de Genebra, aproxima-se o prazo final para o término daquela (Dezembro), sem garantias de qualquer ordem quanto ao seu êxito.

Para o sector têxtil português está em causa a integração do Acordo Multifibras (AMF) no novo quadro que suceder ao actual acordo GATT.

O AMF regula metade do comércio têxtil mundial e acaba no próximo ano. Com o seu fim, e a regulação deste comércio feita no âmbito de um novo GATT, de inspiração mais liberalizadora, os empresários têxteis portugueses receiam a invasão de importações baratas do Terceiro Mundo e a perda consequente de milhares de empregos.

Desde 1974 que os 51 signatários do AMF estabeleceram quotas para as importações dos países industrializados de têxteis e vestuário produzidos nos chamados países em vias de desenvolvimento.

Quando acabarem as quotas, a situação vai depender do resultado das negociações referidas. O Terceiro Mundo está a pressionar para que a Comunidade anule as restrições à importação.

Contudo, Alberto Costa, director da Associação Nacional para a Indústria Têxtil, Algodão e Fibras (ANITAF), considera que «precisamos de tempo para reestruturar e modernizar».

Portugal, no seio da CEE, defende um período transitório de 15 anos para a desintegração do AMF, de forma a preparar o sector.

Os empresários dizem que as fábricas precisam de tempo para modernizar as suas tecnologias, diversificar o *design* dos seus produtos e alargar os conhecimentos de *marketing*.

Reclamam ainda «um grande auxílio económico» para a formação dos trabalhadores, cuja maioria é constituída por mulheres sem formação.

Recorde-se que a Comissão de Relações Económicas Externas do Parlamento Europeu recomendou a consideração de um «instrumento financeiro especial para Portugal, no sentido de facilitar o enfrentar das consequências decorrentes do termo do AMF».

Sector têxtil teme liberalização dos mercados

No relatório, onde aquela recomendação é feita, aduz-se ainda que «as regiões da Comunidade em que o sector têxtil e do vestuário foi especialmente atingido pelo desemprego, devem ser objecto da maior atenção e beneficiar do auxílio do Fundo Regional»

Recorde-se que esta indústria gera um terço das exportações e empregos em Portugal. No ano passado, as exportações ultrapassaram os 550 milhões de contos. Receia-se que um terço dos 170 mil empregos estejam em perigo, se a modernização não for feita.

«DL»/Lusa

COTAÇÕES

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	43$35	49$35
ALEMANHA FED. (marco)	87$05	88$25
ÁUSTRIA (xelim)	12$35	12$55
BÉLGICA (franco)	4$041	4$291
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	121$70	124$20
(notas de 5 a 1000)	122$20	124$70
DINAMARCA (coroa)	22$85	23$25
ESPANHA	1$389	1$500
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	140$20	143$70
(notas de 5 a 1000)	140$70	144$20
FINLÂNDIA (marka)	37$10	37$70
FRANÇA (franco)	26$00	26$70
HOLANDA (florim)	77$20	78$30
IRLANDA (libra)	234$70	238$70
ITÁLIA (lira)	$108	$123
JAPÃO (iene)	$903	$958
NORUEGA (coroa)	22$55	23$05
REINO UNIDO (libra)	259$35	263$85
SUÉCIA (coroa)	23$85	24$35
SUÍÇA (franco)	102$70	104$20
VENEZUELA (bolívar)	2$532	3$332

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

Contenção de despesas marca OE para 91

A secretária de Estado do Orçamento divulgou as regras a respeitar por todos os serviços da Administração Pública na elaboração dos orçamentos para 1991, os quais deverão «reflectir um acentuado esforço de redução do défice do sector público, factor determinante para o êxito do processo de integração do País na União Económica e Monetária».

Nesse sentido, diz o documento, o valor a afectar às rubricas dos agrupamentos económicos «Aquisição de bens e serviços correntes» e «Aquisição de bens de capital» (com excepção dos Investimentos do Plano - PIDDAC) deverá ser igual ao montante orçamentado para 1990, após os congelamentos.

Por outro lado, a igual disciplina ficam sujeitas as rubricas residuais de «Outras despesas correntes» e de «Outras despesas de capital». Também medidas quanto a gastos com o pessoal são estabelecidas.

No entanto, acrescenta o documento, os serviços do Estado que conseguirem durante 1990 efectuar poupanças no conjunto das despesas de funcionamento terão, no decurso de 1991, essas verbas reforçadas em conformidade com determinados índices e tendo em conta os compromissos assumidos e não pagos. Os orçamentos privativos vão regular-se pelas regras definidas para 1990, tendo igualmente que se sujeitar às agora definidas para contenção das despesas públicas.

Concorrência a mais perturba empresas

A existência de uma «concorrência muito forte» é a principal dificuldade com que as empresas portuguesas se defrontam, concluiu um inquérito promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CCIP) e a Associação Comercial de Lisboa (ACL), baseado em 251 respostas de um questionário enviado a 1838 empresas.

Os segundos maiores problemas identificados corresponderam ao «excesso de encargos financeiros» e à «insuficiência de capitais próprios».

Porém, a existência de «uma conjuntura de confiança», que deverá manter-se nos próximos seis meses, permitiu que as empresas manifestassem a sua satisfação pelos resultados obtidos no primeiro semestre, revelou Vasco Pinto Basto, presidente da CCIP/ACL. Segundo este dirigente empresarial, a actividade económica portuguesa manteve, no primeiro semestre deste ano, uma tendência evolutiva global positiva, tal como em 1989, para a qual contribuíram a procura externa e o investimento.

De acordo com os resultados do inquérito, a maioria das empresas exportadoras registou um aumento da procura e do volume de exportações, enquanto 31,5 por cento dos inquiridos aumentaram o seu volume de importações. Prevê-se que no semestre em curso esta tendência se mantenha.

«DL»/Lusa

GATT: falta de acordo entrava negociações

Países industrializados e em vias de desenvolvimento mostraram, em Genebra e mais uma vez, estarem em desacordo quanto ao GATT, agora no que se refere ao problema de compreensão de um *dossier* específico, situação que levou a que a sessão final do Comité das Negociações Comerciais (TNC) só tivesse início depois de ter sido aclarada a dúvida quanto à tradução para fran-cês da introdução ao relatório sobre a política agrícola.

O relatório de Zeeum propunha cortes nos subsídios aos agricultores e o levantamento das barreiras de importação, bem como a eliminação de subsídios à exportação, sendo as posições dos EUA e da Austália favoráveis ao documento, em oposição à perspectiva dos Doze. Segundo delegados ao GATT (Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio), foram feitas pressões sobre alguns deles, dado faltarem apenas quatro meses para o encontro dos ministros do Comércio, em Bruxelas.

CULTURA

Obras de Luís de Freitas Branco em relizações modelares

Foi um concerto particularmente gratificante o penúltimo de uma larga série que tem estado a decorrer no Salão do Teatro de São Carlos. Sem dúvida pelo teor do programa, todo ele consagrado a obras de Luís de Freitas Branco, integrando-se nas comemorações do centenário do nascimento deste grande compositor, e pelo alto nível das interpretações. Mas de maneira muito especial porque nele figurava uma das obras mais importantes do autor, mas que tem estado, infelizmente, bastante esquecida dos animadores da nossa vida musical.

Refiro-me aos *Dez Madrigais ,Camoneanos* para vozes mistas. É geralmente sabido que, na ultima fase da sua actividade criadora, Luís de Freitas Branco elegeu como um dos polos essenciais da sua produção duas personalidades fundamentais da cultura portuguesa: Camões e Antero de Quental, escritores que marcaram fortemente o humanismo do compositor. No caso dos textos camoneanos, trata-se qua se exclusivamente de Madrigrais para coro «a-cappella», isto é, sem acompanhamento instrumental - uns de clima mais lírico (porventura a maioria), outros de acentuado caracter dramático. Em todas estas peças está presente um elo muito pronunciado: a evocação, em linguagem de cunho moderno, de ambiências e particularidades estilísticas da polofonia renascentista. E o madrigal é uma das formas típicas da época.

Tal orientação insere-se, aliás, em coordenadas históricas e estéticas bastante definidoras de um dado momento da evolução. A verdade é que o afã de estilização um tanto arcaizante não deixou de atrair diversos compositores deste século, em parte devido ao desenvolvimento dos estudos musicológicos, que permitiram um conhecimento aprofundado da arte sonoro de antanho.

Em Portugal a aludida tendência foi cultivada pelo autor de *Paraises Artificiais*, nomeadamente ao escrever as suas obras vocais, sem acompanhamento instrumental, sobre poemas de Camões. O que não é de estranhar, tanto mais que uma das fases mais brilhantes da história musical portuguesa é o da polifonia clássica. E nada mais natural do que a atitude de Luís de Freitas Branco evocando o estilo renascentista, quando se propôs ilustrar musicalmente textos literários de um dos mais altos expoentes da cultura do século XVI. Um outro factor terá pesado igualmente: o interesse do autor das *Suites Lentejanas* pelo modalismo e pela escrita polifónica, ou seja, por determinados vectores de linguagem incidindo largamente em padrões anteriores ao século XVIII.

A colectânea dos *Dez Madrigais* para vozes mistas, baseados em sonetos de Camões, não foi composta toda a na mesma altura. Os primeiros cinco trechos ficaram concluidos em 1934 (embora o primeiro tenha sido escrito e até ouvido em público em 1931); os restantes cinco em 1943. Acrescente-se que Freitas Branco, após esta data, encetou uma produção relativamente vasta de peças para vozes iguais (femininas ou masculinas), na quase totalidade sobre redondilhas de Camões.

Os *Dez Madrigais* constituem um ciclo de grande densidade expressiva, a maioria com destino a conjunto a quatro ou cinco vozes. Dois deles, porém, desenrolam-se em dois coros que dialogam e chegam a sobrepor-se.

A colectânea não foi, desta

Luís de Freitas Branco

vez, dada na íntegra. Não se ouviram três peças da série, entre elas, por sinal, duas das mais belas: *Num bosque que de ninfas se habitava*, de um tecido sonoro de grande finura, e *Céu, a terra, o vento sossegado*, de um profundo dramatismo, oscilando, na sua concentração, entre o tom meditativo, a evocação do pescador Aénio que perdera a sua ninfa e a sugestão da natureza murmurante.

Importa, desde já, salientar que a realização que nos foi ofertada - pelo núcleo vocal de 24 elementos do Coro do Teatro de São Carlos, sob a direcção de João Paulo Santos, - destes sete *Madrigais* foi notabilíssima a vários respeitos: pelo rigor da entonação (e as peças são, por vezes, espinhosas neste capítulo - por exemplo, *Qual tem borboletas*), pela qualidade sonora obtida (timbrada, com vozes ompostadas, cantando fracamente), pela flutuação dinâmica, pela expressividade sóbria mas autêntica, numa palavra, pela justiza do sentido estilístico.

Teve realce o jogo contrastante entre os diversos trechos nas versões que nos proporcionaram João Paulo Santos e o coro, frisando com fluência o lirismo de que está impregnada a polifonia tão pura de *Doces lembranças*, o caracter dramático (de fundamentação saudosa) de *No mundo*, a veemência dos diálogo de *Que esperais?*, e a envolvência lírica de admirável frescura, mas contaminada também de subtil pendor dramático, dessa genial obra-prima que é *Pois meus olhos* (a 5 vozes), uma das páginas mais belas e inspiradas de Luís de Freitas Branco.

É, de facto, reconfortante, poder falar assim. O conjunto vocal que agora ouvimos provou ter atingido um nível artístico de grande classe. Eis um agrupamento com que há que contar. Que atentem nele os responsáveis pelos nossos concertos e gravações! João Paulo Santos, seu preparador, averbou mais um êxito notabilísimo, a ajuntar a tantos outros da sua multoforme musicalidade.

Depois de dirigir os *Madrigais camoneanos*, sentou-se ao piano, para, com o mesmo àvontade e o mesmo profissionalismo, formar um «duo» com Irene Lima, outro valor destacado do nosso meio. A *Sonata para violoncelo e piano*, que é actualmente uma das obras mais tocadas de Luís de Freitas Branco, mereceu uma versão excelente, em relevo (digamos assim), calorosa e vigorosa, fazendo juz ao seu lirismo fluente e à sua linguagem musculada. Irene Lima evidenciou um temperamento vibrante, firmeza de arcada, uma linda sonoridade e um fraseio amplo, bem lançado. João Paulo Santos não desmereceu da sua experiência e do seu talento. Foi um colaborador precioso.

Um concerto, pois, à altura de uma homenagem digna, modelar, a uma figura cimeira da nossa cultura musical. E o público não se cansou de manifestar o seu entusiasmo pelas obras e pelos intérpretes.

Nuno Barreiros

Catálogo da editora sueca BIS já à venda em Portugal

Música clássica tem mais pérolas

Mais uma estreia na política de importações discográficas portuguesa, a editora sueca BIS, exclusivamente dedicada à chamada música clássica, coloca na ribalta uma nova empresa distribuidora, a Megamúsica, uma associada da VGM. O acontecimento é de indesmentível importância, já que a etiqueta em questão tem-se notabilizado internacionalmente pela qualidade sonora das suas produções e por um catálogo que já vai nas largas centenas de títulos, dos grandes compositores aos nomes cimeiros da música nórdica. Dirige-a uma máxima básica: o «impossível» é o melhor dos desafios.

Um dos factores que mais caracteriza a BIS é o seu sentido de oportunidade. Perante alguém que, como Arvo Part, conquistou a fama que hoje lhe reconhecemos devido à sua síntese entre diversas formas musicais independentemente do seu tempo (o recente «Passion», ao reintroduzir a música sacra em pleno século XX, é disso perfeito exemplo), pretendeu a editora registar as composições dos anos 60 deste autor da Estónia que ilustrassem suficientemente as buscas e hesitações. O concerto para violoncelo e orquestra «Pro et Contra», de 1966, «Perpetuum Mobile, Op. 10», de 63, e as sinfonias nº 1, 2 e 3, de, respectivamente, 1964, 66 e 71, totalizam um registo em que a Orquestra Sinfónica de Bamberg, dirigida por Neeme Jarvi com intervenção do violoncelista Frans Helmerson, representa capazmente o crescimento e até as saudáveis «incongruências» de um dos últimos génios da música ocidental.

Entre algum essencialismo musical e um apurado sentido do drama, opondo-se uma dimensão expressiva transbordante e apesar disso um racionalismo acentuado, se o Arvo Part que ouvimos neste CD não é ainda o que amamos, assaz curiosa resultam as distinções a que podemos proceder quanto a legados e influências como são as estruturas dodecafónicas do serialismo e certas estilizações do barroco e até um tendencial, latente, neoclassicismo. Na terceira sinfonia encontramos ecos da música coral dos séculos XIV e XV, associados a uma construção rítmica que é tipicamente do primeiro romantismo vienense, filiando-se a estrutura polifónica na linhagem holandesa. Em «Pro et Contra» ouvimos uma citação de Tchaikovsky («Susser Traum», uma canção infantil); «Perpetuum Mobile», por sua vez, é dedicada a Luigi Nono. Há em todo este corpo musical a intenção clara de rever o passado como matéria-prima para o novo.

Por isso se dizia já na altura em que Part pensou estas suas partituras tratar-se de «colagens». O próprio compositor especificou o que aqui há de diverso relativamente a anteriores investimentos, confirmando-nos que se trata de um trabalho de transição até pela confiança nos seus propósitos: «As minhas colagens foram uma tentativa de replantar uma flor noutro local (é o problema da compatibilidade dos tecidos: se crescem juntamente até se tornarem numa, a transplantação é o passo seguinte). Neste caso, todavia, a ideia de transplantação não estava em causa - preferi cultivar uma flor por mim mesmo.» Linguagem figurada, como é seu costume...

Deste século são também os compositores que escreveram as partituras interpretadas num outro volume da BIS agora comercializado, «Saxophone Concerti», com a New Stockholm Chamber Orchestra, regida por Jorma Panula e tendo Pekka Savijoki como solista, em alto. O sueco Lars-Erik Larsson assinou a sua peça, «Saxophone Concerto», em 1934, indubitavelmente a de maior complexidade, exigindo ao saxofonista um especial virtuosismo. Glazunov, criador do romantismo russo hoje quase esquecido, também concebeu o seu «Concerto in E flat Op. 109» em 34 e destinava-a ao mesmo intérprete em que Larsson pensara, Sigurd Rascher, embora sem recorrer à vocação do soprador para os *special effects*.. O finlandês Panula, este mais conhecido como maestro, avançou com uma versão de 1982 do seu «Adagio & Allegro» para viola de arco e piano, de 1956, conseguindo contrastar dos seus pares pela simplicidade.

A mais bela pérola desta primeira remessa do catálogo BIS, no entanto, é a leitura que o exímio Roland Pontinen faz das «miniaturas» pianísticas de Erik Satie, obras-primas do impressionismo como as «Gymnopédies» ou as «Gnossienes», para não falar já em apontamentos estranhos como os «Embryons desséchés». Um estilo limpo, intimista, de sonoridade ampla e cuidada, na justa simetria do silêncio, este que aqui é recriado. A interpretação do jovem sueco (conta apenas com 27 anos de idade) parece-nos mesmo ser das mais felizes entre todas as que se tentaram.

R. E. P.

CINEMA DE PARIS

«Tumultos» ou a indissociável família

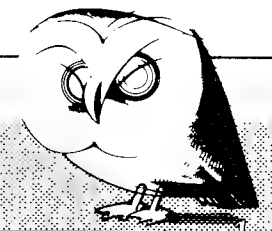
Não é talvez este o título que mais convém ao filme de Bertrand van Effentaire, história de uma família passada nas brumas atlânticas da Bretanha. História tumultuosa, sim, mas toda feita de interiores tumultos, burgueses, e silenciosos.

Três filhas que voltam a casa por razões diversas, a mais velha certamente para cuidar da mãe, as outras duas por desilusões da vida mal vivida, em amores de cidade. Mas não só por isso, como virá a saber-se. O suicídio de um irmão, ignorado pelos pais, sabido por elas, mas não as razões, que são também de um mal de viver... O funeral de Patrick traz a casa as três irmãs, e o ambiente familiar com elas se descreve num momento de crise e de mágoa — que Bertrand van Effentaire sensivelmente constrói.

«Tumultos» é um filme de escrita muito clássica, e clássica é também a montagem delineando a atmosfera — ou as atmosferas, que são de um porto de pesca bretão, e de uma casa de família ligada às pescarias, em torno do pai, que Bruno Cremer interpreta à sua maneira taciturna, com a presença sólida do seu enorme corpo. E isso leva a falar das três interpretações das filhas, diferentes e unidas entre si, subtilmente definidas na sua acção jamais esteriotipada. Duas são como a mãe doente, outra como o pai — e todas elas se referem ao irmão desconhecido. Julie Jezequel, Clotilde de Bayser e Laure Marsac, que o cinema francês ainda não conhecia, merecem nomeação, pela justeza de tom das interpretações, raro, como raro, pela qualidade, é este filme que não deve passar desapercebido.

Pequena obra-prima de tacto e de sensibilidade, referido a um cinema realista e psicológico de anos atrás mas sem academismo nem nostalgia, e resolvendo as dificuldades dramáticas que no caso são postas. E outra referência vem à pena do crítico, sensivelmente preso à melancolia da história e das três irmãs que, num subtil mal-estar, a tecem. A referência é Tchekov, e a sua verdade humana.

H. Galy-Carles



olhar de mocho

António de Beja

Tinha acabado de ver no Canal 1 a estucha da Volta a Portugal em que o calor alentejano das estradas roladas consegue penetrar pelo televisor e transformar em canícula abrasadora o agradável clime de Colares, preparava-me para comentários sobre o espectáculo da bicicleta no pequeno ecrã, relacionando tudo com a Europa. Tinha, até, alinhavado breves notas no sentido de comparar o desporto com o que tem características puramente nacionalistas, estava a remoer no desporto linguagem universal e no ciclismo como fenómeno de repugnância espectacular, quando me bateram à porta.

Um alemão que se encontra de férias nas redondezas e que conhecera, por acaso, no quiosque dos jornais quis fazer uso dos préstimos que nesse fortuito encontro na banca das gazetas eu lhe oferecera. Sentámo-nos eu sacrifiquei, creio que sem grande prejuízo intelectual, o Telejornal, desliguei o aparelho como mandam as regras da boa educação, e ele disparou: «Você conhece o António de Beja?». Português ou espanhol?, respondi eu. Não, é português, frade jerónimo que viveu no convento da Penha Longa e escreveu um importante tratado em 1514, esclareceu a minha visita, professor universitário de uma cidade do Norte da Alemanha. «Lamento, mas nunca ouvi falar dessa pessoa», confessei envergonhadíssimo, com o amor-próprio ferido na costela que mais prezo, a cultural. Pedi uns momentos de pausa, fui às estantes onde tenho emparedados os livros nacionais e sobre coisas da pátria, folheei rápido pelos índices analíticos, mas em nenhum encontrei o nome de António de Beja.

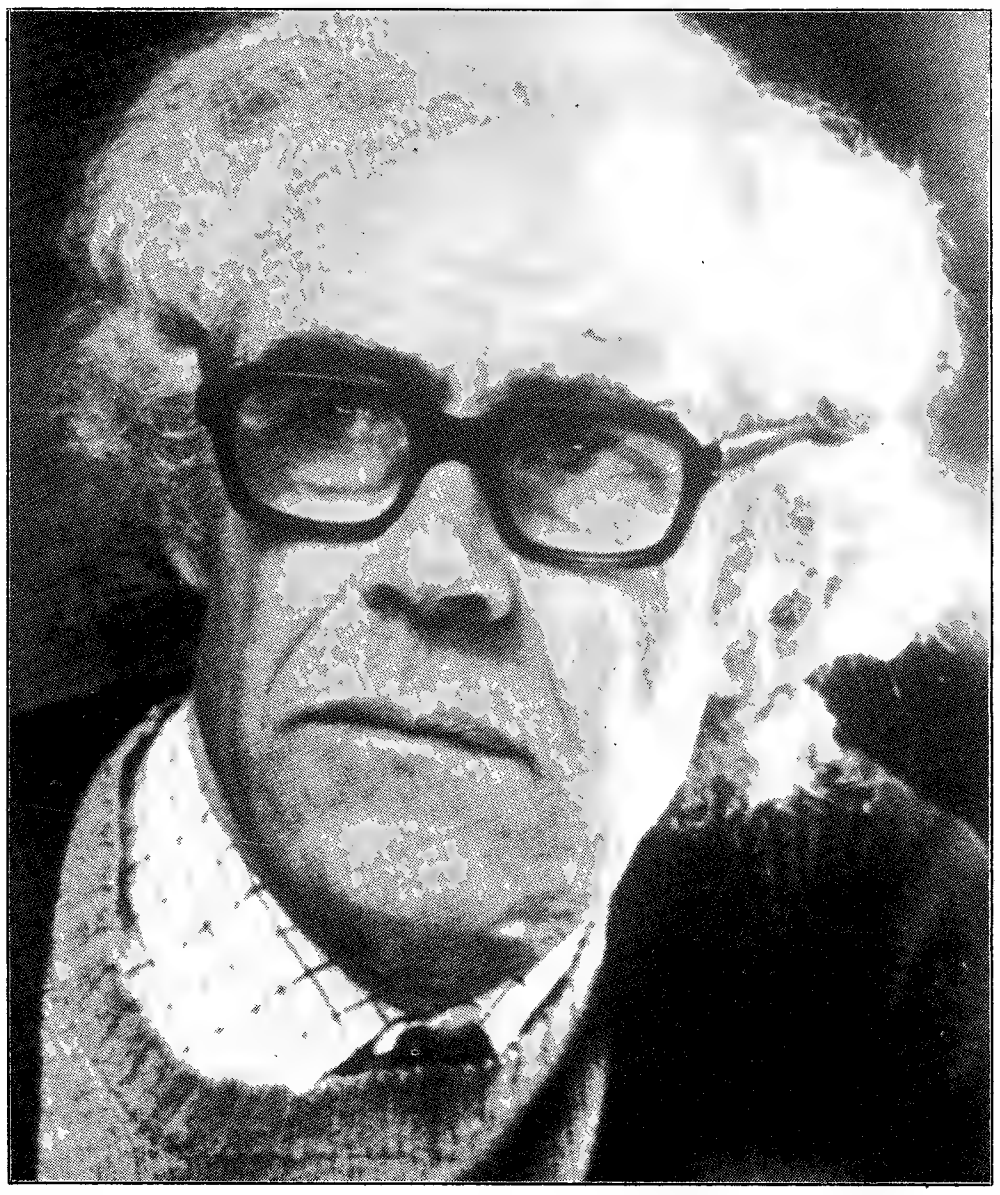
Rendido à minha ignorância, de que sou o único e legítimo culpado, regressei à sala onde o alemão me aguardava e confessei a minha dupla falta: nem eu conheço o António de Beja nem encontro tal nome em nenhum dos meus livros sobre Portugal.

Então contou-me a história, objecto de um trabalho de investigação que ele, o alemão, acabara de concluir em parceria com colegas. «Esse António de Beja escreveu um tratado sobre uma profecia que grassava na Europa da época segundo a qual um segundo dilúvio universal estaria iminente. As pessoas começavam já a transferir as suas residências para o alto dos montes. Ora esse António de Beja pôs-se a estudar os astros, analisou as revoluções de Neptuno e de Marte, dedicou o seu opúsculo à viúva D. Leonor, e demonstrou que não vinha aí dilúvio nenhum, boatos alarmistas de dilúvios apocalípticos não se poderiam cientificamente admitir.»

E o alemão, especialista em António de Beja, virou-se para mim, ignorante nessa matéria, e concluiu: «Você não calcula o impacte que teve em toda a Europa culta esse opúsculo do António de Beja — foi lido e discutido em todas as grandes universidades da Europa, da Itália à Suécia, da França à Alemanha. Só na Universidade de Leipzig ele teve vários comentadores e criou alguns grupos de trabalho.» E depois concluiu, o professor alemão, de férias em Colares: «tratou-se do primeiro fenómeno mediático a nível europeu — desmentir os boatos do dilúvio que estavam a causar histeria por toda a Europa.» Quando o alemão saiu, eu rasguei as notas alinhavadas sobre a Volta a Portugal em bicicleta e fixei: António de Beja, português, o primeiro fenómeno mediático da Europa.

José Sousa Monteiro

Abelaira: a plenitude



Não sei se foi o romance que chamou a atenção para a entrevista, se o o contrário. Abelaira, em qualquer dos casos. Habitualmente ausente do «show business» literário, Augusto Abelaira foi notícia na semana passada. Saíu um novo romance seu e o «JL» publicou aquela que terá sido a sua primeira grande entrevista.

O romance é angustiante. Mas se aquilo que atesta a qualidade de um romance é a capacidade de transmitir ao leitor os sentimentos dos personagens, este é um grande romance. A angústia acompanha-nos, página a página, e, mesmo assim, é impossível não ler «Deste Modo ou Daquele», de um fôlego, até ao fim. Ainda que o desenlace, cedo, se adivinhe.

Tudo começa no dia seguinte. Isto é, no primeiro dia do resto da vida de um homem que se reformou, o tempo começa a sobrar-lhe.

Não se julgue, porém, que deste homem vamos saber do futuro que lhe resta, salvo às tantas, da sua morte. É do passado que vamos saber e, mais do que dele, dessa trança de relações de que foi feita a sua vida.

Porque este homem tem um diário e alguém o encontra. Um círculo fechado ? Não. O diário e sua descoberta abrem novas vias. E são outras vidas que surgem, seus equívocos, outro passado, agora o de uma geração.

Qual? A dos homens e mulheres que têm agora à roda de 60 anos, a esquerda sempre como referência, mesmo se, a certta altura, a esquerda é qualquer coisa que já não se sabe muito bem o que seja. Saiba que não saiba, ele, esse homem, a parte da geração a que pertence, sentem-se de esquerda, muito embora aquilo que comanda as relações da tribo sejam os amores, as amizades, um sedimento cultural, tudo isso, enfim, tanto ou mais importante que a política.

Não é um retrato de uma época, ou se o é, é-o pela memória de uma geração. Da memória do que fez e, sobretudo, do que não fez, do que não chegou a fazer da intimidade da sua vida. Em termos de romance é isto o melhor, precisamente porque é isto que mais nos angustia, nos fascina e cativa. Esta é a geração que se expôs, mas, curiosamente, se retraiu naquilo que talvez mais importava se expusesse. Disse tudo o que pensava sobre o país, dos sentimentos próprios ficou sempre algo por dizer...e há um momento em que é já tarde de mais.

«Deste Modo ou Daquele» não proporciona uma leitura fácil, cómoda. É difícil acompanhar os fios de uma tal meada, de tal modo tudo se entrelaça. Mas não é cada um destes fios que nos deve prender o olhar, antes o conjunto. Como aquelas tapeçarias que só de longe, verdadeiramente, podem ser admiradas.

Não se trata de um romance autobiográfico -esclarece Abelaira ao «JL» e quase seria desnecessário o esclarecimento. Como escusado seria dizer que um escritor «leva sempre em conta as suas experiências». Quem de há muito conhece Abelaira, quem o acompanha como escritor desde «A Cidade das Flores», quem semanalmente o lê na sua «escrita na água» para «O Jornal» sabe que um romance como este só poderia ser seu.

Está lá toda a tal sua experiência, estão lá muitos dos seus deuses tutelares, está lá sobretudo a honestidade intelectual ímpar deste homem de 64 anos (já ?!).

Porque, não sendo embora autobiográfico, «Deste Modo ou Daquele» é um romance que fica colado à pele do autor. E não é muito comum um autor (ainda que por interpostas personagens) vir assim à praça pública dizer que é talvez já demasiado tarde, um dia um homem acorda e percebe que houve um gesto que não fez, uma palavra que não disse, e quem sabe se não foram justamente essas vozes da alma que se calaram aquilo que mudou toda uma vida.

Um romance, pois, que é uma obra de plenitude, no que isto significa de conhecimento e sabedoria. Exactamente como a entrevista ao «JL» que ficará a fazer parte da bibliografia complementar de Abelaira. Exactamente, noutra dimensão, como as crónicas que semanalmente Abelaira assina em «O Jornal».

Aparentemente, são crónicas políticas. E,sábendo-se como a política à portuguesa anda hoje pela hora da morte, há tendência para as subestimar, a estas crónicas. Um erro. Elas, no seu conjunto, são um ensaio.

O ensaio que Abelaira nunca escreveu...mas semanalmente vai escrevendo. Há quinze anos, ininterruptamente. E sobre estes anos que são os nossos não se conhecem melhores reflexões do que as de Abelaira, esse crente (nos homens) que pratica a dúvida, esse céptico (quanto às crenças) que é tudo menos um pessimista. O romancista, também, que confessa nunca ter gostado verdadeiramente de nenhum livro que escreveu. Por isso continua a escrevê-los. E ainda bem !

Rodrigues da Silva

Augusto Abelaira, «Deste Modo ou Daquele», edição «O Jornal», Lisboa, 1990. Augusto Abelaira, entrevista ao «JL» (por José Carlos de Vasconcelos), 24/7/90.

ESPECIAL FÉRIAS/90

no HOTEL DO PARQUE

VIANA DO CASTELO
COSTA VERDE

☆☆☆☆

O Hotel do Parque em Viana do Castelo elaborou para si um atractivo programa especial «Férias 90» oferecendo-lhe a possibilidade de gozar as suas melhores férias de sempre no coração do Alto Minho e no sossegado ambiente das suas 4 Estrelas, Piscinas, Bares, Sala de Jogos, etc. Preços p/pessoa em quarto duplo c/peq. almoço incluído.

		OUT.	AGO.SET.
PROGRAMA 1 6 noites 7 dias	Entrada domingos Saída sábados	15 900$00	18 975$00
PROGRAMA 2 7 noites 8 dias	Entrada qualquer dia	19 950$00	22 925$00

• Peq. Suplemento p/ocupação single.
• 1 a 31 de Agosto supl.: 1250$00/dia/quarto, em qualquer modalidade.
Peça-nos programa detalhado «ESPECIAL FÉRIAS 90», por Telef. (058)82 86 05, Telex 32511 HOPARC P, Fax 82 86 12 ou no seu AGENTE DE VIAGENS.

O roubo dos quadros

A multiplicação dos roubos preocupa os responsáveis dos museus. A promoção das artes plásticas ultapassa todas as espectativas e a «Corrida para a Arte», que o Ministério da Cultura organiza desde 1985, fez nascer ideias em inesperados amantes da arte. Só na 4.ª feira, 4 de Julho, três museus parisienses receberam a sua visita. Armados de «cutter» ou sobriamente vestidos com um amplo impermeável, fizeram a sua escolha: um Renoir (27 cm X 35 cm) no Museu do Louvre, um Hébert (38 cm X 33 cm) no Museu da Rua Cherche-Midi e um Paul Hust (33 cm X 23 cm) no Museu Carnavalet. De notar o seu ecltetismo: dois retratos (o Renoir e o Hébert) e uma paisagem (o Paul Huet), um impressionista, um «semipopier» (Hébert) e um peralvilho do séc. XVIII (Huet).

Uma constante: a exiguidade do formato. Assim será muito mais fácil transportá-los até ao seu destino. Que pode ser longínquo, Quatro dos cinco Corot que tinham desaparecido em 1984 do Museu de Semur-an-Auxois foram encontrados cerca de três anos depois no Japão, nas montras de honestas galerias.

A pista nipónica parecia ser a melhor para se encontrar o celebérrimo Monet - «Impression Soleil Levant» - roubado em Outubro de 1985 do Museu Marmottant. Mas o inspector encarregado da investigação não conseguiu descobrir nada. É do conhecimento geral que os amantes da arte são de uma discrição a toda a prova.

Exactamente como a direcção de museus de França, que detesta tocar em tais assuntos. Mas o tabu está prestes a ser ultrapassado pela pressão dos acontecimentos. De há um ano para cá que os museus estão a ser particularmente visados: a 1 de Junho de 1989 foi roubado um Braque do Museu Nacional de Arte Moderna; a 19 de Janeiro de 1990, meia dúzia de telas, de entre as quais três Picassos, foram levadas por homens armados na Vieille-Charité de Marselha; a 21 de Abril é a vez de uma obra de Corot e de um pequeno Géricault serem roubados em Béziers, no Museu das Belas - Artes; e a 26 de Maio, um Jonkind e um retrato do pai de Rodin desaparecem respectivamente do Petit Palais e do Museu Rodin.

Jacques Sallois, director da DMF, anunciou o encerramento de cinco museus parisienses a visitas individuais (Eugène Delacroix, Gustave Moreau, Jean-Jacques Hernner, Hébert e Ennery). Trata-se de pequenos museus frequentemente desertos (na tarde de 4 de Julho, por exemplo, o Museu Hébert teve apenas sete visitantes) e sempre mal vigiados. Comunicou também o reforço da segurança nos grandes museus como o Louvre, Versailles e Orsay.

Um comissário da polícia vai assessorar a DMF nas questões relacionadas com a segurança. Disse também que «desejava estabelecer um plano de segurança específico para cada museu. Vamos colocar autênticas máquinas de guerra por trás de cada quadro ou de cada objecto, vamos estudar procedimentos e formas de comportamento susceptíveis de reforçar a segurança.» Por seu lado, Michel Laclotte, director do Louvre, esclareceu que afectava à segurança 10 milhões de francos do seu orçamento. Por último, referência à elaboração do inventário dos quadros e desenhos roubados nos museus franceses. Realizado pela Repartição Central para a Repressão dos Roubos de Obras e Objectos de Arte, este documento identifica as duzentas obras roubadas desde 1979.

Entre outras coisas o documento revela que, entre as peças roubadas, é mais elevado o número das que se encontram nos armazéns dos museus (57,5 %) _ «portanto, com cumplicidade interna» - do que o das que se encontram nas salas de exposição (40%). Neste inventário podemos ainda constatar que, por épocas, o século XIX domina largamente com 50% das peças roubadas.

Mas os larápios não desprezam a arte contemporânea, nem as gelerias privadas. Há cerca de um mês, em pleno dia, uma tela de Télémaque foi roubada de uma galeria do Marais. A esquadra do bairro confirmou o aumento da frequência destes roubos. O «boom» do mercado da arte, largamente difundido pelos «media», tem influenciado os profissioanis até aqui especializados apenas em dinheiro. Os bancos já se convenceram de que a arte é um excelente investimento e aconselham os seus clientes nesse sentido. E, aparentemente, o conselho tem sido bem aceite. Dir-se-ia mesmo que para além de todas as espectativas.

Emmanuel de Roux
Serviço exclusivo «Le Monde»/«DL»
Tradução de Maria Otília Moreira

Van Gogh foi um dos artistas com quadros roubados

Um passo em falso na província

Não há, como se sabe, maus assuntos no cinema, como na literatura, na música, na pintura... Tudo está na maneira de os tratar e entender, e, se for boa a maneira, mesmo as mais inverosímeis histórias passam o plano do ecrã.

E inverosímil é a história de «Le Provincial», o recente filme de Christien Giron — sem que seja possível ao crítico iludir a sua impressão desfavorável. Ou dizer, em suma, que o realizador não soube tratar a história que lhe deram ou escolheu. Sequer ao nível imediato da sua localização, na região dos Pirenéus, vizinha a Tarbes, bela região tão mal fixada em imagens insignificantes, sem sombra da beleza selvagem das suas montanhas. Mas deixemos isso (que até pessoal pode ser para o crítico), e, por isso mal disposto, digamos que a montagem é mole, e os planos muitas vezes inúteis...

A história tem que ver com o reino parisiense da publicidade e com os queijos da região que se trata de reclamar num filme. Uma publicista que chega, um meteorologista local que a guia, com amores recíprocos que outra proposta corta, levando a rapariga a ficar noiva do fabricante de queijos, promotor da operação, amando embora o outro. Morre, porém, o velho noivo que, por motivos familiares, deixa a fortuna à jovem... Tudo acaba assim em bem, excepto o filme!

Qual a razão deste, no meio de uma produção nacional que procura vencer em qualidade e que vive embrulhada em dificuldades, dificilmente se encontrará. De qualquer modo, seja ela os queijos dos Pirenéus, não é da competência do crítico responder, posto diante de uma obra assim medíocre, mal filmada e mal dirigida, mal contada pelo que de mau tinha o argumento — e só, por insuficiente consolação, bem interpretada, quando era caso disso, pelo excelente actor que é Michel Galabru, que os outros acompanham. Mesmo Roland Giraud, o meteorologista provinciano, que dá título ao filme. Título, ainda por cima de todas as desgraças da obra, mal merecido — que nada de provinciano, criticamente, por costumes, ou psicologicamente, tem a personagem em questão, a não ser por situação geográfica, em relação a Paris. Situação que — ver acima...

H. Galy-Carles

B R E V E S

3º Mercado de Teatro em Sintra: Personalidades protestam

O Centro de Difusão Cultural em Sintra - Chão de Oliva endereçou ao presidente da Câmara Municipal de Sintra uma carta aberta, assinada por personalidades do teatro e da cultura como Ricardo Pais, Vítor Serrão, João Mota, Carlos Avilez, Jorge Silva Melo, Norberto d'Ávila, António Reis, Luís Miguel Cintra, Margarida Carpinteiro ou Egito Gonçalves, na qual se protesta pela não realização, este ano, do 3º Mercado de Teatro, «por falta de apoio expresso» da autarquia. No documento argumenta-se que só mediante a continuidade «é possível formar agentes e ganhar público», cabendo ao poder autárquico «contribuir para este desenvolvimento até à sua consolidação». Aí se pergunta, também, aos actuais responsáveis pela cultura do Município sintrense, se esta e outras das «Iniciativas Chão de Oliva» poderão sobreviver à «descontinuidade».

Tomás Ribas tem dois livros em preparação

O escritor angolano Tomás Ribas está a preparar, quase à beira dos 81 anos, o lançamento de mais dois livros, «Temas da Vida Angolana» (ensaios) e um «Dicionário de Regionalismos Angolanos». Obras como «Uanga», «Misoso» (os volumes I e II), «O Resgate de uma Falta», «Ecos da Minha Terra» e «Tudo isto Aconteceu», da área da ficção, serão brevemente reeditados pela União dos Escritores Angolanos. O romancista e ensaísta que confessa a sua inspiração em Júlio Dinis, Eça de Queirós e Jorge Amado está cego desde os 36 anos. Escreve numa máquina adaptada ao Braille.

Morreu Georges Conchon

O romancista francês Georges Conchon, de 65 anos, morreu no domingo, em Paris. Em 1964, Conchon tinha obtido o Prémio Goncourt com «L'État Sauvage». Para além deste romance, o autor publicou ainda, entre outras, as seguintes obras: «La Corrida de la Victoire», «L'Esbrouffe». «Le Bel Avenir», «Colette Stern». Conchon foi também argumentista de cinema, colaborando, nesta qualidade, no filme «A Banqueira».

BREVES

Publicidade nos filmes da TV italiana vai continuar

A Câmara de Deputados italiana vetou a proibição de cortes publicitários durante a projecção de filmes na RAI-TV, chumbando assim uma proposta da ala esquerda do Partido da Democracia Cristã que foi apoiada pela oposição em peso. Os homens de cinema e cultura da Itália interpretaram o insucesso como «um duro golpe». Entre eles está o realizador Federico Fellini, que tudo fez para que a televisão italiana não desfigurasse as obras cinematográficas pela interposição de anúncios comerciais. Foi aprovada, no entanto, a proibição de publicidade durante a projecção de desenhos animados, baseando-se a decisão da maioria parlamentar italiana, segundo declarações do promotor da ideia, o democrata-cristão Franco Ciliberti, no entendimento de que as crianças não podem ficar indefesas perante o obsessivo condicionamento publicitário.

Artistas despejados do Porto de Lisboa

Os vinte e quatro artistas plásticos instalados no Pavilhão da Independência, em Belém, serão hoje desalojados pela Administração do Porto de Lisboa. «É definitivo», afirmou à agência Lusa uma funcionária das Relações Públicas da APL, remetendo a responsabilidade pelo facto à Câmara Municipal. O facto de a autarquia não ter respeitado «o compromisso assumido em 1988», pela anterior vereação, de realojar os artistas justifica, para a APL, «a disposição de utilizar imediatamente» aquele espaço.

A Câmara enviou já à Administração do Porto de Lisboa apelos para que o despejo seja adiado, adiantando que não dispõem ainda de espaço para aqueles artistas. O terreno para a construção do Centro de Artes de Pedrouços foi-lhes no entanto «disponibilizado», tendo seguido ontem para o Instituto Português do Património Cultural o seu plano de pormenor.

Bienal de Lagos teve vencedores

Pedro Chorão, Luís da Rocha e Henrique Ruivo foram os três pintores premiados na edição deste ano da Bienal de Artes Plásticas de Lagos. Chorão venceu na disciplina de abstraccionismo com um acrílico sobre tela intitulado «Pintura, 1990»; Luís da Rocha ganhou no núcleo do figurativo com «Tireur de luxe et chaperon rouge», um óleo sobre tela; e Ruivo conquistou o prémio graças a uma técnica mista inscrita em temática livre, com o nome «O Arco da Aliança».

Estiveram presentes no certame cerca de duas dezenas de artistas, com um total de cinquenta obras.

Ana Meireles ganha Prémio Adolfo Simões Muller

A escritora para crianças Ana Meireles recebeu o Prémio Adolfo Simões Muller, no valor de 500 contos, pela novela «O Mistério dos Cães Desaparecidos». O prémio, considerado o maior no País no domínio da literatura infantil, foi instituído pela Editorial Verbo.

Nicholas Ray, o filme da sua vida

Saíram mais dois livros a seu respeito. E saiu também uma cópia nova de «Sangue Cigano».

Realizado, ou antes, entalado entre «Fúria de Viver» e «Atrás do Espelho», as obras-primas de Nicholas Ray, «Sangue Cigano» é considerado geralmente como um filme menor.

Estreou em Paris, em Janeiro de 1956, numa única sala — «La Cigale» — em versão espantosamente dobrada. Esta mesma versão foi exibida na televisão em 1972. E depois, mais nada.

Por isso devemos regozijar-nos com a sua reedição na versão original e em cópia nova.

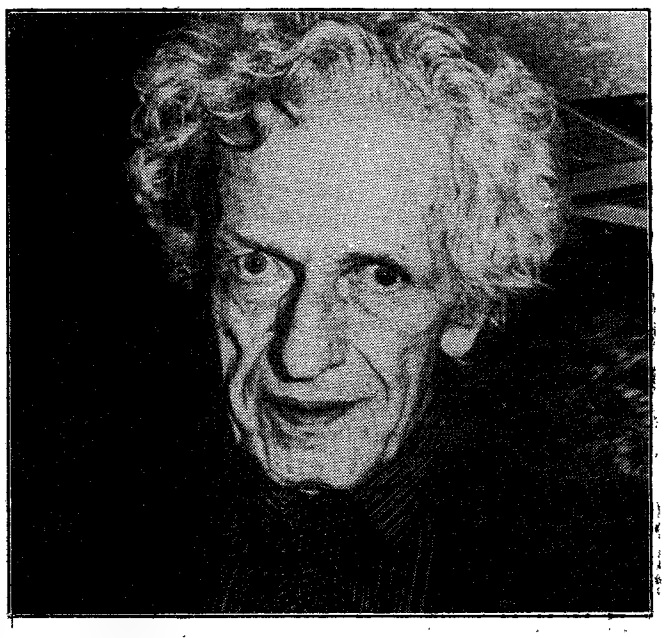
Nicholas Ray começou a interessar-se pelo projecto de «Sangue Cigano» em 1951, quando estava ainda ligado à RKO. Depois, o projecto foi resgatado por outra companhia e Ray comprometeu-se a rodá-lo depois de «Fúria de Viver».

Em Los Angeles, Marco Torino, rei dos ciganos californianos empenha-se em comprar um «paraíso terrestre» que não existe. Toma conhecimento de que tem os dias contados, guarda segredo, mas designa o seu sucessor; seu filho, Cornel Wilde, um belo rapaz, dançarino e sedutor, completamente americanizado, que tem de desposar a ardente Annie Caldash (Jane Russell).

Esta pertence a uma família de vigaristas, que, depois de receber o dinheiro do dote, desaparece sem deixar rasto.

Depois do seu primeiro filme, «Os Filhos da Noite» (1947), Nicholas Ray interessa-se pelos marginais, pelas relações dos casais, pelos confrontos familiares.

Tudo isto se pode encontrar em «Sangue Cigano». Sob a influência de Annie, Cornel Wilde vai seguir o caminho inverso: do «american way of life» até à tradição cigana.



Cineasta da noite e das sombras

Cineasta da noite e das sombras, Nicholas Ray deixa aqui brilhar as cores de um universo em perpétua ebulição e que respira uma surpreendente alegria de viver. É impossível não nos deixarmos envolver por este tom de comédia, que começa na primeira sequência para nunca mais parar. E como é possível não nos deixarmos seduzir pelas canções e pela evocação deste mundo misterioso?

Quando lemos no livro de Bernard Eisenschitz, «Romain Américain, les vies de Nicholas Ray», os pormenores sobre as condições de preparação e de rodagem, ficamos extremamente surpreendidos com o produto final. É que parece que ninguém tinha verdadeiramente vontade de fazer o filme... Este livro, obra de referência que necessitou de anos de pesquisas, é uma biografia minuciosa e apaixonante, que lança uma nova luz não apenas sobre a personalidade do cineasta, mas também sobre as condições de trabalho de Hollywood dos anos 50.

A carreira de Nicholas Ray, «autor» americano muito caro aos «Cahiers du Cinéma» e à nova vaga, foi relativamente breve: vai de 1947 a 1963. Mas este homem complexo, alcoólico, jogador, capaz dos comportamentos mais extremos, independente por natureza, preso na teia dos estúdios, viveu com ardor e energia, com vontade de ser mais forte do que a doença, várias vidas, podendo dizer-se que cada uma delas corresponde a um filme ou a um grupo de filmes.

O título «Roman Américain» não significa que ele tivesse tido uma existência romanesca, refere-se sim ao romance simultaneamente fabuloso e execrável de Hollywood e dos seus todos-poderosos produtores. Depois de 1963, a sorte de Nicholas Ray — que morreu de cancro em 1979 — é ainda mais estranha. Sem recorrer a anedotas nem a mexericos, o autor reconstitui todo o percurso de uma existência, a génese de cada filme, de cada tentativa, quer fosse ou não conseguida.

O estudo de Daniel e Michel Serceau, «Nicholas Ray, Architecte de l'Espace, Architecte du Temps», não resiste à comparação. Mas a intenção não era deter-se na biografia, mas antes examinar os temas, as componentes e o significado das obras. Nota-se que o estruturalismo passou por lá. Sem menosprezar este estudo, é a Eisenschitz que temos de recorrer se quisermos saber e compreender quem foi Nicholas Ray, embora tenhamos uma certa ternura por um bem documentado e apaixonado livrinho intitulado «Nicholas Ray», cujo autor é Jean Wagner (1987).

Jacques Siclier
Serviço Exclusivo
«Le Monde»/«DL»
(tradução de Maria Otília Moreira)

«Jazz em Agosto» começa já amanhã

A abertura do festival «Jazz em Agosto», organizado pelo serviço Acarte da Fundação Gulbenkian, foi antecipado já para amanhã, pelas 19 horas, com um concerto extraordinário pelo quarteto do saxofonista Branford Marsalis, nome que ganhou fama mundial pelas suas colaborações com o cantor pop Sting e no agrupamento de jazz do seu irmão, o trompetista virtuoso Winton Marsalis.

À noite haverá mais *jazz*, não no auditório ao ar livre mas na sala polivalente do Centro de Arte Moderna, com um concerto pelo grupo suíço de música improvisada Dedans Dehors, com destaque para a pianista Irene Schweizer.

Os mesmos actuarão nos dias 2 e 3, em espectáculos inseridos num ciclo dedicado à cultura suíça.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PESO DA RÉGUA

ANÚNCIO

Faz-se saber que na acção de Divisão de Coisa Comum n.º 97/89, a correr termos na 1.ª secção deste Tribunal, que Carlos Sommer Champalimaud, casado, residente na Quinta do Côtto — Cidadelhe — Mesão Frio, move contra ANTÓNIO DE SOMMER CHAMPALLIMAUD, com última residência conhecida na Rua do Sacramento á Lapa n.º 36 em Lisboa, e outros, é aquele réu citado, para contestar no prazo de 10 dias, finda a dilação de trinta dias,contados da segunda e última publicação do anúncio, a petição inicial, cujo duplicado se encontra na secretaria judicial e que lhe será entregue no caso de ser solicitada, sob pena de se proceder à nomeação de peritos.

Peso da Régua, 28 de Junho de 1990

O Juiz de Direito
(assinatura ilegível)
O Escrivão Adjunto
(assinatura ilegível)

«DL» — 2.ª Pub. 31/7/90

Informação COMERCIAL

LINHA DE SINTRA

Informa-se os Srs. Passageiros que, por motivo de trabalhos de revisão integral da catenária, são suprimidos, entre **CACÉM e QUELUZ,** nos dias 31 de Julho, 1, 2 e 3 de Agosto os seguintes comboios:
Comboios com saída de Queluz às 9.57h, 10.13h, 11.13h e 11.49h.
Comboios com saída do Cacém às 9.55h, 10.11h, 10.27h e 11.51h.

CP — Caminhos de Ferro Portugueses
Serviço Comercial do Tráfego Suburbano

Caminhos de Ferro Portugueses

CRECHE

(15 aos 36 meses)
2 salas, com 15 crianças cada, com 2 educadores de infância e 4 auxiliares. — Aberto das 8 às 18.30 horas.

JARDIM INFÂNCIA

(3 aos 6 anos)
3 salas, com 18 crianças, com 1 educadora de infância e 1 auxiliar por sala. — Aberto das 8 às 19 horas.

ACTIVIDADES PEDAGÓGICAS:

Ateliers, biblioteca, desenho, modelagem, imprensa e expressão dramática.
Praia em Julho, actividades exteriores, passeios, visitas, **almoço e lanche** e amplo jardim para recreio.

TEMOS AINDA ALGUMAS VAGAS
PARA 90/91
Inscrições a partir de 1 de Setembro

Somos uma instituição sem fins lucrativos (IPSS), que há 14 anos dedica o seu trabalho à criança.

ADECO Associação de Desenvolvimento Comunitário da Freguesia das Mercês

R. da Palmeira, 11 (ao Príncipe Real)
•
1200 Lisboa • Telef. 32 78 87

DESPORTO

52.ª VOLTA A PORTUGAL

Galopada acabou a trote

NEVES DE SOUSA
Nosso enviado especial

Bruno Neves

Pódio de Loulé

Podia ter sido uma epopeia: acabou estilhaçando-se nos ares sem soltar mais que um vagido, um pequenino e tímido sinal de vida.

Já sabem, pois claro: recordara-se, na praça com o seu nome, a estampa e o perfil do maior cavaleiro tauromáquico que (dizem os bem entendidos como o mestre Solilóquio) jamais montou sobre este planeta, João Branco Núncio numa placa bonita, o redondel ali ao lado, o vozear tremendo do «speaker» Neto Gomes acordando as gentes da Beira, porque para lá do Tejo já despertara a legião de milhões, tal o estrondo da produção de uma garganta que não trava um minuto, nem sequer para meter água.

Bem: andámos um nadinha, veio a ponte sobre o Sado, o cruzamento de Tróia com a Comporta e foi a abalada. Uma galopada para dois sujeitos de barba rija que, durante uma conquistadora invasão de quilómetros, foram senhores e donos de tudo o que era possível ter na algibeira e como depósito bancário: Carlos Marta (Orima/Cantanhede) e Luís Santos (Recer/Boavista) tinham tomado o pulso ao bichinho e, vendo-o ainda atordoado pela gritante produtividade do respeitável dono do microfone, ensurdecido pelos sucessivos golos na imaginativa do pagode, arrancavam em flecha pela fita negra e, chegando a conquistar perto de onze minutos de total fuga à reflexão e à vida conventual, à existência conformada de quantos pareciam atavicamente ligados a um historial sem sobressaltos, fizeram inclinar para as suas lojas o lucro raivoso de quase cinco horas em permanente luta com o único fiel da balança, um relógio que parecia implacavelmente disposto a funcionar como juiz de chicote em punho e com ouvidos de mercador para qualquer defesa pouco consolidada.

Simplesmente, como tudo o que é fogo-fátuo, veio a queda no abismo, o retorno ao tribunal dos pequenos delitos onde se paga com língua de palmo a pequena ofensa ao vizinho do segundo esquerdo. Luís Santos teve os santos virados de costas: na descida para Barranco do Velho a bicicleta resolveu que a roda fronteira empenasse, ficasse parceira do sol que não deixava ninguém com a boca fechada. Logo, foi a vez de Carlos Marta abdicar, de consentir o enlace de um pelotão de garridas cores que, paulatina, calmamente, com a argúcia da pantera espreitando a presa, deu o pulo sobre a sua cobiça justamente quando o indefeso alimento da sua voracidade estava a um passo de se refugiar na toca.

Paulo Pinto (pois quem havia de ser?) entendeu que já chegou o tempo de tornar a apresentar o bilhete de identidade: «sprinter» emérito, títulos e triunfos em turbilhão, deu ao pedal e, pronto. Estava resolvida a questão. Quem mais trabalhara ajudara a engordar o bolso de um dos patrões da romaria.

Estrada fora

Antes do mais: só queria que, quem por lá não esteve, tentasse irmanar-se com os muitos milhares que se colaram à estrada, para verem em desafio de relâmpago uma cobra de escamas multicoloridas. Não ia por ali Benfica nem Porto, tampouco Sporting ou estandarte semelhante, a memória começa a querer deixar na prateleira Sagalhos e Ajacto, Mako Jeans e Coimbrões, Louletano e Bombarralense, Águias de Apliarça e outros padrões de tecido velocipédito que fizeram épocas nos corações ou na admiração de muito boa gente. E, no entanto, 106 homens vestindo camisolas de que talvez nem metade conheça a verdadeira paisagem antiga, conseguiam o sortilégio de trazer para fora da frescura, num dia de sol inclemente, cidadãos acima de qualquer outra suspeita que não seja verem no ciclismo ainda (e correctamente) o 2.º mais popular desporto que acontece neste País. E não apenas.

O certo é que (vem à cabeça o exemplo de Aljustrel, o soberbo caso constatado na Avenida José António da Costa Mealha, onde meia fatia de Algarve estava espreitando a caravana) o ciclismo ainda é rei e senhor que tenta prolongar os sultanatos instituídos pelos Nicolaus e Trindade, depois prosseguido com a emulação entre Agostinho e Fernando Mendes, os sucessores directos da esgrima entre Alves Barbosa e Ribeiro da Silva, Simplesmente, hoje estão em diálogo clubes-empresas que, no dizer do técnico boavisteiro José Santos, vivem em estado hibernal:

— *A Direcção-Geral dos Desportos contempla o atletismo com 200 e tal mil contos anuais, condoendo-se com o ciclismo apenas para uma fatia de doce, coisa como 22 ou 23 mil contos. Sabendo-se que uma bicicleta de corrida custa perto de 300 contos, que auxílio recebem os ciclistas deste país?*

O responsável pela turma do Recer/Boavista tem ideias próprias, cada época mais explicadas pelos seus sucessos: este ano quer arrebatar o 8.º êxito em grandes competições da pedalada. Mas, para isso, tem de suplantar concorrência dura:

— *Exacto: ainda não consegui ter ao lado do Delmiro um Acácio da Silva, sou obrigado a ir caçar com gatinhos. E, no pelotão há gente cheia de rótulos: Fernando Carvalho, Joaquim Gomes, Cássio, Jorge Silva, o próprio Marco Chagas. No Boavista, tenho de jogar à defesa...*

Salta ao caminho Joaquim Gomes:

— *Uma treta! Ainda agora, na caminhada para Loulé, só a Sicasal/Acral e alguns espanhóis é que deram caça aos fugitivos.* O técnico boavisteiro não está dizendo o que sente: outras equipas andam controlando as corridas para depois outros se gabarem por sucessos caídos do céu. Na viagem para o Algarve, se não fosse a Sicasal/Acral, talvez estivesse perante um caso complicado de resover: uma fuga que poderia resultar em grande explosão...

Calendário travado

Meta-se um travão à aceleração horária: e recorde-se como água, sumos e fruta são consumidos por mil e tal peregrinos desta cruzada anual. Que irmana o simples senhor da enxada com figuras hiperconhecidas, como ontem vimos Pinto Balsemão na beira da estrada aplaudindo o avião em voo acelerado, no dia em que o comandante-piloto Serafim Ferreira festejava 49 risonhos verões e lembrava que anda na Volta desde 1969, que já reportou sete «tours» e um «giro», de como admirou Merckx e Hinault, do modo como a empresa do nosso colega «JN» entendeu que com menos de 180/200 mil contos nãa valia a pena fazer a nossa voltinha e, paralelamente, como a inflação obrigou a pular

cont. na pág. 24

SMALTEX

TINTAS
VERNIZES
DILUENTES

SMAL — Sociedade Mecânica e Acessórios, Ld.ª

R. S. Sebastião da Pedreira, 29-1.º
☎ 352 10 67 1000 LISBOA

urbicidade
MEDIADORES
ALMADA

TEMOS PARA VENDA

EM LISBOA: LOTES DE TERRENO — PRÉDIOS DEVOLUTOS COM PROJECTO APROVADO EM TODAS AS ZONAS DA CIDADE AOS MELHORES PREÇOS — **HABITAÇÃO — ESCRITÓRIOS — CENTROS COMERCIAIS — HOTÉIS — APARTHOTÉIS**

CONTACTE-NOS:

Avenida D. Nuno Álvares Pereira, 46, r/c, Esq. — 2800 ALMADA-PORTUGAL — Telefs.: (01) 274 42 56 - 274 42 57 — Fax 274 36 53 — Telex 61004 TRIALM P — Apartado 33 — ALMADA-PORTUGAL

DESPORTO

JN 52.ª VOLTA A PORTUGAL

Fugitivos também se agarram

cont. da pág. 23

para uma milena de Antónios Sérgios o prémio-isca para o homem que subir ao topo do pódio ao cair da tarde de 15 do tórrido Agosto.

Desfilávamos entre a poeira ainda ondulante das pirites alentejanas, a respiração abafada e os vidros dos carros obrigados a subirem para não ficarem também com os pulmões esfiados como os sofredores trabalhadores que esgravatam o chão e deve ter surgido a muitos colegas um traço comum» a luta com que o Salgueiros/Landimar diariamente se bate em busca da sobrevivência:

— *O nosso orçamento é pobrezinho. 15 mil contos, porque não podemos passar daí. Temos um brasileiro (Gabriel Sabbião) que ganha um pouco mais que o resto da rapaziada, que fica pelos 150 contos.*

José Martins é o timoneiro desta fragata. Tem 38 anos, correu pelo Benfica, andou em França e Espanha:

— *Sofríamos, tínhamos privações de toda a ordem, sprintávamos à doida por um prémio de 200 ou 300 escudos. Agora, isto está tudo mudado: muitos ganham entre 500 e 600 contos, há mesmo umas trutas que andam perto dos mil ou lá para cima.*

Em redor fala-se do búlgaro Nentchenko que, com 34 anos, o eng.º Brito de Mena foi buscar para o Bom Petisco/Tavira. Citam-se nomes e verbas: polacos no Ruquita/Philips/Feirense, Cássio no Sicasal/Acral, espanhóis e germânicos que por aqui estão dando ao pedal. Dinheiros que ficam a perder de vista nos contratos com estrelas da companhia. Tudo para um espectáculo gratuitamente servido à porta do melhor cliente e tem como compensação sem diapasão uma extraordinária promoção publicitária das entidades patronais que vão resistindo a um desgaste progressivo e que parece raramente se renovar com novas conquistas de patrocinantes.

Entusiasmo, precisa

Joaquim Vairinhos, presidente da Câmara Municipal de Loulé, estava ao lado do professor Mirandela da Costa na meta da 1.ª etapa voltista. E não teve problema em dizer-me:

— *É verdade: a minha edilidade pagou 1500 contos ao «JN» para a Volta chegar aqui e depois partir desta cidade a caminho de Monte Gordo. Mas, tivemos a ideia clara de que era um dinheiro bem gasto, para não deixar morrer o ciclismo que tende a deixar em saudade as figuras que desfilaram na Pista Bexiga Peres.*

Júlio Guerreiro, relações públicas da autarquia louletano, acrescenta:

— *Havia os irmãos Apolo, que levavam milhares de pessoas ao nosso velódromo. Tivemos grandes equipas, no Algarve havia grande luta entre as melhores formações da província. Agora, nem já Tavira conseguiu que a Volta fosse lá ficar umas horitas...*

Recordo as palavras de Jorge Sampaio, na lisboeta Avenida da Liberdade:

— *O ciclismo chega a todo o País: é uma verdadeira identidade nacional.*

Pois é: simplesmente não apenas esta Volta. Todas as competições deste estilo estão dependentes de firmas, marcas e câmaras municipais mas também de um olhar mais carinhoso dos mecenas que por aí pululam e talvez não se importem de injectar uns tostões em colectividades populares que dispõem dos futuros Agostinhos mas não lhes podem (sequer) oferecer uma pasteleira para os treinos de maior latitude.

Primeiro rescaldo

Carlos Marta está aqui ao lado. Explica a falência de ontem:

— *Se o Luís Santos não tem ficado, tínhamos ganho um avanço maluco. Assim, ficou tudo em águas de bacalhau...*

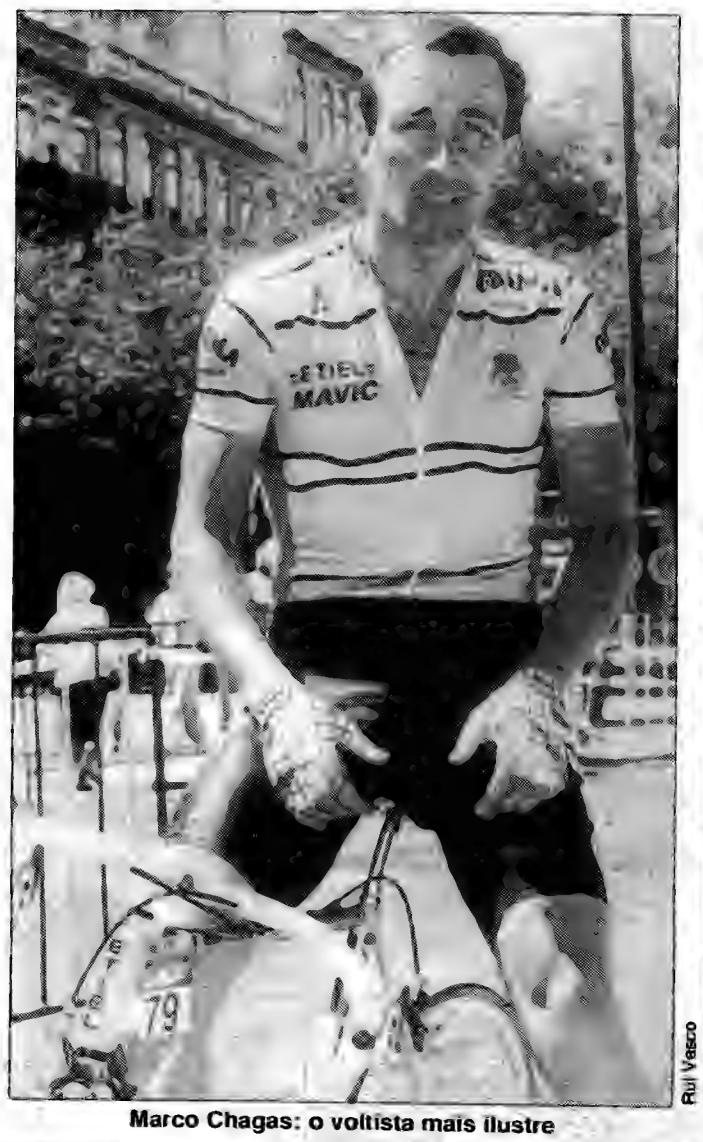
O quotidiano comunicado do júri lá reza: Paulo Pinto (Avibom/Valouro/Lousa) continua com a camisola cor de sol, já com vantagem de 31 minutos e 50 segundos sobre Eugénio Passos, o lanterna vermelha do esquadrão, aguadeiro quase condenado na turma de Vidal Pinheiro. Os espanhóis da Royal avançam encobertamente para a chefia por equipas, a complacência do júri restitui à melhor paridade todos os ciclistas multados ou penalizados na jornada lisboeta: é necessário manter muita gente em redor da mesa do banquete...

Ainda em Alcácer, estiveram a despedir-se dos parceiros dois profissionais subitamente obrigados a paragem: António C. Araújo (Sicasal/Acral) que partiu uma clavícula no último treino antes da Volta e Fernando Baptista (Bom Petisco/Tavira) que, quando ia buscar a trouxe a casa, pedalando a caminho do Cartaxo, foi atropelado, sofreu fractura de ossos da cara, foi operado em Torres Vedras mas tem ainda de se submeter a cirurgia plástica.

— *Não, não foram ossos do ofício: simplesmente aconteceu que tivemos azar...*

Timidamente, ambos sorriem mesmo a contragosto. Miram as meninas da Coca-Cola, especialmente a Cristina (de Mem Martins) que foi Miss Praia em 88 e é um tormento para a vista da juventude mais irrequieta. Provisória empregada de uma empresa que, pela 1.ª vez, está no mesmo ano apoiando as quatro maiores voltas europeias: França, Itália, Espanha, agora Portugal. Diz-se que a operação por estas bandas importou em perto de 25 mil contos: que é isso, comparado com os mil e poucos escudos que, quando muito, de sol a sol e mais um bocadinho, ganha por jornada cada trabalhador que respira pó e fere o olhar em cada cavadela nas pirites alentejanas?

SMALTEX
TINTAS
VERNIZES
DILUENTES
SMAL — Sociedade Mecânica e Acessórios, Ld.ª
R. S. Sebastião da Pedreira, 29-1.º
☎ 352 10 67 1000 LISBOA



Marco Chagas: o voltista mais ilustre

Rui Vasco

Joaquim Gomes: pausa para afastar a secura

SMALTEX
TINTAS
VERNIZES
DILUENTES
SMAL — Sociedade Mecânica e Acessórios, Ld.ª
R. S. Sebastião da Pedreira, 29-1.º
☎ 352 10 67 1000 LISBOA

DESPORTO

52.ª VOLTA A PORTUGAL

Bruno Neves

Paulo Pinto: 1.º em Loulé

À margem da estrada

Um operador de câmara da Radiotelevisão Portuguesa ficou ferido, devido a uma queda aparatosa a poucos quilómetros de Loulé, quando filmava o pelotão na descida vertiginosa para a meta, em perseguição de Carlos Marta, o último fugitivo.

O operador João Filipe, um dos profissionais mais credenciados da RTP e conhecido pelo «João TV», seguia na moto conduzida por António José Baptista, filmando o andamento do pelotão, quando numa curva a potente motocicleta «tocou» ligeiramente noutra moto e derrapou na areia, projectando o operador de imagem.

João Filipe, que foi transportado na ambulância dos bombeiros de Rio Tinto para o Hospital de Faro, tendo recuperado ainda no trajecto da perda de conhecimento.

Depois de radiografado em Faro, João Filipe regressou ao hotel onde se encontra instalada a equipa da RTP, não lhe tendo sido detectada qualquer fractura.

Noutro acidente, este sem consequências pessoais, a moto ao serviço do matutino «O Comércio do Porto» ficou danificada, devido a uma emigrante português, que desrespeitou as instruções da Brigada de Trânsito que acompanha a Volta.

O repórter fotográfico do matutino portuense, António Fernandes, saiu ileso do acidente, e juntou-se depois aos seus companheiros depois de fazer alguns quilómetros no «carro vassoura».

«Doping»

Paulo Pinto e Paulo Silva, vencedor da primeira etapa e camisola amarela, respectivamente, compareceram hoje ao controlo «antidoping» após a primeira etapa.

Por sorteio, foram convocados os ciclistas Carlos Moreira (Recer-Boavista) e Manuel Cunha (Avibom-Valouro-Lousa).

Quanto eles ganham

De acordo com o regulamento administrativo da Volta, divulgamos a lista dos prémios a atribuir aos artistas.

Classificação geral: 1.º, 1 100 000$00; 2.º, 750 000$00; 3.º, 500 000$00; 4.º, 400 000$00; 5.º, 300 000$00; 6.º, 200 000$00; 7.º, 100 000$00; 8.º, 95 000$00; 9.º, 90 000$00; 10.º, 80 000$00; 11.º, 70 000$00; 12.º, 65 000$00; 13.º, 60 000$00; 14.º, 55 000$00; 15.º, 50 000$00; 16.º, 45 000$00; 17.º, 35 000$00; 18.º, 30 000$00; 19.º, 27 500$00; 20.º, 25 000$00; 21.º, 22 500$00; 22.º, 20 000$00; 23.º, 17 500$00; 24.º, 15 000$00; 25.º, 12 500$00; 26.º, ao último, 10 000$00. **Etapas**: 1.º, 27 500$00; 2.º, 22 500$00; 3.º, 17 500$00; 4.º, 12 500$00; 5.º, 7 500$00; 6.º, 5 000$00; 7.º, 2 500$00; 8.º, 1 750$00; 9.º, 1 500$00; 10.º, 1 250$00. **Prémio da montanha — 1.ª categoria**: 1.º, 15 000$00; 2.º, 12 000$00; 3.º, 9 000$00. **2.ª categoria**: 1.º, 12 500$00; 2.º, 10 000$00; 3.º, 7 500$00. **3.ª categoria**: 1.º, 9 000$00; 2.º, 7 500$00; 3.º, 5 000$00. **Classificação final**: 1.º, 90 000$00; 2.º, 70 000$00; 3.º, 50 000$00. **Por pontos**: 1.º, 90 000$00; 2.º, 70 000$00; 3.º, 50 000$00. **Combinado**: 1.º, 70 000$00; 2.º, 50 000$00; 3.º, 40 000$00. **Juventude**: 1.º, 45 000$00; 2.º, 30 000$00; 3.º, 15 000$00. **Metas-volantes**: 1.º, 7 500$00. **Classificação final**: 1.º, 90 000$00; 2.º, 70 000$00; 3.º, 50 000$00. **Meta 5 km**: 1.º, 8 500$00 e troféu. **Combatividade**: Atribuição por votos: 8 500$00. **Azar**: Atribuição por votos: 8 500$00. **Classificação colectiva final**: 1.ª equipa, 140 000$00; 2.ª equipa, 100 000$00; 3.ª equipa, 75 000$00; 4.ª equipa, 50 000$00; 5.ª equipa, 40 000$00; restantes, 25 000$00.

Além destes o guia das diversas classificações tem direito aos seguintes valores por etapa: classificação geral 4 000$00, montanha, pontos, metas-volantes, combinado e juventude, 5 000$00.

José Agostinho

A equipa do «DL» nesta Volta: o redactor Neves de Sousa, o repórter fotográfico Bruno Neves, o condutor Mário Santos e o colaborador desportivo Fernando N. de Sousa

A nossa equipa de reportagem viaja numa viatura *RENAULT* gentilmente cedida por:

SACAVENAUTO

Estrada Nac. N.º 10 — N.º 69 • Sacavém • Tel. 942 50 40 • 942 52 40

maquirema

Soc. Imp. e Rev. de Máquinas

Um espaço no seu escritório
Telefones 474 46 52 - 474 50 74

Classificações

1.ª etapa — Alcácer do Sal/Loulé (191,2 km)

		H M S
1.º Paulo Pinto	Avibom/Lousa	05 01 33
2.º Manuel Abreu	Sicasal/Acral	mt.
3.º Manuel Dominguez	Seur	mt.
4.º Jorge Silva	Sicasal/Acral	mt.
5.º Pedro Silva	Recer/Boavista	mt.
6.º Manuel Neves	Ruquita/Feirense	mt.
7.º Neil Stephens	Royal	mt.
8.º Dulas Andrezej	Ruquita/Feirense	mt.
9.º Vítor Teresinho	Ruquita/Feirense	mt.
10.º Paulo Silva	Ruquita/Feirense	mt.

Geral individual

		H M S
1.º Paulo Silva	Ruquita/Feirense	5 12 38
2.º Manuel Neves	Ruquita/Feirense	a 0 00 01
3.º Dulas Andrezej	Ruquita/Feirense	mt.
4.º Fernando Carvalho	Ruquita/Feirense	mt.
5.º Viriato Duarte	Ruquita/Feirense	mt.
6.º Slawodmir Pietrusz.	Ruquita/Feirense	mt.
7.º Carlos Pereira	Ruquita/Feirense	mt.
8.º Carlos Marta	Orima/Cantanhede	a 0 00 04
9.º Neil Stephens	Royal	a 0 00 09
10.º Javier Carbayeda	Royal	mt.
106.º Eugénio Passos	Salgueiros/Landimar	a 031 50

Geral por equipas

	H M S
1.º Royal	15 37 51
2.º Orima/Cantanhede	a 0 00 51
3.º Ruquita/Philips/Feirense	a 0 00 36
4.º Bom Petisco/Tavira	a 0 00 42
5.º Recer/Boavista	a 0 00 56
6.º Festina/Lotus	a 0 00 57
7.º Sicasal/Acral	a 0 01 10
8.º Avibom/Valouro/Lousa	a 0 01 19
9.º Alguerra/Componauto/Lousa	a 0 01 19
10.º Salgueiros/Landimar	a 0 01 33
11.º Seur	a 0 02 06

Pontos

		P
1.º Paulo Pinto	Avibom/Valouro/Lousa	10
2.º Carlos Marta	Orima/Cantanhede	10
3.º Manuel Abreu	Sicasal/Acral	7

Montanha

		P
1.º Luís Santos	Recer/Boavista	5
2.º Carlos Marta	Orima/Cantanhede	3
3.º José Santiago	Recer/Boavista	1

Metas Volantes

		P
1.º Carlos Marta	Orima/Cantanhede	10
2.º Luís Santos	Recer/Boavista	6
3.º Pedro Silva	Recer/Boavista	1

Prémio Combinado

		P
1.º Carlos Marta	Orima/Cantanhede	12
2.º Luís Santos	Recer/Boavista	38
3.º Paulo Silva	Ruquita/Philips/Feirense	9 (a)

Amanhã: regresso ao Alentejo

Depois do corridinho algarvio disputado hoje entre Loulé e Monte Gordo, a caravana regressa amanhã à fornalha alentejana com a realização da tirada que liga Vila Real de Santo António na distância de 201 quilómetros. Eis o horário previsto: partida depois da passagem de nível de Castro Marim, às 10.00 horas e passagem por Odeleite (às 10.32 horas), por Alamo, às 11.44 horas; por Métola, às 12.03 horas; por Beja, às 13.19; por Vidigueira, às 14.01; por S. Manços, às 14.39 e chegada prevista para às 15.35 horas.

Ginástica

Federação e associações têm candeias às avessas

Andam «mosquitos por cordas» na modalidade da ginástica já que, em recente sessão de assembleia geral, foi aprovaddo um voto de censura aos corpos gerentes da Federação que levou Garcia Alvarez a demitir-se do cargo de presidente daquele órgão surgindo agora o executivo a tornar público o comunicado cujo teor aqui fica.

«Alguns órgãos de Comunicação Social têm vindo a dar acolhimento imparcial a uma acção concertada por parte de três associações distritais de ginástica que, visando esta direcção — nomeadamente o seu presidente — pretendem desestabilizar uma modalidade a atravessar um inegável surto progressivo quer a nível nacional, quer no que à actividade internacional importa.

Sucederam-se as entrevistas, as mais drásticas tomadas de posição, as conferências de Imprensa, os convites para debates, etc, etc,. sem que que se vislumbrassem outras razões para toda esta onda contestatária que não fossem de crítica pessoal à facilidade de comunicação do presidente federativo e a possíveis divergências de critério no que respeita á repartição de verbas que as associações em causa entendem dever pertencer-lhes em percentagem que se considra irrealista e facilmente contestável.

Acontece até que, na ânsia precipitada de tudo abater, aproveitaram a última sessão da Assembleia Geral Extraordinária para com a ordem de trabalho já esgotada aprovar uma moção de censura aos corpos gerentes em globo — generalizando uma atitude que, dizem, visava só esta direcção — levando o presidente da assembleia geral (a quem momentos antes, tinham endereçado um voto de louvor aprovado por aclamação), a renunciar de imediato ao seu mandato. O que nos parece bem elucidativo da capacidade e falta de coerência dos proponentes.

Fácil seria portanto sairmos a terreiro se pretendêssemos lançar mais achas para o recrudescer das quezílias e muitas paixões que esta contestação tem levantado. Outro é o nosso propósito, por razões de temperamento e de educação de que não abdicamos, sobretudo por não entendermos carrear para a modalidade prejuízo maior do que aquele que neste momento está a sofrer.

Esse ónus, da gravosa situação resultante, recairá noutros ombros que não nos nossos.

Assim sendo, o presente comunicado visa, apenas tentar esclarecer as inúmeras entidades ligadas ao fenómeno desportivo nacional da razão que nos assiste.

Serenamente, como tem sido nosso timbre.

Em boa verdade, os actuais corpos gerentes foram eleitos para o período quadrienal 1989/92 por uma percentagem e uma margem de votos inabitual em eleições anteriores e isto após uma campanha eleitoral em que o programa de trabalho apresentado mereceu um largo consenso e um apoio que se traduziu nas urnas.

Lógico será admitir que apenas o seu incumprimento levaria as entidades filiadas a retirar-nos a sua confiança e a meter ombros a todo este imbróglio. O que efectivamente não corresponde à realidade.

Uma análise serena das actividades levadas a cabo forçanos a concluir que, a meio do percurso, passados que são dois anos de vigência de funções, esta direcção concluiu cerca de 90% dos objectivos visados para os quatro anos de mandato, e, mais do que isso, obteve para a modalidade meios financeiros e apoios nacionais e internacionais inéditos e em que ninguém anteriormente tinha sequer pensado. E isto para não falarmos na reputação laboriosaamente granjeada no seio da Federação Internacional e da União Europeia de Ginástica traduzida nas várias manifestações internacionais realizadas ou já atribuídas ao nosso País.

Esta panorâmica foi fortemente abalada com a posição liderada por três associações distritais de ginástica que, numa assembleia bem orquestrada (todos sabemos como estas coisas se preparam), não tiveram pejo em destruir um trabalho e uma outra obra de inegável interesse para a modalidade.

Que propósitos reais estarão encobertos com esta atitude?

Pergunta-se:

• Será que, não estando em causa o cumprimento do programa aprovado, uma aparente falta de diálogo do nosso presidente e uma discutível repartição de verbas, justificam que a actividade gimnica nacional caia ao nível zero de um momento para o outro?

• Quando poderá a ginástica nacional ressacir-se desta incoerência?

• Quem assume a responsabilidade de tudo isto quer a nível nacional, quer no que respeita às organizações internacionais?

Algarve e Andaluzia: um abraço à vela

A regata denominada dos Portos dos Descobrimentos, destinada a embarcações de vela de cruzeiro, realiza-se de 16 a 18 de Agosto, ligando o porto de Lagos ao da localidade espanhola de Palos de la Frontera.

A regata, iniciativa conjunta do Clube de Vela de Lagos e do Clube Marítimo de Huelva, está inserida no âmbito das comemorações dos descobrimentos marítimos portugueses e espanhóis.

Para além da Câmara Municipal de Lagos e da sua congénere espanhola de Palos de la Frontera, apoiam a prova as comissões nacionais para os descobrimentos dos dois países ibéricos.

No âmbito desportivo, a prova, dividida em três etapas, faz parte do calendário da Federação Portuguesa de Vela e da Federacion Onubense (Huelva) daquela modalidade.

A regata dos Portos dos Descobrimentos, que é disputada anualmente, com largada alternada das duas cidades organizadoras, tem como principal objectivo unir desportiva e culturalmente estas duas cidades ligadas à expansão marítima. Se de Lagos se diz terem partido as caravelas do Infante D. Henrique, do porto espanhol de Palos de la Frontera largou a armada de Colombo, daí a razão da iniciativa que pretende «abraçar» o Algarve e a Andaluzia.

A primeira etapa da regata, a disputar no dia 16 de Agosto, ligará Lagos a Portimão, após a realização de uma rondagem em Sagres. Nos dias seguintes a prova continua com a tirada Portimão-Vila Real de Santo António e, finalmente, Ayamonte-Palos de la Frontera.

Segundo a organização, a divisão do percurso por etapas tem como finalidade alargar a possibilidade de participação a uma maior variedade de tipos de barcos de cruzeiros à vela, desde a alta competição (classes nacionais e internacionais) até aos familiares de passeio.

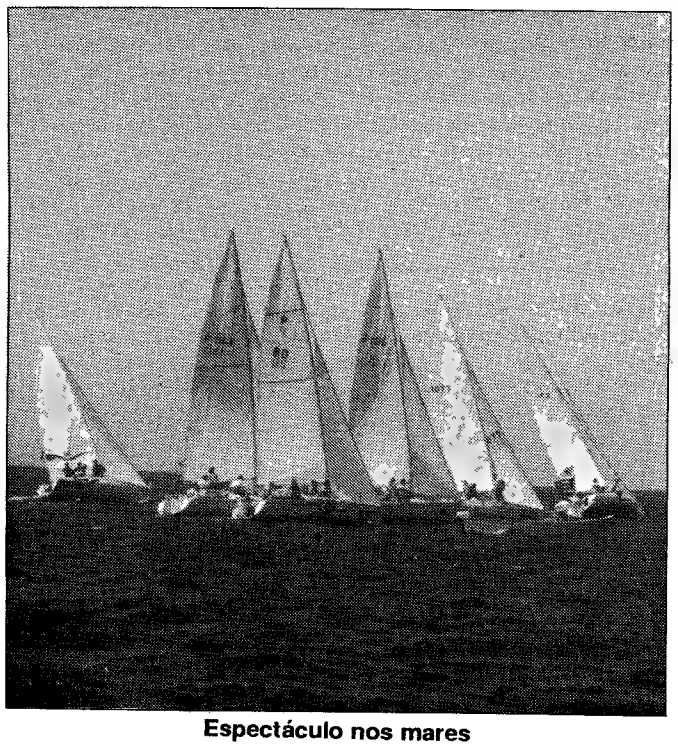
«Três dias de Lagos»

Os «Três Dias de Lagos», este ano em segunda edição, constam de uma regata diferente em cada dia, todas com a extensão aproximada de 20 milhas, sendo as classificações de cada uma e a final apurada através do somatório de pontos.

A iniciativa, organizada pelo Clube de Vela de Lagos, arranca com a regata denominada «Costa do Município», a que se seguem nos dias posteriores as provas «Triângulo de Lagos» e «Regata da Baía».

Para os organizadores, a prova que logo após a sua primeira edição passou a ter periodidade anual, pretende ser um veículo de animação turística e desportiva da região, fazendo parte do processo de desenvolvimento das riquezas naturais do concelho.

Para o Clube de Vela de Lagos, a organização anual da prova confirma, por outro lado, as excelentes condições da baía fronteira a cidade, considerada a melhor pista nacional para a prática desta modalidade desportiva.



José Agostinho

Espectáculo nos mares

B R E V E S

Lisboa aposta no basquete

O Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Basquetebol da capital celebraram um protocolo, com a vigência de um ano, para o desenvolvimento da modalidade na capital portuguesa.

«Este protocolo vem contribuir para a ocupação dos tempos livres dos jovens da capital e para a melhoria técnica dos praticantes desta modalidade», disse Rego Mendes, vereador do Pelouro do Desporto.

Por sua vez, Afonso Alexandre, presidente da Associação de Basquetebol de Lisboa, afirmou estar *«convencido de que no final da vigência do protocolo, o basquetebol de Lisboa estará amplamente reforçado a todos os níveis».*

O protocolo visa, entre outras iniciativas, *«promover acções conjuntas para se conseguir a projecção inernacional do basquetebol na cidade de Lisboa».*

Andebol: calendário do «nacional»

O Benfica vai receber, na Luz, o FC Porto, na jornada inaugural do Campeonato Nacional de andebol da primeira divisão, marcada para o dia 8 de Setembro, ditou o sorteio efectuado ontem em Lisboa.

Para além do difícil confronto que aguarda os campeões nacionais (Benfica), também na ronda inaugural o Belenenses não vai ter tarefa fácil, pois coube-lhe uma deslocação ao recinto do ABC de Braga.

A primeira fase do Nacional, constituída por 22 jornadas, vai decorrer entre 8 de Setembro de 1990 e 10 de Março de 1991, estando marcado para 8 de Março de 1991 o sorteio da segunda fase da competição.

Participam na prova as seguintes formações: ABC de Braga, Académico do Funchal, Académica de Coimbra, Boavista, Belenenses, Francisco de Holanda, FC Porto, Illiabum, Beira Mar, Benfica, Sporting e Vitória de Setúbal.

No que se refere à Supertaça, o Benfica vai receber o Académico de Braga na primeira «mão» da prova, em data ainda a definir.

Ténis: «ranking» mundial

O tenista norte-americano Jay Berger, que em Abril passado esteve presente no «Estoril Open», regressou ao grupo dos dez melhores do mundo ao ser finalista do torneio de Toronto, perdendo com o seu compatriota Michael Chang.

Chang, que obteve em Toronto a sua primeira vitória num torneio deste ano, ascendeu ao 11.º posto na lista ATP que é liderada pelo checoslovaco Ivan Lend, figurando a seguir o sueco Stefan Edberg e o alemão-federal Boris Becker.

A lista dos 10 melhores é a seguinte: 1.º, Ivan Lend (Checoslováquia); 2.º, Stefan Edberg (Suécia); 3.º, Boris Becker (RFA); 4.º, André Agassi (EUA); 5.º, Andres Gomez (Equador); 6.º, Brad Gilbert (EUA); 7.º, Emilio Sanchez (Espanha); 8.º, Thomas Muster (Áustria); 9.º, Aaron Krisckstein (EUA); 10.º, Jay Berger (EUA).

Roche muda de equipa

O ciclista irlandês Stephen Roche, antigo campeão do mundo, vai abandonar a equipa belga «Histor-Sigma» no fim desta temporda para ingressar numa formação italiana.

Willy Teirlink (director desportivo da equipa) afirmou que Roche, vencedor do «Tour» em 1987 e campeão do mundo nesse ano, tem boas ofertas de, pelo menos, duas equipas italianas, as quais a «Histor-Sigma» não pode cobrar.

Os vice-campeões da Europa mereciam acolhimento mais caloroso

O regresso dos vice-campeões da Europa

Sem perfume do título não houve ‹banho de multidão›

A selecção portuguesa de futebol de sub-18, orientada por Carlos Queiroz, regressou a Lisboa, depois de se ter sagrado vice-campeã da Europa da categoria, na Hungria, num Campeonato em que o título lhe escapou de forma inglória.

A comitiva portuguesa, chefiada por Azevedo Félix, chegou ao Aeroporto da Portela ao princípio da tarde de ontem com os familiares e amigos dos jogadores, técnicos e dirigentes a serem os únicos admiradores indefectíveis de uma selecção que merecia um acolhimento mais caloroso por parte dos adeptos do futebol.

Sem o título na sua bagagem, transportava desde Gyula até Lisboa, passando por Budapeste e Zurique, os 16 vice-campeões do futebol júnior portugueses não tiveram o desejado «banho de multidão» nem a tradicional «festa dos campeões», muito embora poucas selecções como esta merecessem tanto o reconhecimento popular e a exaltação dos amantes do desporto-rei.

Considerada justamente a melhor equipa do VII Campeonato Europeu de sub-18, mesmo pelos seus adversários, Portugal ficou privado do título ao deixar-se abater (4-2), com muito azar à mistura, no «dramático» desempate por grandes penalidades, após um persistente empate 0-0 na final de Bekescsaba frente aos soviéticos no tempo regulamentar e no prolongamento.

A falta de comparência dos adeptos no aeroporto, explicável em parte pelo egoísmo dos adoradores da bola em apenas quererem saudar, abraçar e beijar os jogadores quando o odor da chegada tem o perfume da vitória, foi a única nota negativa no regresso a casa dos jovens jogadores portugueses.

O brio, a garra, a determinação, o empenho, a luta, a ambição e a vontade de vencer demonstrados nos três jogos disputados (Hungria, Espanha e URSS) mereciam outra recepção à chegada, depois de uma viagem tranquila em ambiente quase familiar.

Mais animados, mesmo aqueles que em Bekescsaba verteram lágrimas portuguesas pelo título perdido, os pupilos de Carlos Queiroz conseguiram amenizar a longa viagem de avião entre Budapeste e Lisboa (via Zurique) através de um convívio contagiante a bordo do avião, com a boa disposição a fazer esquecer os «penalties» falhados.

Maestro a bordo

Após a escala em Zurique, a selecção portuguesa ficou reforçada com a presença do maestro António Vitorino de Almeida, que vindo de Viena, acabou por apanhar a partir de Zurique o mesmo avião da selecção júnior.

«*Já não é a primeira vez que viajo com jogadores de futebol*», comentou António Vitorino de Almeida, para quem a música e o futebol podem viajar no mesmo compartimento.

À chegada, Carlos Queiroz foi o principal alvo da atenção dos jornalistas, mas cansado e algo desejoso de rever a família e os amigos mais próximos, limitou-se a repetir o que já dissera no final do jogo contra os soviéticos.

Exibir a qualidade do futebol júnior português e ganhar o estatuto de grande equipa foram as metas traçadas e alcançadas pela selecção lusa, segundo palavras de Carlos Queiroz, para quem o próximo Mundial-91 poderá permitir que a história se repita, mas com melhor sorte para Portugal.

Fazedor de campeões, ídolo dos jogadores jovens e reconhecido como técnico competente, Carlos Queiroz soube melhor do que ninguém suportar o peso da derrota emerecida de Portugal, num Campeonato onde provou ter uma das melhores selecções juniores dos últimos anos.

Para Carlos Queiroz num desafio de futebol há muita coisa a ganhar e não é por acaso que dias antes da final tenha afirmado: «*As grandes derrotas não são as que sofremos com o adversário. A pior derrota é aquela que sofremos connosco próprios, quando sentimos que não demos o melhor e hipotecámos os valores fundamentais da equipa.*»

Queiroz: filósofo e educador

Durante a campanha no Europeu da Hungria, Carlos Queiroz realçou diversas vezes que o «*o mais importante no desporto é imprimir ao trabalho uma relação humanizante*», ou seja tratar os aspectos técnicos, tácticos, físicos e psicológicos como um todo, exaltando sempre os valores da pessoa humana.

Esta dimensão humanista dada ao seu trabalho no futebol júnior, que já lhe valeu, em certas ocasiões, epítetos como «*filósofo do futebol*» ou «*educador do futebol*», esteve sempre presente no seu relacionamento com os atletas.

Durante o Europeu o exemplo perdurou, com Carlos Queiroz a ser o catalisador de todas as emoções, mesmo dos jogadores, a quem dispensou sempre uma calorosa atenção, falando e dialogando com os atletas.

A forma como o seleccionador português reconfortou os seus jogadores, após a perda do título aos «penalties», deixa a impressão viva que a equipa esta sólida e unida numa relação humanizante e que a glória pode esperar, nem que seja até ao próximo Mundial-91 de sub-20 em Portugal, onde a «*vingança poderá ser terrível*».

A grande vitória da selecção de sub-18, mais do que contra a Hungria (1-1, com 3-1 aos «penalties») e Espanha (2-1), foi conseguir um clima propício a fabricar jogadores com têmpera de campeões, capazes de mais cedo ou mais tarde atravessarem a difícil e traiçoeira ponte para o futebol sénior.

Basquetebol: leis vão mudar

O uruguaio Mário Hopenhaym, da comissão técnica da Federação Internacional de Basquetebol (FIBA), afirmou que no próximo congresso do organismo, em 5 de Agosto, vão ser aprovadas várias e importantes alterações ao regulamento da modalidade.

Hopenhaym, ex-árbitro internacional, e que também integra a Confederação Panamericana da modalidade, adiantou que as novas alterações visam endurecer as sanções a serem aplicadas, com o intuito de tornar o basquetebol num desporto mais disciplinado.

Entre as alterações, prevê-se a expulsão dos jogadores que se encontram no banco dos suplentes no caso de entrarem no rectângulo de jogo sem permissão do juiz da partida.

A única pessoa habilitada a entrar no recinto passa a ser o treinador, e unicamente na qualidade de elemento pacificador em caso de suceder qualquer incidente entre os jogadores intervenientes na partida.

Quando uma equipa cometa mais de oito infracções, passa a ser obrigatoriamente punida com dois lançamentos livres, suprimindo-se assim a opção de efectuar um lançamento pela linha lateral.

A nova regulamentação prevê que para qualquer reposição em jogo é obrigatoriamente necessária a autorização do árbitro, enquanto nos lançamentos livres só é permitida a presença de dois defesas e um atacante de cada lado da área.

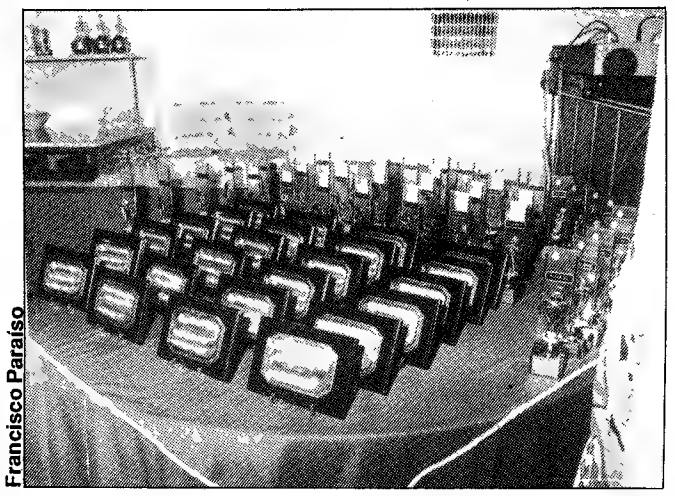
Os jogos poderão passar a ter um total de 22 minutos ou quatro partes de 11 minutos cada, sempre que tal seja acordado entre as duas equipas.

Outra alteração refere-se ao tamanho da bola, que até agora era de uma só medida, e que poderá ter variantes entre a actual como máximo e a que é utilizada na Liga Profissional Norte-Americana como mínimo.

Não obstante, as alterações ao regulamento não entrarão ainda em vigor no Campeonato do Mundo.

Francisco Paraíso

Convívio almadense



Francisco Paraíso

Troféus para todos

Jogos de Almada: êxito confirmado

Organizados pelo Pelouro de Desporto da Câmara Municipal de Almada liderado por António Matos — que durante vários anos foi o responsável pelo êxito da Seixalíada — decorreram, durante quatro meses, na região almadense, os II Jogos Desportivos Almadasport que movimentaram milhares de jovens das diversas freguesias do concelho. Na passada sexta-feira teve lugar a sessão de encerramento (destinada à distribuição dos troféus) presididaa pelo vereador António Matos estando presentes muitos dos atletas e dirigentes das colectividades participantes.

I Série N.º 175
Dia 31 de Julho

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/90:
Reestrutura a Comissão Interministerial de Estudos Urbanos e Regionais.

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 248/90:
Isenta de emolumentos pelo serviço de visto do Tribunal de Contas o contrato a celebrar entre o Estado Português e a empresa Falcon Internacional, S.A.

Ministérios das Finanças e da Indústria e Energia

Portaria n.º 598/90:
Estabelece o pagamento de taxas a que fica sujeito o exercício das actividades de prospecção, pesquisa e exploração dos recursos geológicos.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Aviso:
Torna público ter o Governo aderido, em 30 de Abril do corrente ano, ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Portaria n.º 599/90:
Sujeita ao regime cinegético especial os prédios rústicos situados nas freguesias de Medelim e Proença-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova.

Portaria n.º 600/90:
Sujeita ao regime cinegético especial os prédios rústicos situados na freguesia de Ortiga, concelho de Mação.

Portaria n.º 601/90:
Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdade da Tojeira» e outras, situadas na freguesia de Mourão, e «Herdade da Carrapateira» e outras, situadas na freguesia da Luz, ambas as freguesias situadas no concelho de Mourão.

Ministério da Educação

Portaria n.º 602/90:
Fixa o número de vagas para a matrícula e inscrição, no ano lectivo de 1990-1991, nos cursos de estudos superiores especializados do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa.

Portaria n.º 603/90:
Autoriza o Instituto Superior de Línguas e Administração a ministrar o curso de Ciências Empresariais nas instalações que possui em Vila Nova de Gaia.

Região Autónoma dos Açores

Governo Regional

Decreto Regulamentar Regional n.º 23/90/A:
Estabelece a estrutura interna, competência, modo de funcionamento e os quadros de pessoal do Instituto de Acção Social (IAS), criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/87/A, de 26 de Junho.

Decreto Regulamentar Regional n.º 24/90/A:
Prorroga até 31 de Julho de 1991 a vigência do Decreto Regulamentar Regional n.º 23/89/A, de 26 de Julho.

N.º 172 Dia 27 de Julho

SUPLEMENTO

Ministérios das Finanças, da Indústria e Energia e do Comércio e Turismo

Portaria n.º 589-A/90:
Fixa os preços máximos dos combustíveis líquidos, para vigorar no continente a partis das 0 horas do dia 27 de Julho de 1990.

AGENDA

O ESTADO DO TEMPO

HOJE

CONTINENTE

Em todo o território: céu limpo ou pouco nublado. Vento fraco soprando noderado de noroeste, no litoral durante a tarde. Condições favoráveis à ocorrência de nevoeiros matinais na faixa costeira a norte do cabo da Roca.
Estado do mar - costa ocidental: mar encrespado ou de pequena vaga. Ondulação noroeste de um metro. **costa sul:** mar encrespado a de pequena vaga. Ondulação sueste de um a dois metros.
Amanhã
Céu limpo ou pouco nublado. Vento fraco, soprando moderado de noroeste no litoral oeste, durante a tarde. Condições favoráveis à ocorrência de nevoeiros matinais na faixa costeira a norte do cabo da Roca.
Depois de amanhã
Céu limpo ou pouco nublado. Vento fraco soprando moderado de noroeste no litoral oeste, durante a tarde. Condições favoráveis à ocorrencia de nevoeiros matinais na faixa costeira a norte do cabo da Roca.

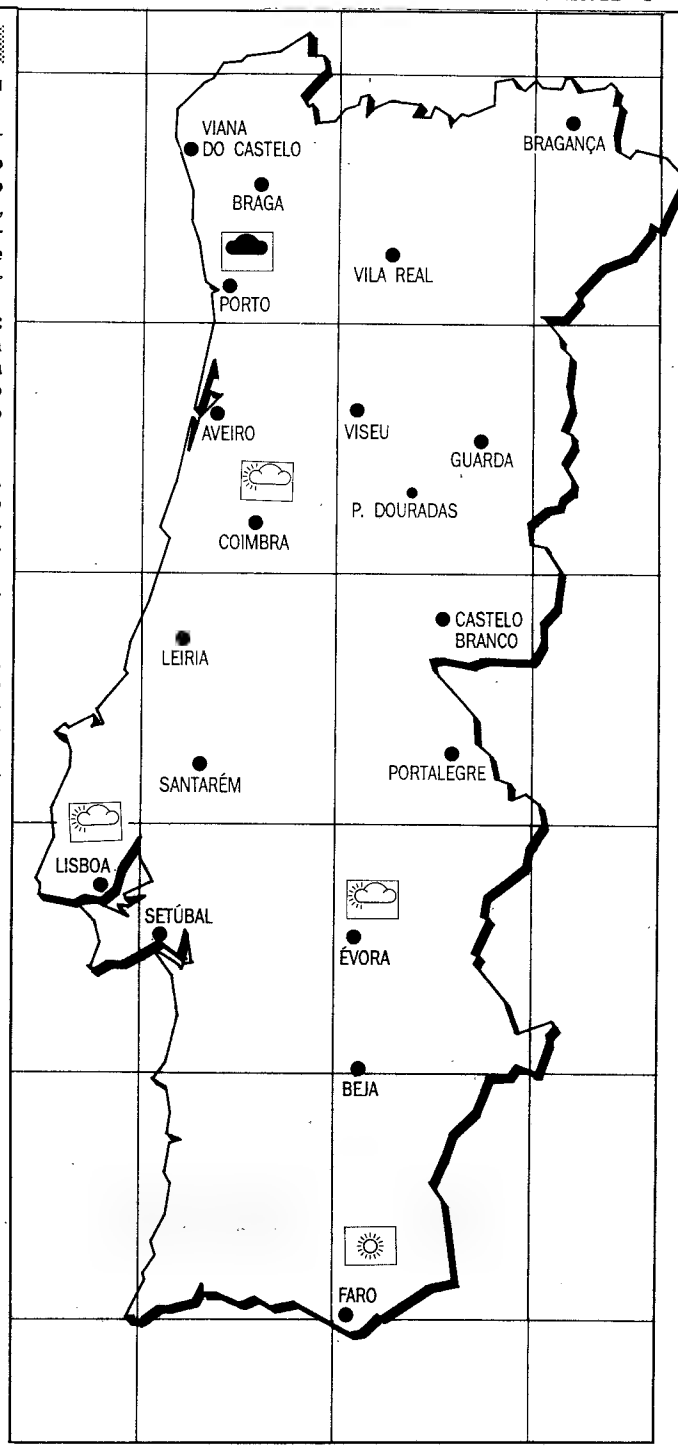
MADEIRA

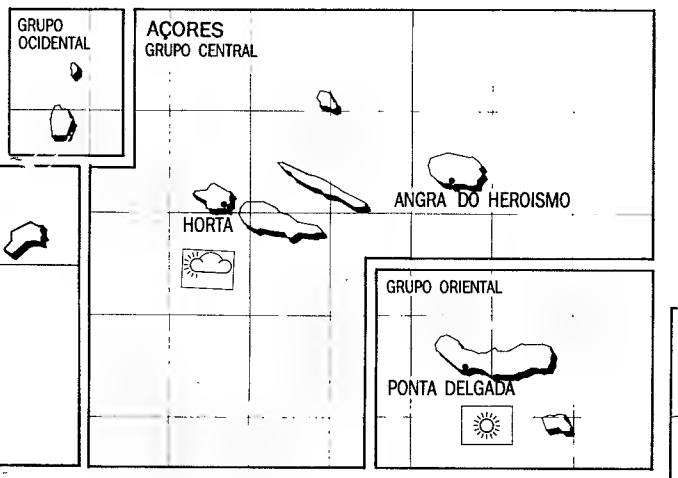
Céu geralmente pouco nublado. Vento de nordeste fraco a moderado. **Funchal:** céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco
Estado do mar - costa norte: mar de pequena vaga . Ondulação noroeste com cerca de dois metros. **costa sul:** mar encrespado. Ondulação inferior a um metro.

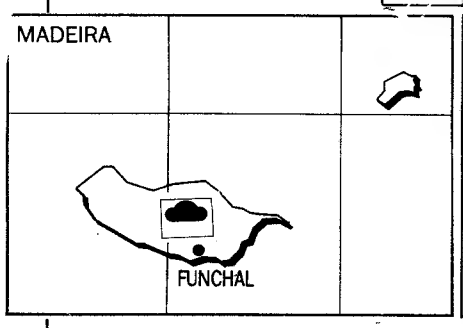
AÇORES

Grupo Ocidental e Central: céu muito nublado a encoberto. Vento de sul moderado por vezes com rajadas. Períodos de chuva.
Grupo Oriental: céu muito nublado a encoberto, com boas aberturas durante a manhã. Vento sul moderado.
Estado do mar: mar cavado. Ondulação noroeste com dois metros.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica







- Céu limpo
- Céu pouco nublado
- Céu muito nublado
- Chuva
- Trovoada
- Neve
- Vento
- Mar calmo
- Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
11.02	2.8m	04.13	1.6m
23.42	2.7m	16.58	1.6m

Amanhã

12.21	2.8m	05.31	1.6m
-----	-----	18.17	1.5m

PORTUGAL

	Min.	Máx.	Às 6 h.
Bragança	16	17	P. nub.
V. Castelo	13	14	Neblina
Vila Real	12	12	Limpo
Porto	15	16	Neblina
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	18	18	Neblina
C. Carvoeiro	19	19	Encoberto
C. Branco	19	20	Limpo
Portalegre	23	26	Limpo
Lisboa	18	18	P. nub.
Sines	–	–	–
Évora	16	16	Limpo
Beja	15	16	Limpo
Faro	20	20	Limpo
Sagres	18	18	Limpo
P. Delgada	18	21	Aguaceiros
Horta	21	21	Aguaceiros
Funchal	19	19	P. nub.

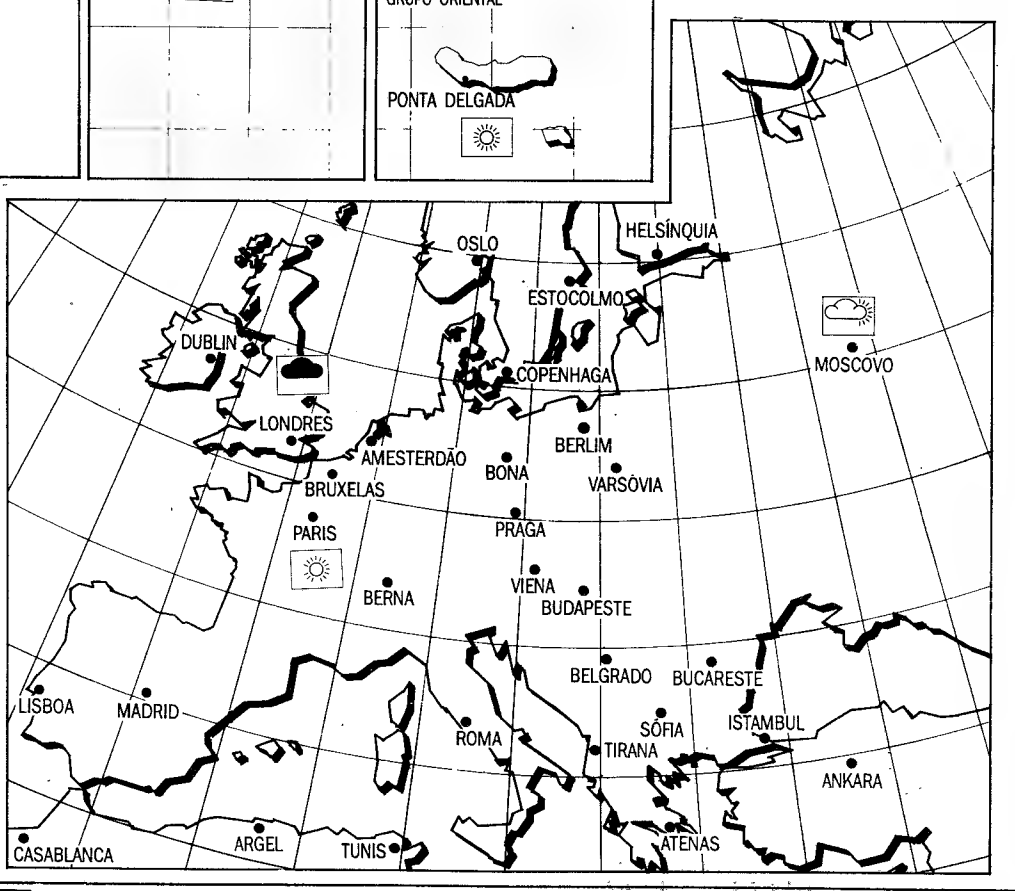
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 29; Porto, 25; Faro, 31; P. Delgada, 26; Funchal, 25.

EUROPA

	Min.	Máx.	Às 6 h.
Madrid	17	17	P. nub.
Londres	15	19	M. nub.
Paris	18	19	P. nub.
Bruxelas	15	17	P. nub.
Amesterdão	15	18	Neblina
Genebra	17	18	Neblina
Roma	21	21	Neblina
Oslo	–	16	M. nub.
Copenhaga	–	–	M. nub.
Estocolmo	13	16	Chuva
Berlim	17	19	Bruma
Viena	18	21	Bruma
Varsóvia	12	17	P. nub.
Atenas	26	27	P. nub.
Moscovo	10	16	P. nub.

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Buenos Aires	4	9	Chuva
Caracas	19	28	Nublado
Hong Kong	25	29	Chuva
Joanesburgo	6	16	Limpo
Los Angeles	16	24	Limpo
Montreal	17	27	Limpo
Nova Deli	26	36	Limpo
Nova Iorque	22	29	Chuva
Rio de Janeiro	14	20	Nublado
São Francisco	13	21	Nublado
São Paulo	–	–	–
Tóquio	24	32	Limpo



AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

SERVIÇO PERMANENTE

Alfama - Escolas Gerais: Anunciada, Rua do Vigário, 72-74, Tel. 866360; **Alto São João:** Nova Luz, Rua D. Domingos Jardo, 28-A, Tel. 8143439; **Alvalade:** Alentejo, Av. da Igreja, 28-B, Tel. 892682; **Av. República:** Cardote, Av. Visconde Valmor, 28, A-B-C, Tel. 772291; **Baixa - Coliseu:** Centro Farmacêutico, Rua Portas Santo Antão, 88, Tel. 321211; **Beneficência - Sete Rios:** Laranjeiras, Rua Filipe da Mata, 160-162, Tel. 7261035; **Cemitério Ingleses:** Urbano Freitas, Rua Silva Carvalho, 1-5, Tel. 662838; **Chile - Anjos:** Pereira Pinto, Av. Almirante Reis, 121-B, Tel. 545751; **Olivais Sul:** Marta, Rua Cidade Nampula - Ed. Paris, Lote 634, Tel. 333696; **Picheleira:** Marluz, Calçada da Picheleira, 140, B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Santo Amaro - Calvário:** Lisbonense, Rua Leão de Oliveira, 2-B, Tel. 3637020; **Telheiras Sul - Quinta S. Vicente:** Quejas, Rua Prof. Francisco Gentil, 36-A, Tel. 7584144; **Alfragide - Amadora:** Remédios, Rua Ivens, 20, Tel. 970544; **Carnaxide:** Central Carnaxide, Av. Portugal, 16-B, Tel. 4184913; **Moscavide:** Santa Bárbara, Rua Francisco M. Beato, 75-A, Tel. 2518918; **Odivelas:** Joleni, Rua Dr. Alexandre Braga, 3-B, Tel. 9310812; **Pontinha:** Leitão Ribeiro, Rua A do Falcão, 3-A, Tel. 993412.

REFORÇO

Ajuda: Moura, Travessa da Memória, 55, Tel. 3630944; **Alameda D. Afonso Henriques:** Esperança, Rua Carlos Mardel, 101-B, Tel. 882968; **Alcântara:** Vieira Rosa, Rua Prior Crato, 72, Tel. 660187; **Benfica - Estação - Uruguai:** Santa Cruz, Av. Gomes Pereira, 34-B, Tel. 704828; **Cais Sodré:** Ultramarina, Rua São Paulo, 99-101, Tel. 321771; **Campo Grande:** Nova Iorque, Av. Estados Unidos América, 140-B, Tel. 732009; **Campolide:** Oliveira, Rua de Campolide, 54-A, Tel. 684424; **Cortes - Rato:** Castro Suc., Rua São Bento, 199-A, Tel. 660513; **Encarnação:** Ascenso, Praça do Norte, 11-A, Tel. 311216; **Graça:** Monte, Rua Senhora do Monte, 30 A-B, Tel. 867842; **Marvila:** Freitas, Rua Vale Formoso de Baixo, 23-A, Tel. 381136; **São Sebastião:** Novais, Av. Luís Bivar, 11-13, Tel. 544324; **Brandoa - Amadora:** Brito, Rua 25 de Abril, Lote 32-B, Tel. 995338; **Buraca - Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36-B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Miramar, R. Ernesto Silva, 83, Tel. 2112048. Permanente; **Linda-a-Velha:** Melo Almeida, R. D. Diogo Couto, Lote 182, Tel. 4191697. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Mourão Vaz, Av. Moçambique, 18-C, Tel. 4437196. Permanente; **Parede:** Aisir, Av. Gago Coutinho, B.º Caixas Previdência, Tel. 2472948. Permanente; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Estoril:** Marques Santos, R. Ferreira J.A., 15, Tel. 260116. Até às 22 h; **Cascais:** Marginal, Av. Marginal, Tel. 280078. Permanente.

LINHA DE SINTRA

Amadora: Igreja, P. Igreja, 22-A, Tel. 4937740. Permanente; **Flama,** R. Elias Garcia, 78-B, Tel. 4932485. Até às 22 h; **Damaia:** Confiança, R. Bartolomeu Dias, Lote D, Tel. 971023. Permanente; **Queluz:** André, Av. Elias Garcia, 151, Tel. 4350043. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Guerra Rico, Av. Bombeiros Voluntários, Tel. 9244002. Permanente; **Mem Martins:** Miranda Garcia, Est. Mem Martins, 173, Tel. 9214103. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rio de Mouro:** Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 6, Tel. 9260194. Até às 22 h; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **S. Pedro de Sintra:** Valentim, Tel. 9230456. Permanente; **Loures:** Saraiva, Av. República, 86, Tel. 9830027. Até às 22 h.

OUTRA BANDA

Almada: Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A, Tel. 2750076. Permanente; **Cova da Piedade:** Cerqueira, L. 5 de Outubro, 18, Tel. 2750254. Permanente; **Monte de Caparica:** Guerreiro, Lote 31, IJ, Moinho, Tel. 2950727. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Chai, Av. Gen. Humberto Delgado, Tel. 2903218. Até às 19 h; **Feijó:** Tovar Chaves, R. Dr. Ant.º Elvas, 104-D, Tel. 2296119. Até às 22 h; **Lavradio:** Parreira, R. D. Silva Cristino, 15-A, Tel. 2042016. Até às 19 h; **Sesimbra:** Lopes, R. Cândido Reis, 21, Tel. 2233028. Até às 19 h; **Barreiro:** Pimenta, R. Cons.º Joaq. Ant.º Aguiar, 259, Tel. 2073012. Permanente; **Baixa da Banheira:** Nova Fátima, Est. Nacional, 244-B, Tel. 2040141. Até às 19 h.

MÉDICO DE URGÊNCIA

795 06 80/9

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa

AGRAVOU-SE A SITUAÇÃO EM BELFAST

AGRONOMIA: O CURSO COM MENOS CANDIDATOS

Morreu o prof. João Soares

Com 92 anos de idade, morreu esta manhã o prof. João Lopes Soares, ministro e deputado na Primeira República, figura destacada da oposição, após 1926, e sobretudo grande pedagogo, tendo fundado, além de outros estabelecimentos e instituições de ensino, o Colégio Moderno, que continuava a dirigir.

O prof. João Soares, natural de Leiria e pai dos drs. Tertuliano Soares e Mário Soares, era o último sobrevivente de qualquer dos governos existentes entre 1910 e 1926.

Greve nos portos ingleses está a chegar ao fim

Os portos ingleses estão a regressar à normalidade, com o fim da greve por parte da maioria dos estivadores.

Os sindicatos aceitaram a arbitagem do conflito por Lord Pearson, mas alguns estão renitentes no regresso ao trabalho, visto não ter sido atingido o salário de 20 libras em que consistia a meta principal da greve.

Plano Rogers não deverá ser aceite por Israel

A ameaça de abandono da coligação, caso Israel aceite o Plano Rogers, feita pelo partido Gahal, parece reduzir a zero as probabilidades de êxito da última tentativa americana para o restabelecimento da paz no Médio Oriente. Não obstante as perspectivas de solução do impasse sejam praticamente nulas, foi anunciado que o Gabinete israelita iria prosseguir a discussão do problema.

EFEMÉRIDES

1964

• A nave espacial norte-americana «Ranger-7» transmite para a Terra as primeiras fotografias de grandes planos da astronomia lunar desde Galileu.

1975

• A Turquia rejeita o pedido do Presidente dos EUA, Gerald Ford, para que sejam reabertas as bases militares norte-americanas no país, encerradas devido à questão do auxílio militar dos EUA.

1980

• O Congresso dos EUA nomeia uma comissão encarregada de estudar as eventuais ligações do Billy Carter, irmão do Presidente norte-americano, com a Líbia.

1983

• A União Cívica Radical, o segundo partido da Argentina, depois dos peronistas, nomeia oficialmente o advogado Raul Alfonsin como seu candidato presidencial às eleições de 30 de Outubro.

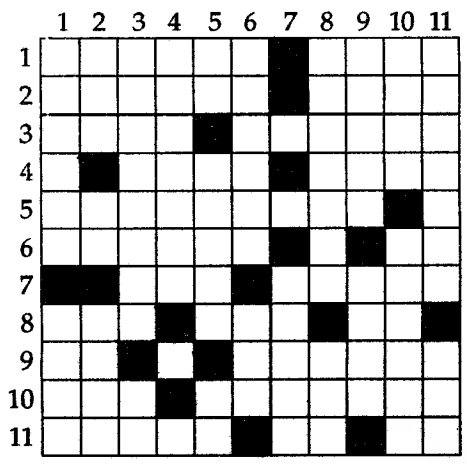
1984

• O Fundo Monetário Internacional concede a Portugal um empréstimo de 55,3 milhões de dólares (cerca de oito milhões de contos), ascendendo a 430,1 milhões (65 milhões de contos) o total de empréstimos concedidos.

1986

• Responsáveis das agências noticiosas Notícias de Portugal e ANOP assinam um protocolo de acordo tendente à constituição de uma única agência nacional, que viria a entrar em funcionamento em 1 de Janeiro de 1987, com a designação de Lusa.

PALAVRAS CRUZADAS



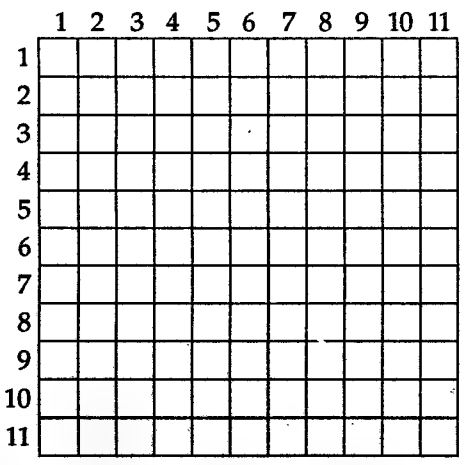
PROBLEMA N.º 17971

HORIZONTAIS:

1 - Antiga moeda que valia 20 réis. Fome (prov. trams.).
2 - Sacrificai. Adória.
3 - Título (fig.). Galinha de raça pequena (bras.).
4 - Trabalho de empar as vinhas. Físico holandês que efectuou experiências a baixíssimas temperaturas.
5 - Reunirias em maço.
6 - Trigueira. Catedral.
7 - Nome de mulher. Contudo.
8 - Aguardente de cereais. Curso de água natural e abundante. Alumínio (s.q.).
9 - O mesmo que uma (ant. e pop.). Ocultar.
10 - Mulher chinesa da classe baixa. Económico.
11 - Político romeno assassinado pelos membros da Guarda de Ferro. Seguia. O mais.

VERTICAIS:

1 - Antiga moeda de cobre com a efígie do rei. Ilha do rio Uruguai.
2 - Íntimo. Moderato. Rio do estado do Paraná.
3 - Mencionaram. Sufixo que designa estado.
4 - Cidade da Argélia.
5 - Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Cobrir de pão ralado. Deus dos pastores.
6 - Consumira pouco a pouco. O mesmo que ion.
7 - Envenena.
8 - Que se ganhou. Marisco de Cabo Verde do Senegal.
9 - Transferes para outro dia. Rasteira.
10 - Sovina (pop.). Carimbada.
11 - Lavrassem. Lista.



PROBLEMA N.º 16781

HORIZONTAIS:

1 - Cidade da Alemanha.
2 - Lavrar. Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
3 - Anel. Habitante da Malásia.
4 - Nome de mulher. Nosso senhor.
5 - Indígenas. Preposição.
6 - Desenrugaras.
7 - Em as. Abreviatura de Santíssimo. Antes do meio-dia.
8 - Caminhar. Enterrara em atascadeiro.
9 - Assinala. Seguias.
10 - Ósmio (s.q.). Cupido. Um cento.
11 - Amargo. Sufixo que designa abundância.

VERTICAIS:

1 - Vossa Alteza. Sem nome (pl.).
2 - Indignada. Lavras.
3 - Magalas.
4 - Herdade delimitada por marcos. Vi (inv.). Parte do lombo dos bovinos entre a pá e o cachaço.
5 - Alcançara com a vista.
6 - Bondoso. Serra de Portugal. Sufixo que designa estado.
7 - Ave pernalta. Apelido. Juízo.
8 - Farinha grossa, o mesmo que ralão. Gasta.
9 - Grande. Cidade da Ásia Menor, capital da Síria.
10 - Aquela que depois de morta foi rainha. Pertences.
11 - Sadios. Largo de Lisboa.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÕES DO PROBLEMA N.º 17 970

HORIZONTAIS: 1 - BEBER. ÁGUA. 2 - Amarão. Iara. 3 - Rascar. 4 - Arrumei. Hiá. 5 - V.º Relera. 6 - Isar. 7 - Aa. Acama. Um. 8 - Rocas. Tatá. 9 - Vãs. Doiro. 10 - Aca. Amouro. 11 - Sorrias. Asa.

VERTICAIS: 1 - Batávia. NAS. 2 - Em. Rosar. Co. 3 - Baar. Ovar. 4 - Urraca. 5 - Ra. Me. Casai. 6 - ORELHAS. Ma. 7 - Aiê. DOS. 8 - Ais. Reatou. 9 - Gacha. Aira. 10 - Uraí. OUTROS. 11 - Aarão. Mão.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA Nº 16 780

HORIZONTAIS: 1 - Canas. Aparo. 2.- Ataca. Irais. 3 - Musa. Uses. 4 - Pá. 5 - Amorteceram. 6 - Mo. Sa. Ele. 7 - Com. Miomas. 8 - Ta. Eco. 9 - Erin. Lusas. 10 - Oprimam. Ter. 11 - Rã. Arredara.

VERTICAIS: 1 - Campas. Teor. 2 - Atuam. Carpa. 3 - Nas. Omo. Ir. Aca. Roménia. 5 - Sa. At. Mr. Esmolar. 7 - Ais. Cai. Ume. 8 - Prevê. Ois. 9 - Aas. Rem. Ata. 10 - Ri. Sala. Ser. 11 - Osa. Mesa. Rã.

PROVÉRBIO: BEBER ÁGUA NAS ORELHAS DOS OUTROS.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA 1
Av. Almirante Gago Coutinho
T. 806496
DESAFIO TOTAL
Filme de Paul Verhoeven
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

ALFA 2
NA CORDA BAMBA
Filme de John Bradham
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 3
O TRIUNFO DO ESPÍRITO
Filme de Robert M. Young
M/16 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 4
OLHA QUEM FALA
Filme de Almy Hecherling
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 5
NINGUÉM É SANTO
Filme de Neil Jordan
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

ALFA CLUBE
Av. Almirante Gago Coutinho
T. 806496
AS AVENTURAS DE BERNARDO E BIANCA
Desenhos animados
M/ 6 anos - Às 14.00, 16.30 e 19.00,
UM CASO DE GUERRA
Filme de Patrick Duncan
M/12 anos - Às 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa - T. 691275
DESAFIO TOTAL
Filme de Paul Verhoeven
M/12 anos - Às 13.30, 16.30, 16.30, 19.30, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 2
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 3
O TRIUNFO DO ESPÍRITO
Filme de Robert M Young
M/16 anos - Às 13.45, 15.45 16.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 4
DURO DE ROER
M/12 anos - Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 E 24.00

AMOREIRAS 5
HENRIQUE V
Filme de Kenneth Branagh
M/12 anos
Às 14.00, 16.30, 19.00 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 6
NA CORDA BAMBA
M/12 anos
Filme de John Badham
Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 7
FOGO MALDITO II
Filme de Tony Randel
M/18 anos
Às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 8
CENAS DE LUTA DE CLASSES EM BEVERLY HILLS
Filme de Paul Bartel
M/16 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 9
ATA-ME
Filme de Pedro Almodovar
M/16 anos - Às 13.30 16.30, 17.30 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 10
ORQUÍDEA SELVAGEM
Filme de Zaiman King
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A - T. 763319
SONHOS DE AKIRA KUROSAWA
Filme de Akira Kurosawa
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10 - T. 776098
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 15.15, 18.00 e 21.30

CAPITÓLIO
Parque Mayer
MODELOS EM DELÍRIO
Hard-core - 1.º escalão (porno)
M/18 anos - Às 15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15 - T. 324194
007 - LICENÇA PARA MATAR
Filme de Albert R. Broccoli
M/12 anos - Às 14.15, 16.30 e 21.30

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37 - T. 533253
CANHÕES PERDIDOS
Filme de Bob Clark
M/12 anos - Às 14.00, 16.30,19.00 e 21.30
O CAÇADOR DE TUBARÕES
M/12 anos - Às 24.00

CINE PORTELA
ESTÚDIO ANUSHA
Centro Comercial da Portela
T. 9434762
UM NINJA AMERICANO - 3
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

ESTÚDIO SHEZA
INIMIGOS E AMANTES
M/16 anos - Às 15.15 e 21.15

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27 - T. 573407
DESEJO INCONTROLÁVEL
Hard-core - 1.º escalão (porno)
M/18 anos - Às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30

CINEMATECA PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - T. 546085
(Encerrada para férias reabre em setembro)

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34 - T. 549999
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

CONDES
Av. da Liberdade, 2 - T. 322523
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

ESTÚDIO
Al. D. Afonso Henriques, 35 - T. 3525133
ALWAYS - SEMPRE
Filme de Steven Spielberg
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F - T. 8487255
(Encerrado temporariamente)

FONTE NOVA 1
Est. de Benfica 503 - T. 7145088
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 14.30, 16.45 19.00 e 21.30

FONTE NOVA 2
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.45, 17.00,, 19.15 e 21.45

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo - T. 541037

AUDITÓRIO 1
JULES E JIM
Filme de François Truffaut
M/16 anos - Às 14.00, 16.00, 18.00 20.00 e 22.00

AUDITÓRIO 2
TEMPO DOS CIGANOS
Filme de Emir Kusturica
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.15 e 21.45

IMPÉRIO
Al. D. Afonso Henriques - T. 3525133
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes - T. 8480808
(Encerrado temporariamente)

KING TRIPLEX 1
R. Bulhão Pato, 1-C - T. 8480808
FÚRIA SILENCIOSA
Filme de Mark Goldclark
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

KING TRIPLEX 2
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

«Sempre», a mais recente longa-metragem de Steven Spielberg, em exibição actualmente em Lisboa

KING TRIPLEX 3
CANHÕES PERDIDOS
M/12 anos - Às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara - T. 3631162
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - às 15.15, 18.30 e 21.30

LAS VEGAS 2
ORQUÍDEA SELVAGEM
M/16 anos - Às 15.30, 18.45 e 21.45

LONDRES
Av. de Roma, 7-A - T. 801313
ATA-ME
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão - T. 538743
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

MUNDIAL 2
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

MUNDIAL 3
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.15, 16.45 19.15 E 21.45

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B - T. 574362
ASSASSINO SEM ROSTO
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

ODEON
R. dos Condes, 4 - T. 326283
FÚRIA SILENCIOSA
M/18 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

OLIMPIA
Rua dos Condes, 13 - T. 325309
ESCÂNDALO SEXUAL
Filme porno
M/18 anos
Sessões contínuas a partir das 14.00

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade T.606847
ORQUÍDEA SELVAGEM
M/16 anos - Às 13.45, 16.15, 18.45 21.15 e 23.45

PLAZA 2
DESAFIO TOTAL
Filme de Paul Verhoeven
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00.

POLITEAMA
R. Portas de St.º Antão - T. 326305
O SENADOR
Filme de Michael Thornhill
M/18 anos - Às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16 - T. 771378
AS MINHAS NOITES SÃO MAIS BELAS QUE AS VOSSAS
Filme de Andrej Zulawski
M/16 anos - Às 14.15, 16.30, 19.00, 21.45 e 24.00

QUARTETO 2
ATA-ME
M/16 anos - Às 14.15 , 16.15 18.15, 20.15, 22.00 e 24.00

QUARTETO 3
AS AVENTURAS DE BERNARDO E BIANCA
Filme de Walt Disney
(Falado em português)
M/6 anos- Às 15.00, 17.00 e 19.00
COOKIE
m/12 anos - Às 21.45 e 24.00

QUARTETO 4
UM BAR CHAMADO BLUE WATER
Filme de Peter Mastersen
M/12 anos - Às 14.15, 16.15 18.15, 20,00, 22.00 e 24.00

SÃO JORGE 1
Av. da Liberdade, 175 - T. 579144
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 15.30 , 18.30 e 21.30

SÃO JORGE 2
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 19.15 e 21.45

SÃO JORGE 3
O TRIUNFO DO ESPÍRITO
M/16 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

7.ª ARTE
Av. da República - T. 730715
OLHA QUEM FALA
M/12 anos - Às 14.45, 17.00, 19.00 e 21.45

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C - T. 804210
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

TERMINAL
Estação do Rossio - T. 371573
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 13.00, 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30

TURIM
Est. de Benfica, 723-A - T. 706666
CADILLAC COR ROSA
M/12 anos - Às 15.00, 17.30 e 21.30

XENON
Av. da Liberdade, 9 - T. 3468446
CANHÕES PERDIDOS
Filme de Gene Hackman
M/16 anos - Às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

ALMADA

ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
TOTAL RICAL
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

COSTA DE CAPARICA
CAPARICA OCEANO
Av.Gen.Humberto Delgado
T. 2905011
Sala 1
NA CORDA BAMBA
M/12 anos - Às 15.45 e 21.30

Sala 2
LAMBADA - O FOGO DA NOITE
M/12 anos - Às 16.15 e 21.45

O PESCADOR
Telef. 2905350
DESAFIO TOTAL
Filme de Paul Verhoeven
M/12 anos - Às 15.30 e 21.45

CASCAIS

CARCAVELOS
ATLÂNTIDA CINE
Telef. 246565
OLHA QUEM FALA
Filme de Amy Heckerling
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

CASCAIS
MIRAMAR
Sala 1
Telef. 2841769
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 15.30 E 21.30

Sala 2
OLHA QUEM FALA
Filme de Amy Hecherling
M/12 anos - Às 15.15 e 21.15

OXFORD
Av. 25 de Abril - T. 2865027
NA CORDA BAMBA
Filme de John Bradham
M/12 anos - Às 16.00 e 21.30

NOVA OEIRAS
CINE PALMEIRAS
Telef. 2479144
Sala 1
ORQUÍDEA SELVAGEM
filme de Zaiman King
M/16 anos - às 15.15 e 21.30

Sala 2
DESAFIO TOTAL
M/12 anos - Às 15.30 e 21.45

OEIRAS
ALTO DA BARRA
Av. das Descobertas - T. 4439759

Sala 1
CANHÕES PERDIDOS
Filme de Bob Clark
M/12 anos- às 15.15 e 21.30

Sala 2
ATA-ME
Filme de Pedro Almodovar
M/16 anos - Às 15.30 e 21.45

SINTRA

AMADORA
BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia - T. 4934871
DESAFIO TOTAL
Filme de Paul Verhoeven
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

CACÉM
ESTÚDIO FLORES
Telef. 9147570
REGRESSO AO FUTURO II
Às 15.00 e 21.30

QUELUZ
KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
Sala 1
OLHA QUEM FALA!
M/12 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.15

Sala 2
O JOVEM EINSTEIN
Filme de Yahoo Serious
M/12 anos - Às 15.15, 18.15 e 21.30

Sala 3
CANHÕES PERDIDOS
Filme de Bob Clark
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.45

TEATROS

LISBOA

COMUNA
P. de Espanha - T. 7260818
De 3ª a Sáb. às 21.30
Dom. às 17.00
SALA NOVA
O ESTRANGEIRO EM CASA
De Richard Demarcy

MARIA VITÓRIA
Parque Mayer - T. 3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e 22.45.
Domingos e Feriados, também às 16.00
VITÓRIA! VITÓRIA!
De Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga, Nuno Nazareth Fernandes
e Fernando Ribeiro.

RITZ CLUBE
R. da Glória - T. 325140
Sexta e Sáb. às 22.00
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA
Encenação de Mário Viegas

RÁDIO

ANTENA 1
Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral - e 99.4 em FM - Zona de Lisboa
14.00: O Linho e a Seda; **15.00:** Praça dos Sons; **17.00:** Antena 1 - Regiões; **17.15:** Porto d'Abrigo.

Onda Média e FM Estéreo
14.00: Antena 1 - 14/17; **17.00:** Sete Mares; **19.00:** Informação e Música; **20.00:** No Estúdio e no Estádio; **20.15:** Musical; **20.30:** A Voz da Solidariedade; **21.00:** Diálogo; **21.30:** Imaginário. Noticiários de hora a hora.

ANTENA 2
FM 2 - Estéreo
17.00: Horizontes - Programa da URTI; **17.30:** Sonata para Violino e Piano, em La maior de César Franck; **18.15:** Ângulos e Reflexos; **19.00:** Integrais - As sonatas para violino e piano de Beethoven; **19.10:** Álbum Musical. Obras de Tchaikovsky, Rossini, Mussorgsky, Puccini, Johann Strauss, Samuel Barber e Maurice Ravel, Bellini, Beethoven e Erik Satie; **20.10:** Álbum Musical (cont.); **20.45:** Esta Madrugada na Antena 2; **21.00:** Da Broadway ao West End - O Musical; **22.00:** Concerto Barroco: António Vivaldi; **23.00:** Eurorádio; **00.35:** Obras da Primeira Metade do Século XX; **01.20:** Obras da Segunda Metade do Século XX; **02.00:** Música na Madrugada em Disco Compacto. Noticiários de hora a hora.

COMERCIAL
Onda Média 283, 290 e 397 m
16.30: Quando o Telefone Toca; **17.00:** Contacto; **19.00:** Jornal; **19.30:** Quanto o Telefone Toca; **20.00:** Praça de Táxis; **21.00:** Pela Estrada Fora; **22.00:** Religiosos; **22.15:** Desporto; **23.00:** 24ª Hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz
18.00: RDS - Rádio das Seis; **21.00:** Mercador de Sonhos; **00.00:** A Noite Passada; **01.00:** Som da Frente; **03.00:** Quem Tramou o Locutor. Noticiários de hora a hora.

RENASCENÇA
Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM
15.00: Hora da Música; **16.00:** Banda da Amizade; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** A Viagem Continua; **20.00:** Jornal das Vinte (Inf. Religiosa); **20.10:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Sequência; **22.00:** Universidade Aberta; **22.30:** Bola Branca; **23.30:** Suplemento Especial da BBC; **23.55:** Meditando.

RFM - Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo
15.00: Fórmula Três; **18.00:** Idelafix; **19.00:** Atlântida; **20.00:** Serra de Estrelas; **22.00:** Oceano Pacífico.

SNOOPY POR SCHULZ

CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

14.40 - LARRY CARLICN
15.40 - DOCUMENTÁRIO
«Lisboa»
16.05 - PAIS E FILHOS
17.10 - O MUNDO ANIMAL
Os antílopes africanos atingem, por vezes, um metro de altura. Esbeltos, como todos os mamíferos desta espécie, estes antílopes não são, no entanto, todos iguais, uma vez que existem subespécies, tais como a «gazella licht» a «cabra-de-leque» e a «gazela-girafóide» (que constituem as três subordens de antílopes de África).
17.30 - BRINCA BRINCANDO
18.35 - OS MARRETINHAS
19.00 - ESPECIAL VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA
(2.ª Etapa Loulé/Monte Gordo)
19.30 - JOGO DE CARTAS
20.00 - TELEJORNAL
20.30 - BOLSA DIA A DIA
20.35 - O TEMPO
20.40 - BOLETIM AGRÁRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
20.45 - RODA DE FOGO
21.40 - CLUBE DOS SUBSCRITORES
22.10 - PRIMEIRA PÁGINA
23.10 - SARACEN
00.10 - 24 HORAS
00.40 - REMATE

RTP-2

14.45 - FILHOS E FILHAS
15.10 - AGORA, ESCOLHA!
Bloco A: «Justiceiro»
Bloco B: «Quem Sai aos Seus» e «Casa de Irene»
16.35 - OS NOVOS CAÇA-FANTASMAS
17.00 - JOGOS DA AMIZADE/1990
18.30 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
19.10 - ESPAÇO INFANTIL
«Paulus o Duende»
«Lucas o Filho»
19.50 - VIA RÁPIDA
20.00 - CLÁSSICOS DA TV

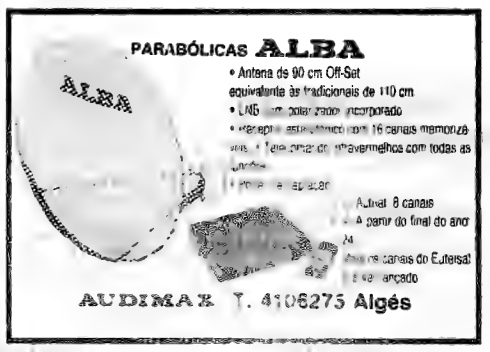
«Édipo Rei» filme de Pier Pasolini (na foto) RTP 2 - 21.50

«Ruas de S. Francisco»
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMAGAZINE
21.30 - CINEMADOIS
«Édipo Rei»
Numa cidade fortificada, um jovem oficial contempla, com ódio, o seu filho recém-nascido. O bebé Édipo é abandonado no deserto por ordem do seu pai, o reio Laio, de forma a evitar o cumprimento de uma profecia, segundo a qual mataria o seu pai e casaria com a própria mãe. Salvo por um pastor do deserto, Édipo é educado na corte do rei Pólido como seu próprio filho.
Um filme de Pier Paolo Pasolini, com Franco Citti, Silvana Mangano, Carmelo Bebe, Julian Beck e Alida Valli.
Fotografia: cor.
Duração: 100 minutos.
23.40 - ENCERRAMENTO DA EMISSÃO

AMANHÃ

RTP-1

09.00 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - A GATA COMEU
6.º episódio
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA DIA A DIA
13.30 - CLÍNICA GERAL
20.º episódio
14.20 - ESTRADA LARGA
5.º episódio
14.45 - BOB DYLAN — HARD HAMDLE
15.40 - A CASA DE IRENE
16.40 - ACÇÃO EM MIAMI
17.00 - O MUNDO ANIMAL
24.º episódio
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - OS MARRETINHAS
21.º episódio
19.00 - ESPECIAL VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA
19.25 - JOGO DE CARTAS
20.00 - TELEJORNAL
20.30 - BOLSA DIA A DIA
20.35 - O TEMPO
20.40 - BOLETIM AGRÁRIO
20.50 - RODA DE FOGO
28.º episódio
21.45 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
22.05 - LOTAÇÃO ESGOTADA
Star Treak II: A Ira de Khan
00.25 - 24 HORAS
00.10 - MADONNA EM CONCERTO



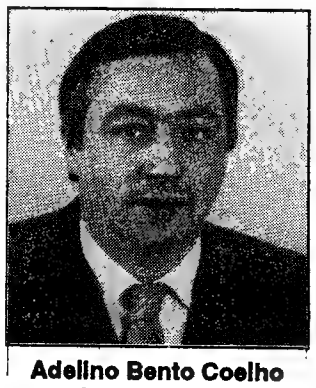
RTP-2

14.00 - PRIMEIRO JORNAL
14.30 - ESPAÇO INFANTIL
14.45 - FILHOS E FILHAS
15.10 - AGORA, ESCOLHA!
16.30 - O LICEU DEGRASSI
17.00 - JOGOS DA AMIZADE/1990
18-30 - MEU PÉ DE LARANJA LIMA
160.º episódio
19.10 - ESPAÇO INFANTIL
19.55 - VIA RÁPIDA
20.00 - RUA DE SÃO FRANCISCO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - FUGA DO DESESPERO
22.25 - SERVIÇOS SECRETOS AMERICANOS
23.15 - DESFILE DA MODA ITALIANA

«É hipócrita defender um estatuto de plena cidadania para os nossos emigrantes se, paralelamente, não fizermos o mesmo em relação aos imigrantes»

José Apolinário, «Diário de Notícias», 30.07.90

A PERGUNTA DO DIA



Adelino Bento Coelho vice-presidente do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas

Quais as prinicpais acções de apoio aos emigrantes que vão ser levadas a cabo durante este Verão?

«O Instituto e a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas estão a desenvolver uma série de iniciativas. A Operação Fronteiras, que consiste em acções de acolhimento nas fronteiras e zonas de descanso situadas em Espanha, é uma delas. Existem também os Seminários de Verão, que decorremem várias universidades, e nos quais participam este ano 80 portugueses residentes em vários países. Decorre igualmente uma iniciativa designada Classes Transplantadas, na qual 33 classes onde estão integrados portugueses virão a Portugal para tomar contacto com a nossa realidade. Uma das grandes apostas deste Verão será na formação profissional. Nesse sentido, 14 jovens poderão fazer cursos de formação de dirigentes associativos, está a ser lançado um programa de formação, apoiado pelo Fundo Social Europeu, e destinado a jovens e adultos que habitem na Europa Comunitária. Alguns jovens poderão fazer estágios em empresas portuguesas durante as férias. Está ainda a proceder-se à constituição de comissões mistas e à assinatura de protocolos de formação profissional para portugueses residentes no estrangeiro. No âmbito recreativo, de destacar as Férias Jovens e o Triângulo Português.»

Quarta-feira no

Diário de Lisboa

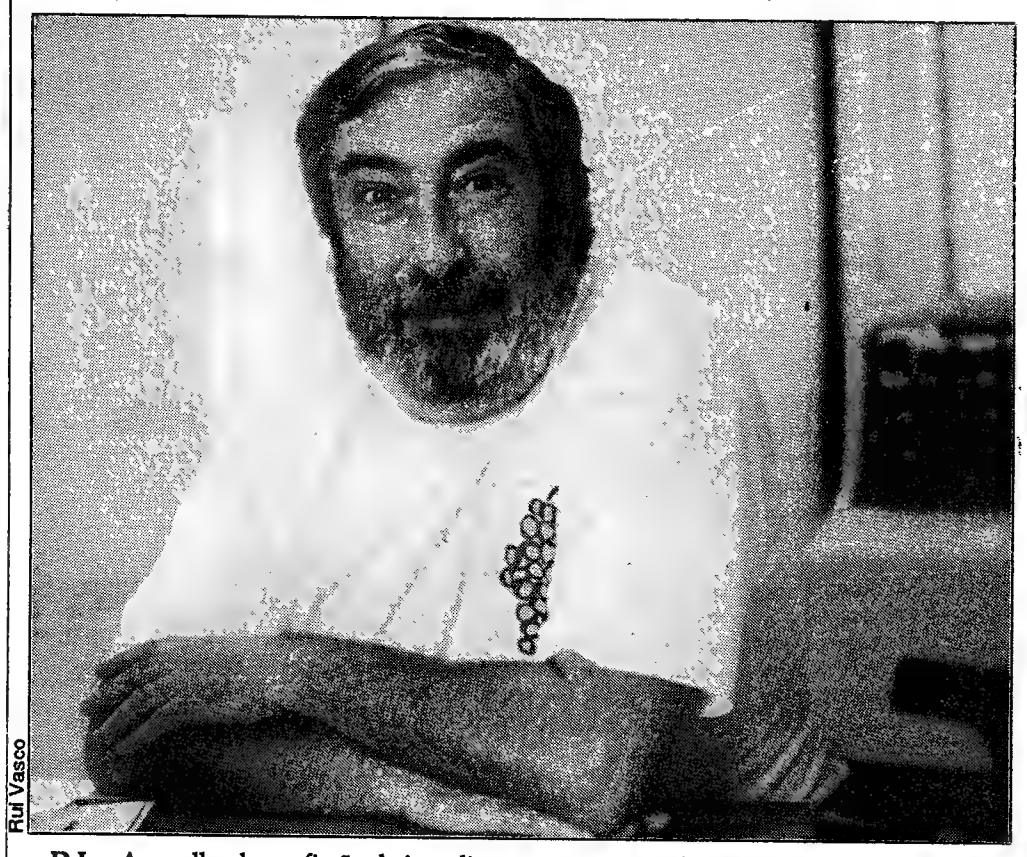
Patologias de Verão

Albano Nunes escreve sobre Fidel e Cuba socialista

ENTREVISTA

Fernando Assis Pacheco, jornalista há quase três décadas, faz poemas nas horas vagas. A sua grande popularidade vem, contudo, do concurso «A visita da Cornélia» e ainda hoje, 13 anos depois, as pessoas se lembram disso

«Sou um poeta tardio»



Rui Vasco

D.L. - A escolha da profissão de jornalista teve a ver com a sua paixão pela escrita?

F.A.P. - No meu caso foi a profissão que me escolheu. Tirei um curso de filologia românica, praticamente inútil, porque nunca me senti habilitado a dar aulas. Depois de licenciado, ainda tentei ir para um leitorado para a Austria, jamais tive resposta. Eu tinha muito pouco tempo para decidir a minha vida, estava casado, era já pai de uma filha e meia, quando me surgiu a oportunidade do «Diário de Lisboa». Experimentei. Sabia que tinha uma certa desenvoltura na escrita, mas não sabia se se aplicaria ao jornalismo. Para minha surpresa, adaptei-me de tal maneira que 15 dias depois já não era emendado.

D.L. - No entanto, não era a sua primeira experiência jornalística. Quando era miúdo já tinha feito o «Micróbio»...

F.A.P. - O «Micróbio» era um jornal grátis, de exemplar único, feito nas folhinhas das agendas que o meu pai recebia como médico. A maior parte dos números foi lida apenas por mim. Num caso ou outro o meu pai terá lido... O jornal era diário e às vezes bidiário, ou tridiário, dependia do tempo. Tinha sempre uma crónica, uma anedota ou duas, noticiário desportivo e coisas sortidas. Foi enterrado na adolescência, quando me comecei a tornar nessa coisa hedionda chamada homem, e a colaborar, esporadicamente, na revista «Vértice», escrevendo sobre filmes e livros. Em Luanda, sem que os militares dessem por isso, colaborei no «ABC», onde deixei duas ou três dezenas de críticas de cinema. Quando voltei da tropa, esperava ser muita coisa menos jornalista. Mas foi a melhor profissão que me podia ter calhado.

D.L. - Quer dizer que, neste momento, já não gostava de ter sido outra coisa...

F.A.P. - Não, nem reitor da Universidade, nem secretário de Estado. Fico muito bem como jornalista.

D.L. - E como poeta?

F.A.P. - Isso é uma vida paralela. Comecei a escrever muito tarde para os hábitos dos portugueses. Não fiz versos na adolescência e entrei na Universidade sem jamais ter escrito um verso, porque me achava completamente incapaz. Só que, antes de ir para Letras, andei um ano em Direito, e chumbei gloriosamente. Era tão mau aluno e tinha tão pouca apetência, que me sentia obrigado a preencher o meu tempo com algo de útil. Levava umas folhas para a aula e ia escrevendo. Ainda me lembro que a minha primeira versalhada era um «poema» narrativo sobre um pinheiro que havia numa quinta do meu avô materno. Só em 1963, com 26 anos, é que publiquei o primeiro livro e em 1972, o segundo. Portanto, sou um poeta tardio.

D.L. - Neste momento está a escrever alguma coisa?

F.A.P. - Escrevo muito pouco porque a profissão deixa-me algum tempo mas não me deixa gasolina para pôr no motor. No ano passado escrevi um ciclo que se chama «Desversos» e aí apareceu-me uma personagem, um pouca louca... Este ano ainda não escrevi nada.

D.L. - Que memória guarda da sua participação na «Visita da Cornélia»?

F.A.P. - A minha cunhada é que resolveu concorrer em meu nome. Como havia poucos postais para a sessão, fomos escolhidos. Fiquei em pânico mas, por gentileza para com ela, meti-me nisso. Tinha muito pouco tempo, mas lá nos safámos e foi divertidíssimo.

D.L. - Conseguiram ficar oito semanas no podium. Porque desistiram?

F.A.P. - Primeiro porque as férias estavam à porta, e depois porque aquilo estava a ficar muito profissional. Eu não queria mais do que divertir-me e divertir as pessoas. A minha cunhada ficou levemente zangada comigo, mas acho que saímos na altura certa. Ainda hoje, por vezes, sou reconhecido como aquele senhor que entrou na Cornélia. Tratam-me pelo nome errado, mas lembram-se.

D.L. - Na altura, dedicou uns versos a um soldado morto na guerra colonial, que geraram uma grande polémica....

F.A.P. - Foi uma polémica desgraçada. Era um poema sério sobre o único soldado do meu batalhão que morreu em Angola. Foi um soco no peito das pessoas. Quem não gostou foi o então comandante da Região Militar Centro, o general Hugo dos Santos, que achou que eu estava a ser desprimoroso para com as Forças Armadas e esteve na iminência de fazer uma nota oficiosa. Eu creio que o problema, na verdade, teve a ver com o boi de madeira a quem chamei o Tenente Cornélio. Foi muito desagradável.

D. S.

Pátrias

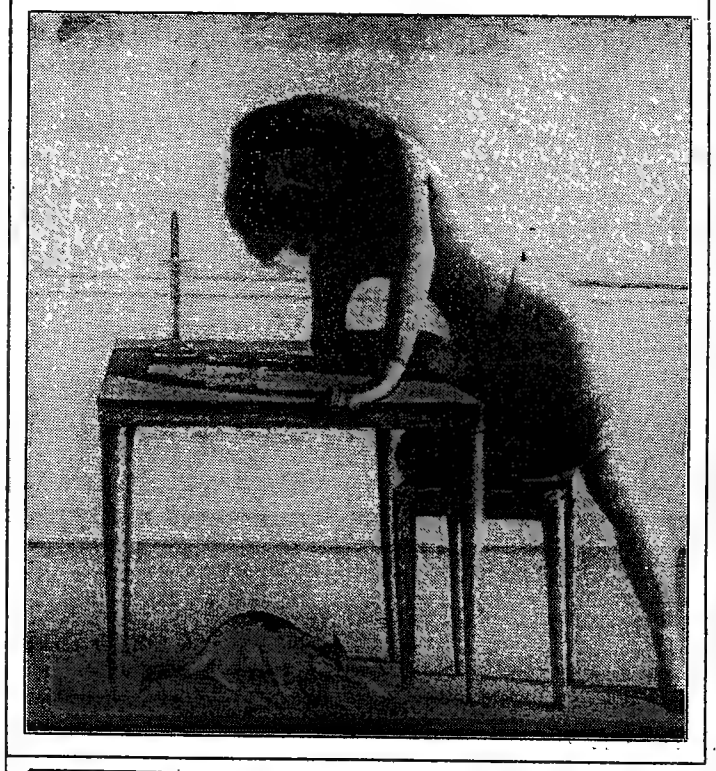
Já se sabe que para Pessoa a pátria era a língua portuguesa. Eu teria aliás alguma coisa a dizer sobre isso - assim se explica o típico sentimento do apátrida, de uma «pátria» não natural mas cultural - mas fica para outra oportunidade.

Várias pátrias temos. Pois conheço uma senhora cuja pátria é as Amoreiras. Quem diria: bendita instituição. Antes da sua abertura, essa senhora enclausurada na sua casa, depressiva, angustiava-se, partilhando a vida com gatos e pássaros, desligando o telefone e a campainha da porta, caminhando entre a mesa e a janela, entre a janela e a mesa, limpando todas as sextas-feiras a baixela de prata nunca usada, cada saída perturbada de terror, de adiamentos, de hesitações dolorosas, de crises graves, eventualmente uma ida ao veterinário por causa de um gato, mesmo fazer compras no merceeiro da frente, ou a missa de domingo. Cinema, nunca, avenidas, nunca, a última amiga de infância moradora em Olivais, distante e perigosa.

Auto-sequestrada até à era Amoreiras. Não sei como nem porquê adoptou este centro comercial, aí sente-se segura, como que uma segunda casa, adora-a como Amoreiras-dependente; aqui dá os seus passeios, faz as suas compras, desempenha a vida comunitária, sobe e desce a paisagem, cultiva os corredores, as lojas são os seus manuais, a cultura e a civilização, conhece os recantos da casa de Taveira melhor do que ele próprio, não há uma vitrina, um serviço de segurança que lhe escape, actualiza-se, embora nunca compre nada, nem um *croissant*..

Amoreiras, o seu oásis, a sua hipóstase, o seu território social, o seu Changri-lá espiritual, o seu mundo feito de solidão. Sua pátria.

Jorge Listopad



A.M.A. Auto Monumental do Areeiro S.A.

CONCESSIONÁRIOS VW Audi

AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8

1000 LISBOA

Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE
ECONOMIA
Diário de Lisboa

Vocacionado para a formação de jovens com elevado potencial para a actividade empresarial, este projecto justificou-se. O desafio, agora, é o de institucionalizar a aprendizagem do empresariado e ultrapassar a lusitana característica do "jeito para o negócio"

Projecto JEEP venceu e vai ser exportado

Graças aos êxitos conseguidos pelas diversas edições do projecto JEEP (Jovens Empresários de Elevado Potencial), os seus responsáveis preparam-se para reduzir a sua periodicidade para anual e exportar a sua experiência.

Idealizado por Miguel Cadilhe e materializado por Almor Viegas, no quadro do BPA, este projecto, que é já uma realidade com quatro edições feitas, tem por objectivo a difusão de valores de uma nova cultura empresarial a jovens dispostos a ser patrões de si próprios.

Como diz Almor Viegas: «Só ensinamos a quem tenha uma profunda vontade de independência, porque não queremos criar mentalidade de bolseiro ou dar a ideia que tudo isto assenta na obtenção de subsídios ou fundos perdidos».

Sobre as 40 empresas que os 57 JEEP proclamados nas três primeiras edições criaram, com três milhões de contos de capital social e que originaram 907 empregos, este responsável diz que «são empresas do novo tipo, de um mundo novo, da terceira ou quarta vaga no sentido do Toffler, que vendem inteligência lá para fora».

O êxito alcançado leva-o a prever, para breve, «a institucionalização da aprendizagem do empresariado», uma vez que empresário é diferente de gestor: «É a diferença entre responsabilidade repartida e subalternidade». Outro argumento no sentido daquela institucionalização é a constatação que «toda a sociedade portuguesa vivia à margem da necessidade de ter empresários preparados». Contentava-se com «o chamado jeito para o negócio».

O facto de haver uma clara predominância do Sul entre os participantes (dos 22 candidatos, 12 são de Lisboa e só três do Porto), apesar do tecido empresarial ser mais denso no Norte, como observa, é explicado, de algum modo, pelo facto de o despertar para o empresariado ser «feito muito mais cedo no Norte, onde o pai, o vizinho ou o primo são empresários, do que em Lisboa, onde predominam os funcionários».

O programa JEEP surge assim como «o meio adequado para facilitar o caminho a alguém que quer ser empresário sem ter a cultura familiar ou o ambiente».

Com efeito, dos quatro candidatos a JEEP com que falámos, sobressaiu a força de vontade, independência, espírito crítico, incapacidade de conviver com rotinas burocráticas e uma grande motivação para ultrapassar os obstáculos.

Segundo Isabel Marques, a única mulher candidata, esta formação, com toda a dificuldade que teve, foi, ainda assim, o mais fácil: «Lá fora, é a *selva*». Mas, como diz, «*fazer coisas* é quase um imperativo de quem tem os conhecimentos», porque «ficar parado é um crime».

Centrais

JEEP desbrava «elevado potencial» de jovens

Operação Real Companhia rodeada de secretismo

A Casa do Douro comprou ou não 40 por cento do capital da Real Companhia Velha? Numa altura em que o negócio é contestado por organizações do sector, na Régua o secretismo parece, de facto, ser a alma do negócio, embora sejam insistentes as informações de que a transação não terá tido lugar por falta de suporte financeiro.

Para já, embora haja quem diga que a compra defenderia os produtores, outros sectores denunciam o conflito de interesses, já que compete à Casa do Douro controlar tudo o que se refira ao vinho da região, com implicações no próprio vinho do Porto.

Pág. 2

Combustíveis: tripla jogada do Governo português *Pág.3*

Economia de mercado e os mundos da ficção - A análise de Geraldo Dias *Pág.3*

Eficiência energética paga-se a si própria *Pág.6*

Internacionalização da economia portuguesa marca estratégia para anos 90 *Pág.7*

Os anunciantes querem saber se investem correctamente *Pág.8*

AGROPROMOTORA
CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS
PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA
RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX — 7935417 — 1600 LISBOA

ECONOMIA

A Casa do Douro poderá não ter fechado o negócio, por falta de capacidade financeira. Se outros agentes do sector se preparam para a luta e querem ver a questão clarificada, na Régua o silêncio continua a ser de ouro. Mas a situação comprova a urgência de uma organização interprofissional

Compra da Real Companhia rodeada de secretismo

Depois de uma chuva miudinha, boa para «engrossar» a uva, desabou uma tempestade sobre o Douro. A tentativa de compra de 40 por cento do capital do grupo Companhia Velha, pela Casa do Douro, o papel por explicar do Governo nesta situação, os protestos levantados por organizações do sector, a própria posição assumida pelo Instituto do Vinho do Porto apontam para que, talvez agora, possam ser conjugados interesses estratégicos e particulares e seja criada a desejada organização interprofissional. Por explicar continua, contudo, o secretismo da operação, uma vez que tudo aponta para que a operação não tenha sido concretizada.

No início esteve o conhecimento da tentativa de compra, por cerca de oito milhões de contos, da parte detida pela Cofipsa - empresa controlada maioritariamente por Carlo De Benedetti - na maior sociedade do ramo, a Real Companhia Velha, o que permitiria à Casa do Douro passar a ser parte comercial interessada numa área onde lhe compete fazer o controlo oficial. Depois da compra ser dada como uma realidade, fontes financeiras e do sector garantiram ao DL que não se realizara, uma vez que a Casa do Douro não terá conseguido as necessárias cauções financeiras, o que não impede que a AEVP garanta que, a ser verdade, mesmo assim a situação não ficou desagravada. Conforme afirmam, a tentativa feita pela Casa do Douro obriga a que tudo tenha de ser clarificado, «pois nada garante que, mais tarde, este ou outro negócio não seja feito».

O papel da Direcção da Casa do Douro tem sido dúbio. Contactada insistentemente pelo DL, afirmou, pela voz de um seu vice-presidente, que iria pronunciar-se a tempo de incluir a sua posição neste artigo. Até à noite de ontem foi protelando qualquer resposta, mas sempre deixando a expectativa de que ela seria dada, até que, finalmente, um porta-voz declarou não ser possível prestar declarações, que serão feitas amanhã em conferência de Imprensa.

A interpretação feita é de que se confirma a falta de condições financeiras que a Casa do Douro poderá estar a tentar ultrapassar, em cima da hora. A ser assim, deixa tempo e espaço de manobra a quantos se declaram contrários à operação financeira, que continuam a recorrer aos mecanismos legais, nomeadamente à tutela ministerial.

Vozes contra

Logo que começaram a circular informações sobre a tentativa de compra, diversas organizações do sector, nomeadamente a AEVP - Associação dos Exportadores de Vinho do Porto e a Anceve, efectuaram diversas diligências para alertar a opinião pública e o Governo para o que consideraram incompatibilidade de actividades.

Desde a passada quinta-feira que as atenções se concentraram nesta possível transacção, sendo opinião que poderá ser bom, para a Casa do Douro, a não concretização do negócio, uma vez que a Real Companhia atravessa uma situação «que não é famosa».

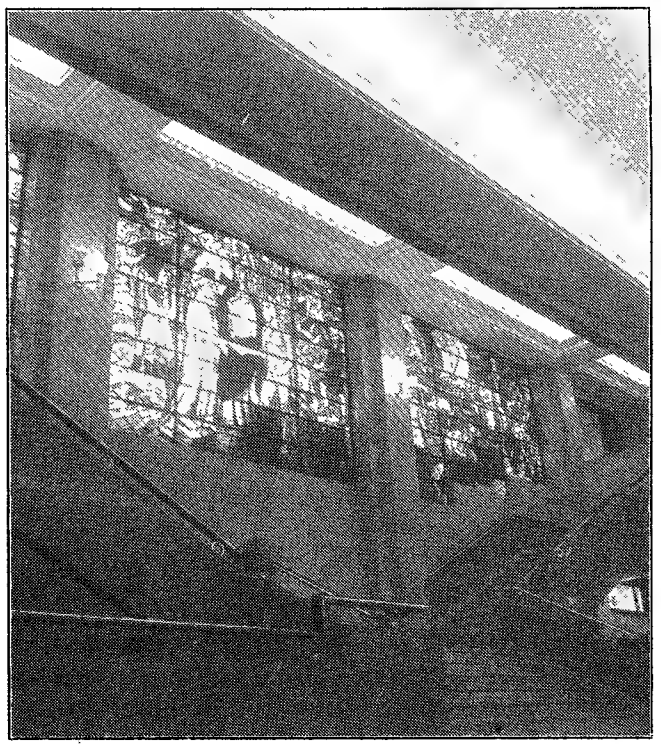
A altura escolhida para a proposta deste negócio parece ter sido «oportuna», já que não só muitos dos membros que integram o Conselho Geral da Casa do Douro estavam ausentes, como o próprio secretário de Estado da Alimentação, que tutela o sector, se encontra de férias. Mas o facto de Silva Reis, cuja família é a detentora da maioria do capital da Real Companhia, ter sido recebido, no princípio da passada semana, por Cavaco Silva, levantou dúvidas quanto à possível «capa» que o primeiro-ministro poderia ter lançado sobre a operação.

Operação que os sectores contestatários consideram como incompatível com o estatuto da Casa do Douro. A aguardar resposta do Governo, mantiveram a expectativa sobre um negócio que daria à Cofipsa um lucro aproximado de dois milhões de contos, já que esta sociedade financeira comprou, por seis milhões, os 40 por cento do capital da Real Companhia, em Novembro do ano passado.

Quando, a 17 de Julho, se reuniu o Conselho Geral do Instituto do Vinho do Porto, para tratar da vindima deste ano, Silva Reis foi questionado sobre as suas intenções de compra, altura em que referiu que, devido às más relações com a Cofipsa, não saberia se iria à compra. Na mesma sessão defendeu, porém, que o preço do mosto deveria ter um aumento de 20 por cento, no que foi secundado pela própria Casa do Douro, que apontou para uma subida de cerca de 18 por cento.

Perspectivas e desagrado

Se o hibridismo dos novos estatutos da Casa do Douro, aprovados em Setembro passado por decreto-lei, institucionaliza a autonomia da gestão que deixara de ter, o seu carácter corporativo manteve-se. Enquanto que, estatutariamente, lhe compete o controlo, disciplina e fiscalização dos produtos vínicos, a Casa do Douro, cujo lema é «Pela verdade do vinho», não deixa de afirmar que «procurará promover o desenvolvimento de outras actividades que, embora não ligadas directamente à vitivinicultura, possam criar melhores condições de vida a quem na região labuta», tendo também como alvo diversificar as suas fontes de receita.



Casa do Douro no centro da tempestade

Essas fontes de receita poderiam passar pela compra da parte em causa da Real Companhia. As quotas que a Casa do Douro pretende exportar, somadas aos 20 por cento da totalidade do vinho do Porto exportados pela Real Companhia, apontavam para um valor conjunto de 40 por cento das vendas para o exterior, o que é considerado como uma força de que a lavoura precisa para impor os seus preços, principalmente junto dos exportadores.

Contudo foram diversas as cooperativas e os lavradores que contestaram a acção da Casa do Douro, já que, como afirmado, a esta compete não só a atribuição do benefício do vinho a melhorar, como é ela quem faz a classificação dos diversos tipos de vinha e atribui, aos vinhos de pasto, o selo de garantia da região do Douro. É aqui que surge a incompatibilidade, já que a tornar-se sócia da Real Companhia esta passaria a ser o grande interlocutor, com a Casa do Douro a fiscalizar uma área onde teria interesses económicos.

E enquanto as associações de comerciantes e exportadores garantem que não irão deixar o assunto morrer, pelo que irão pedir reuniões com o ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, a AEVP, associação de que a Real Companhia deixou de fazer parte a 8 de Agosto de 1979, veio a terreiro e, para além de afirmar que se desvincularia das intenções de compra manifestadas para a próxima vindima, continua aparentemente preparada para, caso considerar oportuno ou necessário, accionar os mecanismos comunitários, se tal for «a última esperança de podermos vencer as condições extremamente desfavoráveis que serão criadas ao vinho do Porto».

A Anceve - Associação do Norte dos Comerciantes, Industriais, Produtores, Engarrafadores, Vinicultores e Exportadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas também alertou os órgãos do Poder para a situação, tendo defendido, na altura, que, a confirmar-se a compra de parte do capital da Real Companhia, a Casa do Douro deveria «cessar imediatamente as funções de controlo oficial», devendo ser criada, em substituição, «uma comissão vitivinícola regional, com representação paritária do comércio e da produção, para a qual deverá ser transferido o património que a Casa do Douro acumulou ao longo dos anos da sua existência, decorrente das suas funções oficiais».

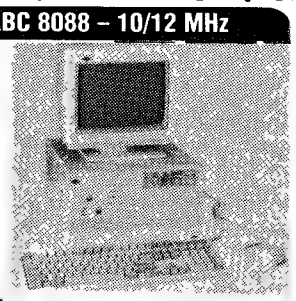
Se o Instituto do Vinho do Porto, que não foi formalmente consultado sobre o negócio, reconheceu que a compra seria «algo que, por um lado, se não enquadra nas suas competências e atribuições e que, por outro, extravasa também o mais elementar bom senso» para quem conheça o sector, já os exportadores continuam a afirmar a sua preocupação, sem saberem o que se irá passar, uma vez que o IVP delegou na Casa do Douro o seu papel e mantém uma reserva que será compreensível pois que, se esta for afastada, o Instituto terá de ocupar as suas funções, no que parece não estar interessado.

Almeida Henriques

abc — INFORMÁTICA, LDA.
Rua dos Sapateiros, 160-2.º • 1000 LISBOA
Telefs. 32 50 70 - 34 59 40 — Telex ABCINF 13348 P — Fax 346 22 40

CAMPANHA DE VERÃO

ABC 8088 – 10/12 MHz



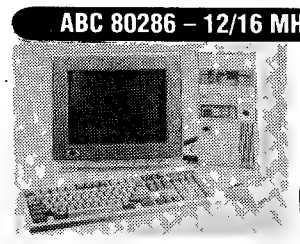
ABC 8088
— Compatível PC XT
— CPU 8088-1 (CPU V20)
— 4,77/10 (12) Mhz
→ **10 Mhz – 1 mb RAM 12 MhZ – 640 Kb**
— Drives de 5¼" ou 3½"
— Portas série e paralelo
— Carta monocromática
— Teclado 102 teclas
— Monitor monocromático
– **Mouse Opcional**

PREÇO: ABC 8088 — 10 Mhz ..... 108 000$00
— 12 Mhz ..... 116 000$00
Com HD 20 mono ..... 145 000$00

ABC 80286
— Compatível PC AT
— CPU 80286-12/16 Mhz
→ **1 Mb RAM**
— Drives de 5¼" ou 3½" — Alta densidade
— Portas série e paralelo
— Relógio em tempo real/calendário/CMOS W/Bateria
— Carta monocromática (VGA opcional)
— Teclado 102 teclas
— Monitor monocromático
– **Mouse Opcional**

PREÇO: ABC 80286 — 12 Mhz ..... 175 000$00 ★
— 16 Mhz ..... 199 000$00 ★

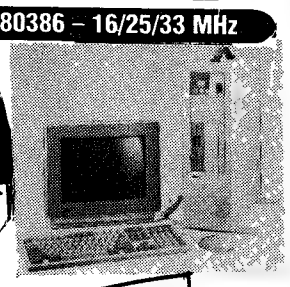
ABC 80286 – 12/16 MHz



PARA **REVENDA E ENSINO** CONSULTE-NOS

ABC 80386 – 16/25/33 MHz

Redes UNIX XENIX e comunicações Somos especialistas



ABC 80386
— Compatível PC AT
— CPU INTEL 80386 – 16/25/33 Mhz
→ **1 Mb RAM expansíveis até 8 Mb**
— Drives de 5¼" ou 3½" — Alta densidade
— Portas série e paralelo
— Relógio em tempo real/calendário/CMOS W/Bateria
— Carta monocromática (VGA opcional)
— Teclado 102 teclas
— Monitor monocromático
– **Mouse Opcional**

PREÇO: ABC 80386 — 16 Mhz ..... 265 000$00 ★
— 25 Mhz ..... 365 000$00 ★
— 33 Mhz ..... 610 000$00 ★

DISCOS E CONSUMÍVEIS
OS MELHORES PREÇOS DO MERCADO

★ *Aos preços indicados serão acrescidos 17% de IVA*

UTILIZE O CRÉDITO «abc»

abc
AGENTES:
LISBOA: R. da Assunção, 67 — Telefs. 32 46 64 - 32 72 96
BRAGA: Av. Central, 85-1.º — Telefs. 7 27 98 - 7 43 69
S. JOÃO ESTORIL: Av. Florinda Leal, lote 1-A — 267 07 33
VISEU: Rua Direita, 77 — Telef. 2 76 64
PORTIMÃO: Rua D. Carlos I — Telef. 8 36 53 - 8 56 70
SETÚBAL: Largo da Misericórdia, 28 — Telef. 3 14 32

A OPEP receia que um aumento exagerado retraia a procura, levando os consumidores a reatar a política dos anos 70 de procura de fontes energéticas alternativas

Petróleo: estratégia de preços com aumento progressivo

A OPEP está empenhada numa estratégia de aumento progressivo dos preços do petróleo, mas tudo leva a crer que não pretende repetir os erros do passado, que levaram aos choques petrolíferos dos anos 70, que conduziram os países consumidores a substituir parcialmente o petróleo por outras fontes de energia.

Os 13 países que constituem a OPEP pretendem assegurar que «o petróleo conservará o seu lugar como principal fonte de energia», sublinha o comunicado final da reunião de Genebra, na qual, entre outras medidas, foi estabelecido aumentar de 18 para 21 dólares o preço de referência do barril desta matéria-prima energética.

«Aumentando os preços, nós não devemos perder partes do mercado para o petróleo da OPEP», sublinhou o presidente em exercício daquela organização de exportadores, o ministro argelino Sadek Boussena.

Sob a pressão do Iraque, que tinha acabado de exercer ameaças militares contra o Koweit, os 13 países decidiram que o preço do barril será de 21 dólares até ao final do ano, o que representa uma alta de três dólares relativamente ao preço de referência que foi fixado em 1986 e que nem sempre foi respeitado.

Na verdade, o preço médio do petróleo bruto nos países da OPEP situava-se na semana passada à volta dos 17 dólares, depois de ter caído abaixo dos 14 em Junho passado em resultado da sobreprodução do Koweit e do Iraque.

«Com uma procura de petróleo que aumenta um milhão de barris/dia ao ano, o objectivo dos 21 dólares parace ser fácil de alcançar», pensa Bernard de Combret, director comercial do grupo Elf Aquitaine. «É um reajustamento bastante inteligente, tendo em conta a evolução do dólar e da inflação nos últimos quatro anos», acrescenta a mesma fonte.

Petróleo: aumentar, mas devagarinho

Para atingir o nível dos 21 dólares, que resulta de um compromisso entre as exigências iniciais do Iraque (25 dólares) e dos emiratos do Golfo (20 dólares), a produção será reduzida para 22,5 milhões de barris por dia até ao fim do ano e para 22 milhões no primeiro semestre de 1991, quando em Junho passado ela situava-se à volta dos 23,2 milhões.

«Se os exportadores respeitarem as suas quotas, os preços do petróleo poderão ficar estáveis no terceiro trimestre deste ano e aumentar dois dólares no quarto», considerou Paul Mlotok, analista da Morgan Stanley.

Segundo Nauman Barakat, da firma Shearson-Lehanam-Hutton, enquanto se mantiver a ameaça de Saddam Hussein (Presidente do Iraque), «penso que o Koweit e os Emiratos Árabes Unidos respeitarão a sua quota de 1,5 milhões de barris por dia para cada um».

De referir que o acordo estabelecido no seio da OPEP reflecte uma aliança objectiva entre o Iraque e o Irão, países que necessitam desesperadamente de fazer crescer as suas receitas do petróleo, após a guerra que os desgastou economicamente.

Por isso o Iraque e o Irão vão assumir a posição de «polícias» da OPEP. O ministro iraniano Gholamreza Aghazadeh deixou entender que os dois países dividiram tarefas no seio de dois subcomités de vigilância criados no quadro dos dispositivos postos em prática para verificar que nenhum dos países ultrapassará a sua quota.

Ao Iraque caberá vigiar os Emiratos Árabes Unidos e a Arábia Saudita, enquanto ao Irão é destinada a vigilância do Koweit, em particular.

Entretanto, os 13 países da OPEP estão convencidos de que todo o aumento futuro da sua produção deverá ser acompanhado simultaneamente de um reajustamento do preço de referência.

Segundo Nordine Ait Laoussine, consultor da firma suíça Nalcosa, esta decisão traduz «um compromisso entre os países mais pobres, que procuram tirar o máximo partido dos rendimentos do seu petróleo, e os que desejam ver crescer a sua parte do mercado», entre os quais de encontram a Arábia Saudita e as outras monarquias do Golfo, assentes em gigantescas reservas.

O Koweit, os Emiratos Árabes Unidos e a Arábia Saudita não renunciaram, ainda, a aumentar a sua parte de mercado. O ministro dos Emiratos, Mana Saeed Otaiba, deixou claro no final da reunião de Genebra que reclamará um aumento da sua quota quando o preço do barril passar os 21 dólares.

Por seu turno, o Koweit, sob o choque dos ataques iraquianos, contentou-se em afirmar-se empenhado em respeitar a sua quota, numa declaração oficial escrita, em que saudava o clima de «fraternidade e de cooperação» da reunião de Genebra.

De qualquer das formas, fica-nos o receio da OPEP de que o petróleo, caso aumente exageradamente de preço, deixe de ser «o principal recurso energético», sendo substituído por «fontes de energias alternativas», em benefício de «mudanças estruturais». É um receio que poderá conter, em limites razoáveis, o preço do petróleo.

Isabelle Hourcade
AFP/«DL»

A tripla jogada do Governo

Seria demasiado simples levar à conta de dificuldades orçamentais o aumento de preço dos combustíveis decretado pelo Governo português na semana passada. De facto, se a medida pode contribuir (e contribui) para reforçar as verbas do Estado, ela tem, em si, outros dois objectivos bem mais importantes e estratégicos: por um lado, torna os preços no consumidor adequados ao previsível aumento do custo do petróleo nos mercados internacionais, evitando, desta forma, uma actuação impopular numa altura próxima de eleições legislativas; por outro, antecipa uma subida da inflação para uma altura política e tecnicamente mais propícia como é a dos meses de Agosto e Setembro, mobilizando esforços para a conter a partir deste último mês com vista a alcançar melhores resultados próximo das já referidas eleições.

Pode-se, portanto, afirmar que foi uma «brilhante» jogada de antecipação do Governo face aos resultados da reunião da OPEP em Genebra, os quais, embora propondo-se aumentar desde já de 18 para 21 dólares o preço de referência do barril de petróleo, só virão a ter reflexo dentro de meses (dois, três, seis...?) na economia portuguesa.

Quer isto dizer que Portugal, por força dos contratos entretanto firmados com os produtores desta matéria-prima energética, continuará a beneficiar de preços substancialmente abaixo dos agora acordados pela OPEP, não tendo, forçosamente, de praticar aumentos quando eles se começarem a fazer sentir.

E se politicamente, como referimos, este facto tem importantes repercussões em resultado da proximidade crescente de um período eleitoral, também tecnicamente permite um melhor ataque à inflação, ao criar uma situação mais favorável e concertada para a fazer baixar.

Na realidade, o Governo tem vindo a tomar algumas medidas de carácter estruturante e conjuntural que, entre si, potenciam uma forte pressão sobre a inflação, que tanto maior será quanto mais tempo tiverem para actuar conjuntamente e menos factores perturbadores (como um aumento de combustíveis) surgirem no seu percurso.

Desta forma, pode-se dizer que o Governo conseguiu, de uma vez só, juntar o útil ao agradável: alcançar maleabilidade orçamental, ganhar margem de manobra para um mais eficaz combate à inflação, embora fazendo-a aumentar no curto prazo, não ter de tomar uma medida impopular próximo das eleições, altura em que até será capaz de apresentar preços no consumidor mais controlados. Se as contas do Governo não saírem «furadas», pode-se bem dizer que estamos perante um bom negócio.

Victor Leitão

COMENTÁRIO

Economia de mercado e os mundos da ficção

Face à extensão e importância actuais das formas de contramercado, a compreensão do lugar central ocupado pela economia de mercado recorta o mundo da vida material dos homens, mas igualmente os mundos da ficção.

No quotidiano ancestral dos homens, todos os elementos das suas vidas se trocam e viajam através do mundo, do mesmo modo que as técnicas ou os elementos das ciências, num incessante movimento de difusão. A economia de mercado mergulha, simultaneamente, no quotidiano imemoriável e na modernidade mais recente.

Não é necessário imaginar que o nosso mundo seja diferente daquilo que é, para atribuir importância à economia de mercado. E a utilidade das indicações da sua teoria económica será estratégica em relação à sua capacidade de fecundação de outros paradigmas - por exemplo, entre outros, o da troca desigual e o da dominação.

A economia de mercado ora se dilata, ora se contrai, dentro de um contexto mais geral em que se liga com o político, o social e o cultural. Por vezes é mais um mundo alternativo que um mundo real - num quadro em que, imaginando o mundo alternativo, deixam de nos interessar as relações com o mundo real.

A economia de mercado pode mesmo ter o valor de utopia, de um mundo possível, estruturalmente diferente do real. Não no sentido de que as linhas de tendência do mundo real apontem para o esbatimento das formas de contramercado - novas relações, talvez - mas no de que a economia de mercado é impensável sem uma cumplicidade activa da sociedade, apesar dos privilégios.

O económico só pode ser compreendido em relação com outros conjuntos: político, cultural e social. O mercado propicia formas de produção de sentido e afecto descentralizadas. As iniciativas descentralizadas fundarão mesmo uma funcionalidade amorosa.

O mercado cria hierarquias, tal como a religião, a política ou a ordem militar. Entre umas e outras há alianças, oposições e compromissos, conforme os tempos. À medida que subimos na hierarquia das trocas, a economia descentralizada e pública - no sentido de espaço aberto e concorrencial - cede lugar a formas concentradas e centralizadas que detêm a superioridade que lhes confere a informação, a inteligência ou demais recursos estratégicos.

Mas a importância do mercado afirma a incomensorabilidade dos dois espaços - mercado e contramercado. Um existe ao lado do outro, na medida em que a globalidade das práticas sociais não prescinde de nenhum. É claro que o esclarecimento da questão do relacionamento desses dois universos remete para além da correspondência dos paradigmas com as instituições e, nomeadamente, importa discutir o efeito pragmático das representações enquanto legitimação das evoluções sociais.

Geraldo Dias

Quando analisamos as imperfeições do mercado agimos muito como se indagássemos o que poderia acontecer se aquilo que realmente acontece acontecesse de maneira diferente. É assim com cada um de nós e também, por vezes, com a teoria. Em relação a esta, as suas instâncias de validação e controlo deverão impedi-la de poder funcionar como legitimação de evoluções de regressão social.

Sem alimentar mentalidade de bolseiro ou de caçador do fundo perdido, o projecto JEEP, que é já uma realidade, ensina a tornar-se patrão de si próprio. O êxito obtido pode levar à exportação do seu saber-fazer

JEEP forma empresários a alta velocidade

Detectar e esclarecer a expressão de elevadas potencialidades para a actividade empresarial é o objectivo do projecto JEEP (Jovens Empresários de Elevado Potencial), cuja última fase da quarta edição terminou na passada sexta-feira.

Pelo êxito deste projecto, criado por Miguel Cadilhe em 1984 no âmbito do Banco Português do Atlântico, falam os números: as três primeiras edições proclamaram 57 JEEP que, até agora, criaram 40 empresas (taxa de mortalidade: zero), com a mobilização de três milhões de contos de capital social e a criação de 907 postos de trabalho. As empresas criadas distribuem-se por áreas que vão da agro-indústria à fabricação de componentes para satélites. Um caso de sub-contratação do ramo português de uma multinacional e outro de associação com outra multinacional são algumas das "proezas" mais evidentes.

Os resultados e a qualidade do projecto já motivaram contactos de vários Estados (Moçambique, Brasil, Polónia e Jugoslávia) interessados na obtenção de informações, para eventual importação do modelo. Por outro lado, a equipa dirigente do JEEP encontra-se a trabalhar na passagem a anual da actual periodicidade bi-anual.

Almor Viegas, considerado a trave-mestra da realização do projecto, explica o êxito pela conjugação das altas qualidades da formação com a dos formandos.

Patrão de si próprio

O processo de selecção é peça importante em todo o projecto. Como diz: «Só vale a pena ensinar a quem tenha uma profunda vontade de independência», uma vez que o objectivo manifesto do JEEP é o de ensinar as pessoas a tornarem-se «patrões de si próprios».

Com esta meta, e após a recepção das candidaturas, a primeira triagem é feita com base na defesa destas. Então, metade dos potenciais JEEP ficam pelo caminho.

Os "sobreviventes" defrontam-se a seguir com uma entrevista estruturada. Esta operação, feita com recurso a técnicos de psicologia, do BPA e de outras empresas, elimina metade dos entrevistados.

O quarto restante tem ainda de passar por um exame psicológico («não são os clássicos psicotécnicos») que, com a duração de um dia, pretende aprofundar as motivações dos candidatos. Aqui, averigua-se o ajustamento das intenções ao projecto, a indisponibilidade para as exigências da fase seguinte, a intensidade da vontade e a informação possuída, entre outros pontos.

Chega-se, por fim, à quarta e última fase do processo: a de "imersão total".

Durante quatro semanas, os candidatos à proclamação do Jovem Empresário de Elevado Potencial são submersos, em regime de disposição total («nem têm tempo para se coçar», assegura Almor Viegas, meio a sério, meio a brincar), pelo programa de formação.

Neste período de tempo contactam com várias matérias (gestão, psicologia, recursos humanos,...), travam relações com alguns dos principais agentes socio-económicos do País, executam variadas tarefas que os introduzem no quotidiano empresarial, confrontam-se com e aprendem a gerir o seu tempo, simulam aplicações na Bolsa, organizam contactos e jantares, recorrem à dramatização para apresentar os trabalhos e comunicar... Alguns não almoçam, outros sacrificam férias, há até quem trate dos seus assuntos, de cariz pessoal, às três da manhã...

Em termos de formação, esta edição apresentou duas inovações. A primeira foi a descentralização. Assim, este ano, os formandos passaram uma semana no Porto, outra em Vila Real e duas (a segunda e a última) em Lisboa. A outra nasceu do peso das horas pós-almoço. Como a estas horas a formação não rendia, foi criado um novo figurino para este espaço de tempo.

Esta alteração levou a que os candidatos fizessem a digestão durante as últimas quatro semanas a andar d. um lado para o outro.

Mediante sorteio souberam como é que uma escritura é feita, como se negoceiam seguros, que apoios existem para os empresários, qual a melhor remuneração oferecida para os excedentes de tesouraria por um prazo de 90 dias, que espaços abertos estão de posse dos Bancos e quais estão disponíveis para a sua instalação, que pensam jornalistas e empresários sobre o empresariado e o projecto JEEP...

Desinibir, fazer sentir o grau de competitividade e

«Se eu soubesse o que sei hoje...»

«Se tivesse tido um curso destes à saída da Faculdade, hoje já seria um grande empresário». Artur Rodrigues, viseense, 34 anos, engenheiro civil, entende que o programa JEEP «dá uma visão diferente do que é a empresa» e que «estas acções deviam ser fomentadas por todo o País». Considera, inclusivé, que «seria extremamente importante a existência, em cada Universidade, de um projecto JEEP para finalizar o curso, porque ensina o indivíduo a encarar a realidade».

Depois de classsificar o JEEP como «o modelo teórico perfeito», que «justifica algumas fases da minha vida, enquanto empresário» - Rodrigues montou, com outro sócio, uma empresa de construção civil, em Maio de 1989, com um capital de mil contos que subiu agora para dez mil -, diz que o que importa é a informação: «Até há pouco tempo, não sabia como entrar num Banco e pedir dinheiro. Com a informação que aqui nos deram, já sabemos passar uma série de portas». Afirma até que «hoje, o empresário não vai a lado nenhum sem informação».

Artur Rodrigues entende que deviam ser fomentadas por todo o País acções tipo JEEP

Artur Rodrigues teve seis empregos em seis anos. Incompatibilização com directores, «que o são pela idade e não pela capacidade», e incapacidade de adequar-se a «posturas inactivas» justificam a instabilidade da sua posição de assalariado. Uma das histórias que conta ilustra os seus conflitos com o chamado *espírito de funcionário público*: «No Gabinete de Apoio Técnico de Viseu, queria trabalhar depois das cinco e meia da tarde e não podia porque o director fechava a porta». É ainda na linha deste inconformismo que critica a alienação dé empresas e o desperdício das potencialidades portuguesas pelos portugueses: «É mais fácil vender uma empresa aos espanhóis, do que tornar-mo-nos competitivos nos mercados externos».

Convencido que «querer, ser e poder têm de ser lemas dos empresários», Rodrigues rejeita «o mau hábito de entregar as nossas potencialidades aos estrangeiros, para eles criarem mais-valias». Em alternativa, considera que «devemos promover os nossos produtos e não vender o País a retalho».

Agora, com os conhecimentos adquiridos, projecta lançar mais duas empresas. Da maneira como viveu esta fase de imersão, onde realça a riqueza cultural dos formadores, a importância das matérias e a impecabilidade da organização, ficam as suas palavras: «Suportaria isto por tudo».

R. N.

«Empreender é o meu gozo»

António Costa, 34 anos, engenheiro electrotécnico, considera que o projecto JEEP é um curso de muito alto nível e qualidade: «Tenho motivos para classificar a qualidade deste curso, porque tenho privilegiado a formação contínua e frequentado vários cursos».

Reconhecedor da exigência desta fase («só é possível para pessoas resistentes à fadiga física e psicológica»), justifica as razões da sua presença no JEEP «pela fiabilidade do curso e pelos resultados das edições anteriores».

Ex-membro da "família DL", confessa que a decisão que o levou a candidatar-se a JEEP relevou do hábito de proceder a uma auto-avaliação anual. "Instalado" na última fase do programa, diz que «se ser JEEP é cartão de visita, mais do que isso dá auto-confiança».

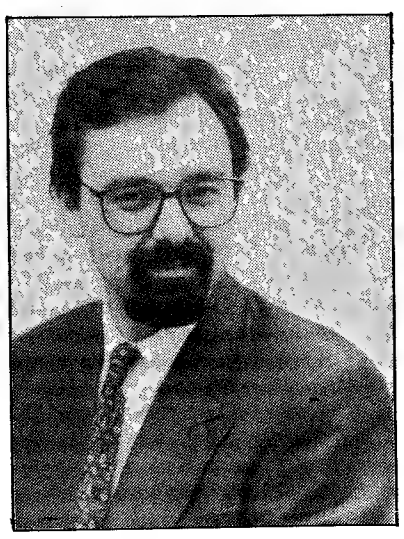
São a auto-confiança e o optimismo, características comuns a outros formandos, que sustentam o seu quotidiano. «Gosto de muitas coisas, mas o que me dá gozo é empreender» e «só é possível ser-se empreendedor sendo-se optimista» são afirmações que esclarecem a sua postura de vida.

Classifica-se, de resto, não como Jovem Empresário de Elevado Potencial mas como Jovem Empreendedor de Elevado Potencial: «Ser empresário é resultante natural».

Director-geral de uma empresa que comercializa máquinas agrícolas, este bracarense justifica as suas motivações pelo percurso que percorreu, pela ambição e pela vontade de empreender: «Em suma, pela *pedalada*». No horizonte, perfilam-se «muitos projectos». Talvez que a concretização do primeiro corresponda à criação de uma metalomecânica em Braga, admite.

Costa faz questão de pormenorizar, no seu percurso, a passagem pelo DL, onde teve o seu primeiro emprego, aos 23 anos, como chefe de produção.

Entre as várias peripécias vividas cá na casa, refere as guerras (constantes e invariáveis, diga-se de passagem...) do "sistema para apanhar combóios". Por outras palavras, a eterna luta para fechar o jornal a horas de ser distribuído a tempo.



Seguiu-se, de 1985 a 1987, um trabalho («determinante») na Associação Industrial de Águeda, «a Associação mais dinâmica neste período», do qual destaca, de forma viva, a organização do 1º Salão sobre Sub-Contratação e a participação no projecto de cooperação técnica luso-alemã.

No final da conversa, este candidato a JEEP, aponta aquela que é, a seus olhos, uma condição necessária aos empreendedores, mas que não é, nem pode ser, ensinada: «Só é possível ser-se empreendedor quando se tem uma família empenhada nisso».

R.N.

«Dar coisas ao País

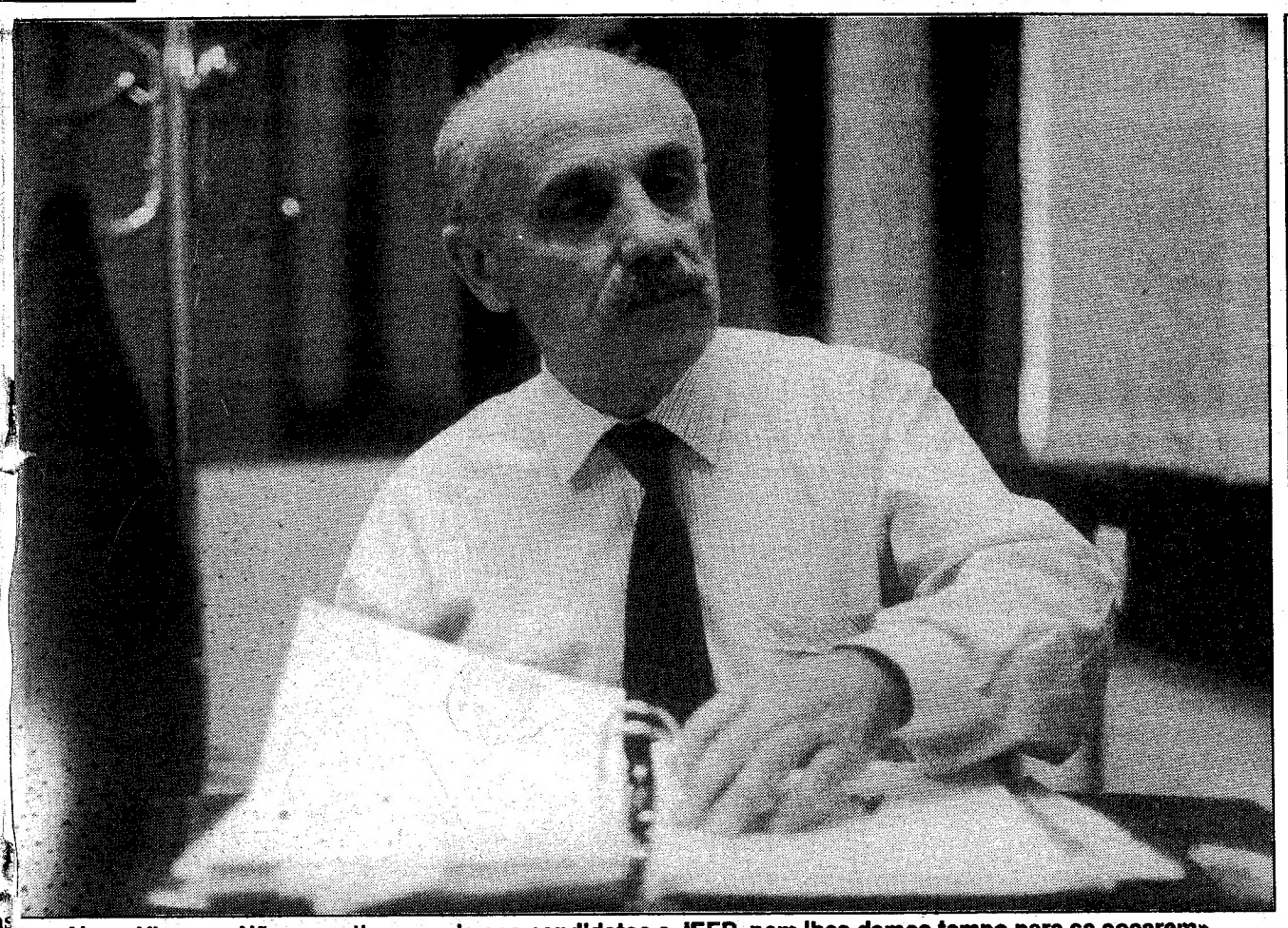
Talvez que a melhor síntese do pensamento de Isabel Marques, 24 anos, sobre o programa JEEP sejam os seus conselhos aos futuros e potenciais candidatos: «Venham, concorram, tentem fazer a imersão, porque vale m-e-s-m-o a pena».

Para Isabel Marques fazer coisas é imperativo de quem tem conhecimentos

Lisboeta, licenciada em Ciências do Meio Aquático e especializada em novas tecnologias no campo da aquacultura, a única mulher candidata a JEEP nesta edição afirma que «a bagagem que levo daqui é enorme: é a formação, é a experiência vivida dos outros candidatos, é o espírito criativo dos formadores... é um enriquecimento enorme a vários níveis».

Apaixonada pela aquacultura, Isabel Marques tem o projecto de criar uma maternidade. Invoca o Programa Plurienal para a Aquacultura e garante que estamos hoje para a relação pesca-aquacultura como estávamos no século XII para a relação caça-produção de carne. A sua previsão é que a produção de peixe seguirá o exemplo da de produção de carne. Daí a importância da maternidade.

Apesar de momento possuir apenas a formação, diz que «fazer coisas é quase um imperativo de quem tem os conhecimentos» e que «ficar parado é um crime», porque «errado não é só fazer mal as coisas; é



Almor Viegas: «Não garantimos nada aos candidatos a JEEP, nem lhes damos tempo para se coçarem»

...densar malha de relações ...oram alguns dos objectivos ...esta segunda inovação.

Entretanto, e durante o ...orário normal (oito horas diárias), sucediam-se os formadores.

O dia era completado com diversas palestras nocturnas. Durante o jantar das sextas-feiras, havia um convidado especial. No Porto, foi a direcção da Associação Comercial e o presidente do BPA, João Oliveira; em Lisboa, foi o turno dos membros do Conselho de Gerência do BPA e dirigentes da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; em Vila Real, coube a vez a diversos responsáveis da Universidade, da Câmara e das empresas.

Sem garantias

No final deste regime (intensivo, exigente e nada complacente), não há garantias de qualquer ordem para os candidatos. Almor Viegas sintetiza desta forma o produto final: «Um JEEP deve ser aprovado por ser bom. Não queremos criar mentalidades de bolseiros ou dar a ideia que tudo isto assenta na obtenção de subsídios ou fundos perdidos».

Nem o ter chegado ao fim do processo de selecção e frequentar a fase de imersão garante o que quer que seja: «Nas imersões anteriores nunca passaram todos os candidatos». Os actuais 22 só saberão da sua sorte no final de Outubro, altura em que serão pronunciados os resultados finais.

A inexistência de garantias prolonga-se nos eventuais financiamentos a projectos apresentados pelos JEEP: «Não há compromisso do BPA com qualquer financiamento».

A única garantia dada aos que forem proclamados JEEP é a ajuda, prestada pelos serviços do Banco, na conceptualização do projecto e a sua análise, pela Direcção Comercial, com o mesmo rigor usado em qualquer outro.

Daqui poderá resultar, quanto muito, uma associação BPA-JEEP, através de alguma das empresas do banco, como a de capital de risco. «Sem intenções de hegemonia», garante Almor Viegas.

Na base desta filosofia está o princípio: «O JEEP deve proteger-se a si próprio», uma vez que o empenhamento demonstrado durante a acção de formação esclareceu a sua capacidade.

Rui Nunes

...País...»

...também não as fazer».

Quando diz «valorizo ...enso a filosofia de vida», ...sclarece que «não é só a ...inha realização pessoal ...e está em causa. São todos os outros factores que estão em causa: criar empregos, dar coisas ao País...».

De forte veia crítica - outra característica comum aos candidatos a JEEP - revela que sempre criticou as pessoas com falta de iniciativa, «que aos 50 anos olham para trás e não têm nada criado».

Apesar de toda a exigência da fase de imersão classifica-a como «a parte fácil». Agora, diz, «vem aí a selva» ...e ser JEEP, em si, não dá vantagens. ...hecedora da «grande bagagem» propi... pela formação do projecto JEEP ...derei muito a vinda ao módulo de ...ão, mas valeu mesmo a pena: tenho ...o a aprender, a aprender, a apren...»), afirma que o que importa para ...ar é a qualidade e a força anímica.

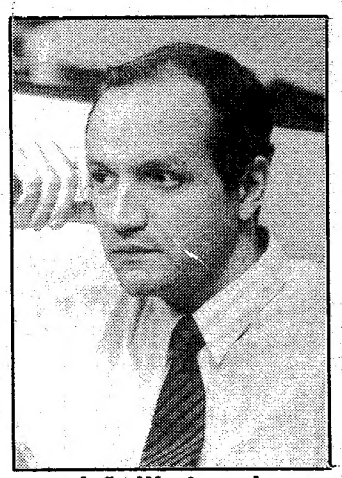
...conta... com os amigos durante esta ...pouco... porque o tempo disponível era ...ine... ...nte) permitiram-lhe "desco... ...muita gente a querer fazer ...brir vontades semelhantes à ...muito satisfeita».

R. N.

«Ensinam-nos uma maneira de estar»

Pode considerar-se que João Carlos Westwood, 32 anos, licenciado em Medicina há oito anos, está à vontade nas matérias subjacentes á acção de formação. Paradoxal? De forma alguma. Basta atentar no seu *curriculum*.

Com «um gosto particular pela gestão», Westwood passou pela administração hospitalar e desenvolveu, ou tem em curso, um amplo conjunto de projectos na área empresarial: após ter criado um ginásio de fisioterapia e uma empresa de serviços médicos, comprou mais três empresas deste último tipo e tem em constituição uma outra virada para o *marketing*, a publicidade e os estudos de mercado.



João Westwood: «O projecto JEEP é uma cultura»

Trabalha, entretanto, como *product manager* num laboratório pertencente a uma multinacional, em dois hospitais e nos serviços clínicos de uma fábrica.

«Nos tempos livres» (*sic*) dá aulas de ginástica (modalidade de *tumbling*) no Sport Algés e Dafundo, durante três horas e meia por dia, cinco dias por semana. Uma sua aluna vai agora aos mundiais por idades na Alemanha.

Este médico confessa que a evolução que pretende passa por actividades empresariais. Para tal quer mudar perspectivas e ganhar dimensão.

A sua presença no programa JEEP integra-se dentro desta estratégia: «O projecto JEEP é uma maneira de olhar para as coisas. É uma cultura. O que venho cá buscar são valores que fazem parte de uma cultura para passar a ter uma nova visão da realidade».

Com um dia normal de trabalho de 16 horas, João Westwood "submergiu" no JEEP porque este estimula as pessoas a porem-se em questão, aposta na sua capacidade e apela à sua criatividade: «É com isto que hoje se superam os grandes desafios». Por outras palavras: «Não se mostra o caminho. Ensina-se uma maneira de estar». Como conclui: «São os valores e a cultura que diferenciam o JEEP das outras coisas que há para aí».

Contestatário da «mentalidade de funcionário público» e reconhecedor de que «ser empresário está um bocado na moda», estigmatiza ainda o «espírito oportunista dos que se querem aproveitar do dinheiro da CEE». De resto, esclarece, «a primeira coisa que nos disseram foi que os empréstimos *são mentira*».

Para a criação do novo, diz, «as pessoas é que são importantes».

R. N.

COMENTÁRIO

Vale a pena

Num País com uma classe empresarial envelhecida, mais do que na idade, nas ideias e nos métodos, em que 60 por cento dela tem a quarta classe ou menos, contactar de perto com os «jovens empresários de elevado potencial» é uma experiência gratificante que, por fugazes momentos que seja, nos faz acreditar que Portugal pode vir a ser mais qualquer coisa do que aquilo que o nacional pessimismo nos leva a pensar que poderá vir a ser e que nos enche de temores quanto ao futuro.

Não são seres do outro mundo, nem pessoas que, à vista desarmada, detenham capacidades que não sejam as comuns a todos os cidadãos. Não são capazes de fazer milagres (no contacto breve que com eles tivémos não nos apresentaram sequer qualquer fórmula mágica para ganhar dinheiro) e os seus estudos são, genericamente, os que estão à disposição dos que querem, podem e conseguem tirar qualquer curso universitário.

Um contacto um pouco mais próximo revela-nos, contudo, um fervilhar de ideias (mais do que de ideais) que, se não são inovadoras, tentam pelo menos ser diferentes, na forma de encarar o mundo empresarial e económico, das que nos habituámos a ver, ouvir e sentir junto da maioria dos empresários portugueses. Um sentido fortemente social da empresa, uma rejeição total de tutelas que não sejam as ditadas pelo mercado, que o mesmo é dizer pelos consumidores ou clientes, uma aversão vincada à burocracia, mesmo quando ela se chama «crédito a fundo perdido», mas também um certo temor dos «tubarões» do capital que lhes querem devorar as ideias, os projectos, o entusiasmo, investindo em troca de uma dominação castrante e desmotivadora.

De comum têm também (aí, sim, mais o ideal do que a ideia) a vontade de gerar riqueza de forma consolidada, virada para o futuro, através de empresas que, mais do que o lucro rápido e fácil, lhes oferece um espaço para serem criativos, inovadores, gestores que se distinguem por uma obra que merece o respeito da sociedade, porque nela se insere para a servir com a dignidade que lhe permite remunerar-se compensadoramente, é certo, mas também com honra.

Distinguem-se, também, por um entusiasmo contagiante, que nos leva a acreditar, tanto quanto eles acreditam, que ser-se empresário é algo mais do que ser-se patrão-dono-e-senhor. Eficientes, funcionais, prestando preito às novas tecnologias, venerando a informação (e a formação), são mais do que máquinas prontas a cunhar o seu próprio dinheiro. Sem a arrogânica do *yuppie*, apenas prestam vassalagem ao único factor que, de facto, vale nos tempos modernos: o recurso humano, que começa neles e se estende até aos seus colaboradores. Empreender é o seu lema. O resto virá por si.

Foi esta a imagem que tivémos dos «jovens empresários com elevado potencial», enquanto jovens que procuram desenvolver esse potencial e saber canalizá-lo para acções concretas de que Portugal tanto necessita. Muitos, sejamos optimistas, saberão aproveitar essas características latentes, gerando riqueza para si e para o País. Outros, perante a dureza do mundo que os rodeia, em que os melhores nem sempre são os eleitos, talvez se juntem aos que ganham dinheiro rapida e facilmente, sem sentido de oportunidade, mas plenos de oportunismo, construindo hoje o que o futuro se encarregará de destruir, deixando para trás ganhos individuais, mas não riqueza sustentada para o País.

De qualquer das formas, vale a pena a experiência.

Victor Leitão

ECONOMIA

Financiamento por terceiros é processo que a Enerfin vai adoptar para responder aos problemas criados pela sociedade industrializada. Pacote integrado de serviços é pago pela economia de energia

Gestão da eficiência energética tem nova empresa de apoio

A criação, no passado dia 25, da Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, deu origem a mais uma empresa que «permite operar nas chamadas sociedades de financiamentos por terceiros, cujo objectivo é, designadamente, o estudo de problemas energéticos de sociedades industriais», conforme disse Mira Amaral, ministro da Indústria e Energia, que se deslocou ao Porto para a cerimónia de assinatura de constituição desta sociedade, em cujo capital participam, entre outras, a EDP e a Petrogal.

A nova sociedade, com um capital social inicial de 80 mil contos, para além de ser formada pela EDP, com 30 por cento, e pela Petrogal, com igual valor, é integrada também pela Companhia de Seguros Bonança (17,5), pela CISF - Sociedade de Capital de Risco (17,5) e pela Protermia, empresa do ramo informático, com os restantes cinco por cento.

O objectivo desta sociedade é o aumento da eficiência energética e da produtividade, essencialmente mediante a realização de estudos técnico-económicos e financeiros e a execução de projectos de optimização de consumos, para além da comercialização, produção e exploração de equipamentos destinados à utilização racional de energia e ao aumento da produtividade.

Na sessão de assinatura de constituição, onde esteve também presente o secretário de Estado da Energia, Nuno Ribeiro da Silva, foi dito que os aumentos de eficiência energética podem ser conseguidos não só através de investimentos maciços, como também por melhorias marginais de organização.

De acordo com o ministro Mira Amaral, «a Enerfin vai ser paga não de forma directa, mas sim através das fatias originadas pelas economias de energia geradas no lado industrial», isto é, a verba economizada a partir do estudo não serve de rendimento para a empresa industrial, numa primeira fase, indo os proveitos para o centro de estudo.

A participação da EDP e da Petrogal, empresas públicas tal como a Bonança, é justificada com o facto de serem entidades do sector energético com domínios eléctrico e metalúrgico que possuem capacidade técnica e «know-how» e técnicos qualificados capazes de estudar os sistemas energéticos e de procurar o aumento da sua eficiência.

Forma de apoio

A Enerfin presta apoio às empresas na montagem ou substituição de equipamentos, de forma a evitarem gastos supérfluos de energia. Para tal, mediante o recurso a empresas especializadas, são feitas auditorias, apresentados projectos de engenharia, bem como, sempre que aceite pelos interessados, a aquisição e instalação de equipamentos propostos. Caso o consultante necessite, a empresa faz acordos de financiamento e obtém subsídios específicos.

O próprio Ministério da Indústria e Energia tem esses sistemas, nomeadamente o SIURE - Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia, o programa comunitário VALOREN e o PEDIP, para apoio à modernização da indústria nacional.

Segundo foi afirmado, faz parte da actividade das empresas como a Enerfin, a gestão do contrato com o cliente, acompanhando o funciomanento dos novos equipamentos, medindo as economias resultantes da melhoria da produtividade e da eficiência energética.

Segundo Ribeiro da Silva, esta empresa responde a duas linhas da sua Secretaria de Estado, que visam, uma, que as empresas de oferta de energia se preocupem com um melhor relacionamento com os clientes, ajudando-os a utilizar melhor a energia e, outra, que seja desenvolvido mais um instrumento de apoio à utilização racional da energia, o chamado financiamento por terceiros.

Como funciona

Uma afirmação de Ribeiro da Silva é de que «há que prever e preparar outras formas de apoio técnico e financiamento consistentes aos projectos de utilização racional de energia e de produção descentralizada de energia e combustíveis que potenciem a adesão voluntarista dos agentes envolvidos». É por aqui que passa o financiamento por terceiros.

O conceito deste financiamento tem evoluído, desde que, em 1980, apareceu nos Estados Unidos e no Canadá, de forma a adaptar-se às condições reais do mercado para que foi criado. Na fase actual, segundo Ribeiro da Silva, «definir-se-á como a prestação de serviços de auditoria e engenharia, de instalação, de exploração, de manutenção dos sistemas convenientes e do seu integral financiamento, numa fórmula combinada e completa do tipo 'chave na mão', sendo estes serviços pagos exclusivamente em função das economias realizadas».

A actividade referida é desenvolvida por empresas de serviços de energia independentes, que reúnem, numa só entidade, as necessárias capacidades financeira, técnica e de comercialização, o que traz vantagens para o cliente, uma vez que apresenta um pacote completo de serviços adaptado aos projectos de utilização racional de energia e dos seus promotores.

Por outro lado, não obriga o utilizador a fazer qualquer investimento, enquanto os riscos técnicos e financeiros da operação são assumidos pela empresa de serviços de energia, sendo o investimento amortizado em função dos fundos gerados pela própria operação, por comparação com a situação de partida.

Conforme recordou Ribeiro da Silva, «na verdade, o 'input' com que a entidade financiadora entra para a operação é, apenas e só, uma parcela da energia que paga mas que é mal utilizada e desperdiçada» e, por outro lado, «por via do contrato, tem-se a dupla garantia de que o investimento será realizado e bem explorado, no sentido de promover reais reduções de consumos ou de produzir energia a baixos custos».

Redacção «DL»

Silva Peneda anuncia que jovens formandos passam a ter equivalências que podem ir além do 12º ano

Formação é equiparada ao ensino académico

Os jovens que frequentem cursos de formação profissional vão passar a ter a possibilidade de progredir simultaneamente na carreira académica. Esta afirmação foi feita pelo ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, que anunciou diversas disposições que permitem a equipição escolar entre as duas formas de ensino.

Assim, de acordo com o titular da Pasta do Emprego, os cursos de aprendizagem entre o sexto e o nono anos dão equivalência escolar ao nono ano para todos os alunos que os terminem com aproveitamento, enquanto a equivalência escolar, depois dessa fase, será feita por componentes formativas - geral, tecnológica e prática, com exigência de um número mínimo de horas.

Por outro lado, os domínios da formação geral e da formação tecnológica, no que se refere às ciências básicas, serão organizados em unidades modelares. Afirmou Silva Peneda que «a organização modelar constituirá uma matriz visando a creditação dos saberes adquiridos em cada módulo, devendo esta ser explicitada nos Certificados de Aptidão Profissional nos respectivos cursos».

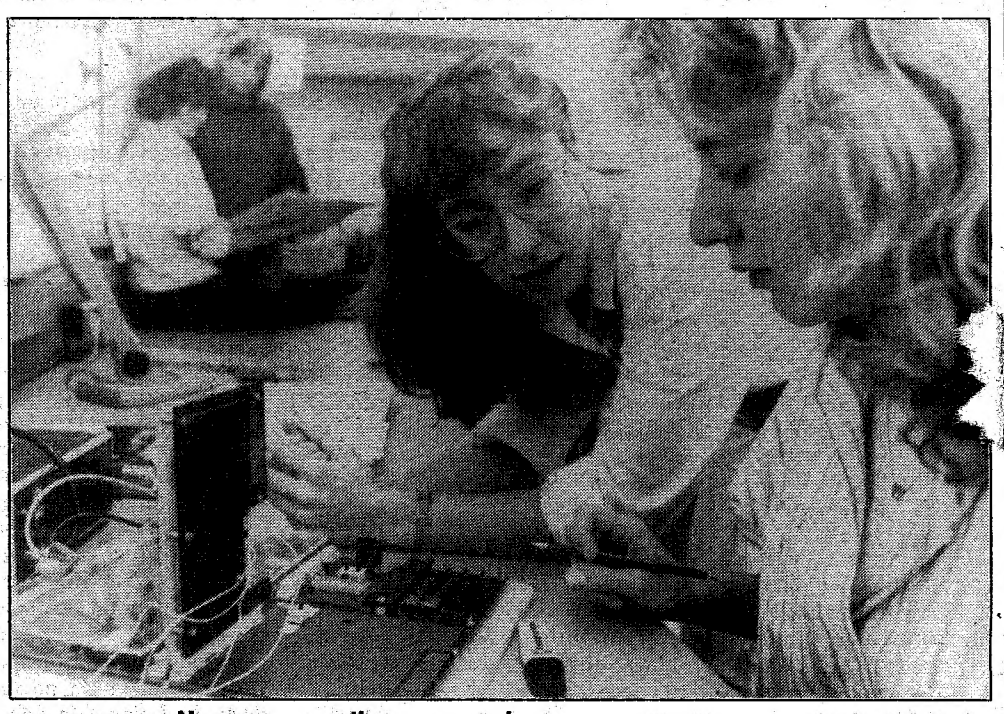
Quanto ao ingressso no Sistema de Aprendizagem de jovens com aprovação em níveis intermédios do ensino secundário, ou seja, ente o nono e o 12º anos, provenientes de sistemas paralelos, haverá planos de formação que tenham em conta os saberes/competências já adquiridos, entre os quais os módulos de Formação Geral e das Ciências Básicas e também o acesso ao nível de saída dos cursos de aprendizagem visados.

Disse Silva Peneda que «com a equivalência ao 12º ano pretende-se proporcionar ao jovem um desenvolvimento integral ao nível humanístico, técnico e social compatível com os objectivos preconizados para o ensino secundário, na Lei de Bases do Sistema Educativo», acrescentando que «foi quebrado um muro que parecia intransponível entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional».

Conciliar opções

Em declarações feitas ao DL, o ministro Silva Peneda, ao referir-se à necessidade de melhorar o nível escolar dos trabalhadores, como forma de aumentar as suas capacidades, potencialidades e produtividade, afirmou na altura que «um factor condicionante é a decisão tomada nos anos 70 de se acabar com o ensino técnico-profissional».

A medida agora divulgada por Silva Peneda insere-se no conjunto de 14 programas apontados como determinantes para a política governamental de emprego produtivo e de formação profissional. Sem defender o regresso ao antigo sistema de ensino técnico-profissional, o ministro do Emprego afirmou que «estamos numa situação que não nos permite encarar as soluções dos problemas da produtividade e da criação de emprego numa perspectiva de modelo único».



Novas perspectivas para os jovens que seguem cursos de aprendizagem profissional

Conforme afirmou ao DL, não estaria a ver condições, «nem julgo que fosse bom para o País», criar um sistema unificado de norte a sul como o que existiu com o ensino técnico-profissional de décadas atrás. «Considero que há formas expeditas, de acordo com as regiões e com os próprios sectores, de poder tirar partido de determinado tipo de instrumentos», disse.

Concepções diferentes entre ministérios? Silva Peneda, sobre esse ponto, afirmou que todo o processo deve ser desenvolvido sem perder de vista o sistema educativo formal. «Costumo dizer que entre os ministérios do Emprego e da Segurança Social e o da Educação há uma fronteira que é sempre difusa, difícil, cinzenta, mas defendo que as acções onde a componente escola é a mais determinante pertençam à Educação e onde a componente empresa for mais determinante sejam da competência do MESS».

As medidas anunciadas e outras em curso são resultantes, segundo Silva Peneda, dos inquéritos exaustivos que «permitiram moldar um conjunto de orientações com vista à execução de uma política de formação para os próximos quatro anos», salientando que «tivemos o gosto de verificar que essa política foi apoiada por unanimidade por todos os parceiros sociais com assento no Conselho Permanente de Concertação Social».

A.H.

ECONOMIA

A globalização dos mercados e a internacionalização das empresas exigem agressividade, inovação, espírito criativo e produtividade, salienta o ministro Faria de Oliveira ao convidar os empresários portugueses a conquistarem o mundo

Internacionalização da economia marca estratégia dos anos 90

O processo de desenvolvimento de Portugal «depende da capacidade que tivermos de captar duradoiramente a procura externa», afirmou a semana passada o novo ministro do Comércio, Faria de Oliveira, ao traçar a política definida para apoio ao comércio externo e ao redifinir uma estratégia para o investimento do e no estrangeiro baseada em metodologias que permitam uma maior competitividade às empresas portuguesas nos mercados internacionais.

«À nossa frente prefigura-se uma década entusiasmante, que oferece tremendas oportunidades, tanto de afirmação individual, como empresarial», afirmou o ministro na altura em que deu posse aos novos membros da Comissão Executiva do Instituto do Comércio Externo Português.

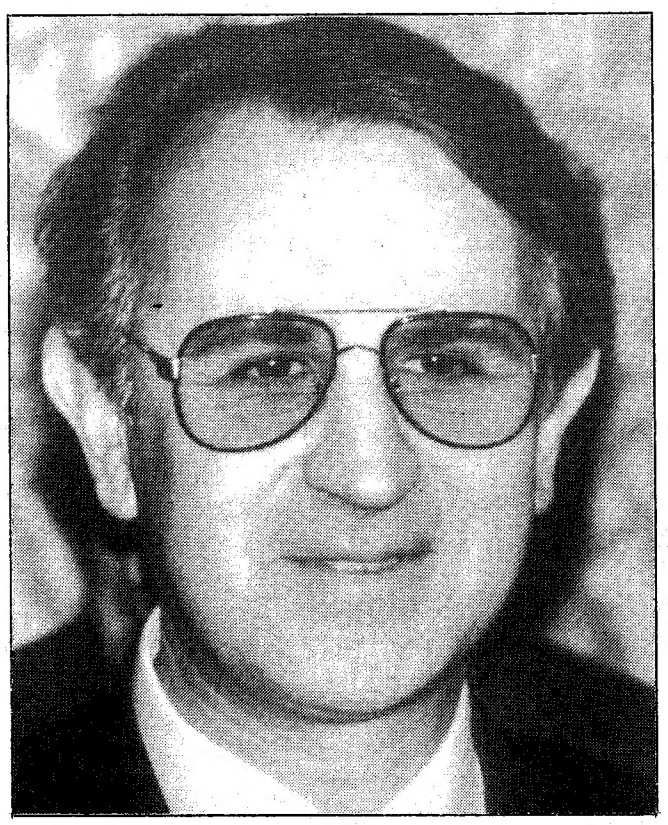
Segundo Faria de Oliveira, vamos assistir ao reforço permanente da inovação, à uniformização progressiva dos padrões de comportamento e de preferências, à implementação de profundas reformas políticas e económicas.

«Vamos viver a era do primado do homem e dos direitos dos cidadãos, da livre iniciativa dos indivíduos, do renascimento, do interesse pela cultura e pela espiritualidade», afirmou ao considerar que a próxima década será também, no aspecto material, uma época de globalização da economia, da primazia de economia de mercado, da intensificação da privatização da economia, da aceleração das trocas comerciais, do desenvolvimento acelerado do turismo e das preocupações ecológicas.

Esperanças e desafios

Para o ministro do Comércio, Portugal vai continuar a onda de comércio e de desenvolvimento que o caracterizou nos últimos cinco anos. «O comportamento da nossa economia foi, a todos os títulos notável», afirmou ao referir que se atingiram os melhores resultados, entre os países da OCDE, em crescimento do produto, do investimento, do emprego, das exportações e das reservas de divisas.

«Hoje, a inflação é, praticamente, o pecado da nossa economia», disse, acrescentando: «Todos temos de prosseguir a firme intenção de emendar este ponto fraco, o qual, adiantou, por ter origem essencialmente estrutural, evidencia a urgência de se obterem ganhos de produtividade.



Faria de Oliveira: «Temos à nossa frente uma década entuslasmante»

No entanto, alertou: «Para continuar este ciclo de progresso, temos de vencer os grandes desafios do Mercado Unico, da União Económica e Monetária, da eventual união política da CEE e de aproveitar as oportunidades que a nossa vocação universalista e Atlântica nos oferece, em particular as suscitadas pela evolução na África Austral».

Cinco vectores

Faria de Oliveira considerou, depois, que o processo de desenvolvimento português «depende da capacidade que tivermos de captar duradoiramente a procura externa».

Segundo ele, o aumento do peso qualitativo de Portugal nas relações económicas internacionais e, em especial, no domínio do comércio, passa, fundamentalmente, por cinco vectores:

- O reforço da competitividade da oferta externa portuguesa, com progressiva alteração do seu perfil;
- A captação (selectiva e inteligente) do investimento directo estrangeiro que mais interessa a Portugal;
- A internacionalização das empresas portuguesas;
- O aproveitamento da cooperação, em especial com as ex-colónias;
- O desenvolvimento do turismo.

Competitividade

O ministro Faria de Oliveira considera que, em relação aos três primeiros vectores, o ICEP surge como instrumento fundamental da estratégia portuguesa, passando a explicar.

No que se refere ao primeiro vector, a estratégia de desenvolvimento do comércio externo tem como finalidade criar condições para aumentar a competitividade das empresas, inovando, modernizando, reequipando, aumentando a produtividade de todos os factores.

Esta estratégia, diz Faria de Oliveira, passa por dois elementos específicos. O primeiro é «a defesa intransigente da posição internacional já adquirida pelos sectores que constituem os principais núcleos da presença portuguesa nos mercados internacionais», o que requer actuações a nível da informação, das políticas de *marketing* e de comercialização, da aposta na marca, na moda, na qualidade do *design* e da diferenciação do produto. Implica isto o desenvolvimento, no exterior, de circuitos de comercialização e de distribuição próprios, a intensificação da actividade promocional no estrangeiro e a criação de uma nova imagem para os produtos portugueses.

O segundo passa por uma «atitude ofensiva e concentrada no que respeita aos sectores não tradicionais», designadamente nas áreas das novas tecnologias, dos bens de equipamento e dos serviços, visando o aumento da oferta exportável, aproveitando as potencialidades do investimento directo estrangeiro e de outras formas de cooperação empresarial.

«A mobilização da comunidade exportadora far-se-á através de um conjunto de acções nas áreas da formação e da informação, com o objectivo de dotar as empresas industriais de capacidade para formular e executar planos de *marketing* adequados no domínio da implementação de formas organizativas típicas dos sistemas industriais desenvolvidos, com um papel potenciador dos factores complexos de competitividade e no campo do estudo de novos mercados e, consequentemente, de detecção e aproveitamento de oportunidades», explica o ministro.

Investimento estrangeiro

No que respeita ao investimento directo estrangeiro, diz Faria de Oliveira, «importa desde logo salientar que ao Estado cabe, fundamentalmente, promover o País, anunciar as oportunidades, publicitar as vantagens comparativas, criar uma envolvente favorável à actividade empresarial, definir um enquadramento jurídico dos incentivos e proceder às negociações com vista à concessão desses mesmos incentivos, bem como estabelecer directamente negociações com os promotores de grandes projectos que dificilmente encontrem parceiros portugueses».

No entanto, acrescenta, «é aos agentes económicos que compete captar o investimento estrangeiro, através do diálogo com parceiros externos, ponderando o seu interesse próprio com o interesse geral do País, as exigências de uma economia progressivamente globalizada em termos mundiais e as perspectivas que as alianças com esses parceiros lhes oferecem para a realização dos seus projectos e objectivos».

Faria de Oliveira garante estar consciente de que muitas oportunidades só poderão ser ganhas, em tempo oportuno, através da associação com investidores estrangeiros. «De um modo geral, o apoio ao investimento estrangeiro que nos interessa visa criar maior densidade industrial, proporcionar serviços mais completos e racionalizados, trazer inovação tecnológica e outro *know-how*, promover padrões de eficiência competitivos, ser portador de novos métodos e de novas posturas dinâmicas perante o mercado e ainda de proporcionar acesso a mercados em que ainda não penetrámos ou que dificilmente penetramos», acrescenta.

Revela, por outro lado, que a acção promocional do ICEP terá em conta a definição de mercados-alvo, que serão objectivos principais das iniciativas a desenvolver. Será dada prioridade à formação de *joint-ventures*, por forma a assegurar o interesse dos empresários portugueses e a manutenção em mãos nacionais de centros de decisão empresarial imprescindíveis.

Internacionalização

Finalmente, o terceiro vector, o da internacionalização das empresas, tem, segundo Faria de Oliveira, duas finalidades: exportar com mais valia e apoiar o investimento português no estrangeiro.

«O investimento de empresas nacionais em países estrangeiros, individualmente ou em cooperação com parceiros locais, é o modo mais sólido e duradoiro de assegurar e consolidar posições nos mercados externos», garante o ministro do Comércio, que considera que esta situação é válida tanto para os mercados dos países industrializados (em particular nas áreas de comercialização e da distribuição, mas também em aplicações financeiras que permitam aprendizagem), como para os países em vias de desenvolvimento (onde a participação no capital de empresas já existentes pode ser do maior interesse empresarial).

«Há determinadas situações em que o investimento no exterior será quase vital para o sucesso de uma estratégica de desenvolvimento das exportações ou de penetração no mercado, mantendo em meios nacionais também parte das margens de comercialização», afirma Faria de Oliveira.

Redacção «DL»

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O Diário de Lisboa

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia ___/___/___ Pelo período de

☐ 1 ANO — 18 000$00
☐ 6 MESES — 9 000$00
☐ 3 MESES — 4 500$00
☐ 1 MÊS — 1 500$00

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Junto envio: ☐ cheque ☐ vale do correio

• Números atrasados: 70$00 cada • Mudança de endereço: 150$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850$00. • **Informação ao assinante:** os preços acima indicados levam em conta que o jornal benefícia do porte pago postal no território nacinal até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluidos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade.

Enviar para: DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas
Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA

Aceitar medições é questão de fé

No decurso da jornada técnica da APAN foram feitas afirmações que deram o tom geral dos debates. Ali foi dito que «aceitar as medições de audiência é uma questão de fé» e que cabe aos institutos que as fazem demonstrarem que a situação é outra. «Contudo, os institutos não esclarecem a dúvida metódica dos anunciantes».

Metodologia, universos de sondagem, critérios de interpretação levam a que surjam, conforme foi dito, resultados que apontam para 10 e mais leitores por exemplar, o que «é um mistério, já que a média, em Portugal, não vai além dos 3,5 contactos».

Foram referidos exemplos estrangeiros demonstrativos da falibilidade dos métodos. O Belson, usado, por exemplo, nos Estados Unidos e as avaliações do «último dia» aplicadas na Holanda, Reino Unido ou França, mostram diferenças notórias para os mesmos *media*.

«É uma constatação que para o mesmo suporte de imprensa são apresentados resultados diferentes, o que decorre de metodologias diferentes na sua origem, mas também da interpretação dos resultados», foi afirmado na jornada da APAN.

Outras intervenções mostraram que a situação não é pacífica e que os anunciantes querem estar na posse de mais dados e de dados mais correctos. Nesse sentido se insere a afirmação de que, para os anunciantes, a necessidade de eficiência dos seus investimentos pode ser uma potencial fonte de conflitos, em especial com os *media-planners*, tendo em conta, nomeadamente, a recente evolução dos meios.

Por outro lado, foi reconhecido que o panorama, entre os anunciantes, ainda não é, por completo, o desejado, pois que se a maioria tenta optimizar os seus investimentos, não deixa de se registar a «tendência» para o improviso e para o subjectivismo, em especial quanto à planificação, sendo dada excessiva importância à intuição, o que resulta da variedade não compatível dos resultados das medições para os mesmos meios.

A pequena dimensão da audiência total foi apresentada como uma das causas das medições serem ainda mais difíceis, quando é pretendida a estratificação. Uma pergunta a aguardar resposta: «Os dados/estudos que um anunciante recebe são-lhe sempre muito favoráveis. Onde estão os menos favoráveis?».

Um alerta foi lançado não só sobre a importância da maneira como as perguntas são feitas mas também da sua redacção, já que têm reflexos nos resultados. Dentro dessa linha, por vezes são analisados resultados sem que sejam considerados conteúdo e forma dos questionários cujas respostas deram origem a esses mesmos resultados e que os determinam.

Audiências, a sua medição e aferição de resultados, ficou provado, são importantes, o mesmo acontecendo com a discussão sobre o assunto, pois que, conforme foi dito, «a publicidade representa, para os *media*, cerca de 45 milhões de contos em jogo, 'bolo' no qual todos querem dar uma dentadinha».

A.H.

APAN defende normalização de critérios na medição de audiências e aferição de resultados e propõe criação da Comissão dos Utilizadores dos Estudos de Meios

Anunciantes querem saber se investem correctamente

Os anunciantes portugueses querem saber para onde vai o dinheiro que investem em publicidade, numa altura em que há já um envolvimento global de 45 milhões de contos. Recordando uma afirmação famosa - «Sei que metade do que gasto em publicidade não é aproveitada, só não sei é qual das metades é que é» -, pretendem ter dados mais concretos. Solução apontada: a criação de uma comissão de utilizadores dos estudos de meios.

A ideia foi avançada por Francisco Xavier do Amaral, presidente da Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN), no decurso das jornadas técnicas que decorreram recentemente em Lisboa sobre o tema «Medição de Audiências/Aferição de Resultados» e a cujo encerramento presidiu o secretário de Estado da Juventude, Albino Soares.

Foi este membro do Governo quem afirmou, na ocasião, que «os anunciantes têm o direito de dispor de uma informação rigorosa que lhes permita avaliar melhor os riscos e aferir os efeitos dos seus próprios investimentos na publicidade que promovem», no que foi coincidente com a posição dos promotores do encontro.

A comissão proposta será a aplicação das resoluções da Federação Mundial de Anunciantes (WFA), segundo as quais todas as organizações que forneçam dados de medição de audiências a anunciantes, agências e meios devem incorporar uma comissão de utilizadores, com a função de garantir que seja prestada a informação necessária para avaliação rigorosa e de modo efectivo do meio em estudo. Essa comissão deverá ser constituída paritariamente por representantes de anunciantes, agências e meios.

Os anunciantes portugueses defenderam, igualmente, a defesa de liberdade de expressão na publicidade, questão «quente» quando ainda está presente o impacto público e o diferendo surgido com a recente campanha da Tabaqueira. Igual opinião tem a WFA que, na sua conferência anual também aprovou a resolução de propor, em conjunto com a Câmara de Comércio Internacional, um Código Internacional de Comunicação e Publicidade que assegure que as menções de carácter ambiental sejam verdadeiras e baseadas em dados científicos.

A clarificação de regras e dos códigos de ética nas relações entre parceiros foi defendida por Albino Soares, que disse que tal «tornará mais fácil o convívio de todos, aliviando o Executivo da necessidade de uma excessiva intervenção e regulamentação em áreas nas quais os parceiros devem criar entre si regras de bom entendimento, visando os interesses próprios e comuns, sem perder de vista o interesse público e o seu papel na sociedade».

Dúvidas metódicas

Os anunciantes analisaram situações concretas do mercado português e apresentaram, em forma de conclusão, questões que já de há muito lhes suscitavam dúvidas. É o caso da insuficiência qualitativa e quantitativa de informação sobre os «out-doors», já que não sabem «onde, quem e quantos passam e os vêem».

Também foi referida a insuficiente e, por vezes, inexistente informação sobre as rádios, principalmente as locais, quanto aos segmentos que atingem, para além de ter sido concluído que «a recente evolução dos títulos na imprensa dificulta a tarefa de planeamento», considerando que «os diferentes critérios nos estudos levam a resultados contraditórios sobre os mesmos títulos», para além de desejarem maior esclarecimento sobre os diferentes tipos de imprensa não diária.

Por outro lado, os participantes reconheceram que se mantém a dúvida quanto às audiências de programas de televisão e dos blocos publicitários adjacentes, considerando que devem ser claros e acessíveis aos interessados os critérios de base de análise sobre quantos, quem e quando vê determinados «painéis». Ponto assente é que deve ser clara a separação, no diálogo com as televisões, entre os departamentos de programas (qualidade/audiência) e os comerciais (negociação/espaço).

Longe vai o tempo em que um anunciante colocava um anúncio ao seu bel-prazer, num jornal com que simpatizava. As leis da concorrência, a conquista do mercado, não se compadecem com essas atitudes. Hoje, quem sabe gerir os seus investimentos, procura utilizar os meios que lhe dê mais dividendos. Se os membros da APAN entendem isso, parece que em muitos meios de comunicação tal não acontece.

Conforme foi citado nas conclusões, «os *media* precisam de contribuir para a melhoria da qualidade dos resultados de audiência, a fim de ganharem a confiança dos anunciantes». Já que querem vender o seu produto - espaço/tempo publicitários, devem ser esses mesmos *media* a fazer o seu *marketing* «e ser mais rigorosos e exigentes quanto a resultados, convincentes sobre si próprios».

Negociações e critérios

Uma outra conclusão resultante do debate é a de que os anunciantes devem distinguir, nos diálogos com os emissores e editores, a qualidade dos programas, por um lado, e as negociações dos espaços publicitários, por outro.

Mais ainda, consideram que tendem a negociar muito com outros parceiros quanto a valores, mas devem aumentar a sua exigência sobre a qualidade e a criatividade. «É fundamental - afirmaram - considerar a criatividade como o principal captador da atenção e memória do espectador».

As instituições que fazem medição de audiências e aferem resultados aplicam critérios diferentes, segundo consideram os anunciantes, que dizem que dessa diferença resultam estudos muito diversos sobre o mesmo meio ou suporte, pelo que defendem que sejam estabelecidos «critérios comparáveis entre os institutos de estudo de *media* que permitam leituras fiáveis e comparáveis de facto dos resultados sobre os mesmos meios».

Esta seria a maneira de ultrapassar a situação actual, já que, como afirmaram, «a explicação técnica não resolve o problema do 'investidor', que fica perante dados diferentes, tendo de optar entre diferentes leituras da mesma realidade». Outra questão é que não está adquirida a separação, e entendimento, entre os resultados quantitativos (demográficos) e qualitativos (psico-gráficos).

Os participantes na jornada técnica da APAN reconheceram, igualmente, que o anunciante essencialmente institucional tende para a intuição, por não ter dados que considere fiáveis, o mesmo acontecendo com os anunciantes de produtos ou serviços menos «equipados». Como resultado das razões que apontaram, consideram que «muita gente especula com e sobre os resultados de medição de audiências», mas que «não é legítimo fazer comparações de audiências entre vários *media* diferentes».

A.H.

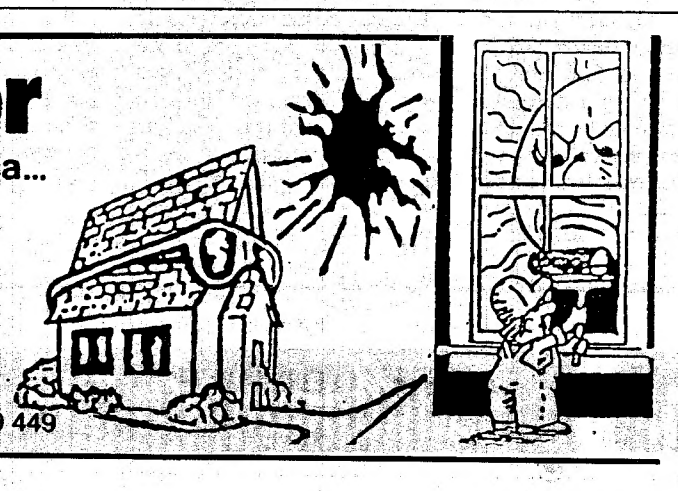
Reduza 80% do Calor

Revestindo os Vidros da sua Casa, Escritório ou Fábrica...

3 Cores: Espelhado Bronze Fumado

DIGA QUE VIU ESTE ANÚNCIO NO «DL» E TERÁ UMA SURPRESA

PREFICO

...com Peliculas Reflectoras de Protecção Solar

Rua da Junqueira, 316 – 1300 LISBOA – Telef. 64 1659 – Fax 649 449